

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rodrigo Maiolini Rebello Pinho

Miguel Reale: política e história (1931-1969)

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rodrigo Maiolini Rebello Pinho

Miguel Reale: política e história (1931-1969)

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do título
de MESTRE em História Social pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, sob a
orientação do Prof. Doutor Antonio Rago
Filho

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

Aos meus pais, Rodrigo e Cecília, e a minha
irmã, Gigi.

AGRADECIMENTOS

Ao Rago, mais que um grande orientador e referência intelectual, amigo e referência humana.

Ao meu pai, Rodrigo, quanto ao texto, por todo o apoio necessário e por tê-lo revisado. Quanto ao mais importante, pelo afeto e pelo exemplo de vida, lição concreta de integridade, força e destemor.

A minha querida mãe, Cecília, pelo afeto incondicional e apoio em todos os momentos, também pelo humor.

A minha admirada irmã caçula, Angela, pelo companheirismo e camaradagem inesquecíveis.

Aos meus amigos, verdadeiros camaradas, pela rara amizade que não precisa ser posta à prova e pela alegria do convívio; em especial ao Fer, muito mais irmão do que primo, pela força nos momentos difíceis.

“ [...] Diante da vaga de palavras
levantemos um dique!
Mãos à obra!
O trabalho é vivo e novo!
Com os oradores vazios, fora!
Moinho com eles!
Com a água de seus discursos
que façam mover-se a mó!”

(Maiakóvski)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender o desenvolvimento do ideário de Miguel Reale (1910-2006) entre o início da década de 1930 e final da década de 1960. Esses quarenta anos englobam momentos importantes da história brasileira, nos quais Reale exerceu papel destacado tanto como político quanto como intelectual. Apresentamos, nesses marcos, o seu itinerário político-ideológico, que envolveu a participação na Ação Integralista Brasileira, no Governo Vargas, no Partido Social Progressista e a contribuição para o golpe de Estado de 1964. Efetuamos, também, a exegese de sua concepção de história e de Estado, tendo como limite divisório seus momentos integralista e pós-integralista. Por fim, examinamos como Reale desnatura os conflitos de classes do pré-1964 ao qualificá-los como “caos social” e, vitorioso o golpe, como defende uma “institucionalização revolucionária” pautada pela legitimação da repressão política e do arrocho salarial. Trata-se, em síntese, da investigação de seus escritos por meio da análise imanente, nos termos de J. Chasin, buscando compreender as conexões internas que conformam a inteireza de sua produção ideológica.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to understand the development of the ideas and beliefs of Miguel Reale (1910-2006) from the early 1930s to the late 1960s. Important events in Brazil's history took place in these forty years, in which Reale played a key role as both politician and intellectual. We present his political-ideological trajectory during these decades, which involved his participation in the Brazilian Integralist Action (AIB) party; the Vargas administration; the Progressive Social Party (PSP); and his contribution to the coup d'état of 1964. We also examine his notions of history and state in his Integralist and post-Integralist phases. Last of all, we examine how in his pre-1964 writings Reale misrepresents class conflicts by referring to them as "social chaos," and how after the coup he calls for "revolutionary institutionalization," with the legitimization of political repression and wage cuts. This is, in short, an immanent critique of his writing, in J. Chasin's terms, in an attempt to understand the internal connections that inform his ideological output as a whole.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
I. ITINERÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO.....	19
1.1 Origens.....	19
1.2 Um artigo inicial.....	21
1.3 A “Revolução de 1932”.....	23
1.4 Na Ação Integralista Brasileira.....	24
1.5 Transição.....	26
1.6 Participação no Governo Vargas.....	29
1.7 No Partido Social Progressista.....	30
1.8 O Instituto Brasileiro de Filosofia.....	36
1.9 O Golpe de Estado de 1964.....	38
II. CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA E DE ESTADO.....	44
2.1 Da Historiografia Integral ao Historicismo Axiológico.....	44
2.2 Do Estado Integral à Democracia Social.....	60
III. O INTELLECTUAL A SERVIÇO DO GOLPE DE 1964.....	86
2.1 O “Caos Social” no Entreato Golpista.....	87
2.2 “Reconstrução Nacional” e “Institucionalização Revolucionária”.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115
---------------------------------	-----

ANEXOS.....	120
-------------	-----

A - Discurso de Miguel Reale em 1947.....	120
---	-----

B - Carta de Eptácio Pessoa a Getúlio Vargas, de 05 de outubro de 1949.....	125
---	-----

C - Carta de Nelson Fernandes a Getúlio Vargas, de 14 de dezembro de 1949.....	127
--	-----

D- Carta de Francisco de Toledo Piza a Getúlio Vargas, de 21 de junho de 1950.....	134
--	-----

LISTA DE SIGLAS

AIB - Ação Integralista Brasileira

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

ESG - Escola Superior de Guerra

IBF - Instituto Brasileiro de Filosofia

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

PAN - Partido Agrário Nacional

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PD - Partido Democrático

PDC - Partido democrata Cristão

PPS - Partido Popular Sindicalista

PR - Partido Republicano

PRP - Partido Republicano Progressista

PRP - Partido Republicano Paulista

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

RBF - Revista Brasileira de Filosofia

STF - Supremo Tribunal Federal

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

INTRODUÇÃO

Miguel Reale é figura bastante *reconhecida* e *desconhecida* nos meios intelectuais. Esquecido por seus atos, exaltado por sua fama; ignorado pela vida, popular pelo nome; notado pela máscara, incógnito pela tez. Muito citado e pouco estudado, seu *reconhecimento* funda-se no *desconhecimento* sincero de sua obra de vida, quando não em propositada omissão e destituição arbitrária da relevância de certos aspectos de sua trajetória considerados impróprios para exposição pública, no máximo tratados como um raio no céu azul do seu percurso de vida. Já dizia Hegel (1770-1831): “O que é notório, justamente porque é *notório*, não é *conhecido*. No processo do conhecimento, o modo mais comum de enganar a si mesmos e aos outros é pressupor algo notório e aceitá-lo como tal”¹.

A extensão da apologética difusa que o envolve não encontra, contudo e por isso mesmo, sustentação na quantidade e profundidade de análises que tenham por objeto sua extensa produção teórica, a qual marca grande parte de sua trajetória pessoal. Nessas circunstâncias, a glorificação decola em céu aberto, mas com o tanque vazio! O objetivo aqui, na contramão, é ponderar criticamente *sobre* um conteúdo determinado e não *apesar* dele.

Com o propósito de transformar o *notório* em *conhecido*, abordaremos uma parte significativa de sua produção intelectual do início da década de 1930 ao final da década de 1960. Trataremos tanto de sua concepção de História e de Estado como de sua atuação como ideólogo nos eventos políticos nacionais.

Um forte motivo que torna necessário um estudo histórico sobre Miguel Reale é seu falecimento recentíssimo, em 14 de abril de 2006, com 96 anos de idade. Ocasão propícia para compreender uma identidade não mais em movimento, um itinerário de vida já terminado, uma produção intelectual não mais sujeita à modificação. Ocasão que aproveitamos, também, para notar a escassez de estudos históricos que o tomam por

¹ LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Trad. Giovanni Semeraro. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006, p. 39.

objeto central. Momento, portanto, adequado para empreendimentos que tratem de aprofundar investigações históricas sobre o legado desse intelectual.

A necessidade desse intento acentua-se ainda mais quando consideramos a relevância histórica do objeto de análise. A vida de Reale combinou uma extensa atividade teórica com uma intensa participação política em momentos decisivos da história brasileira, como no integralismo, no governo Vargas, no Partido Social Progressista, como conspirador para o golpe militar e ideólogo da ordem, como influente professor universitário e duas vezes reitor da Universidade São Paulo.

São raros os estudos *históricos* que o tomam por objeto central e os que existem centram-se no seu período integralista. Não há trabalhos que englobam um recorte temporal maior - traçando uma linha evolutiva de sua produção teórica - bem como que expõem - por meio da análise de seus textos - sua participação enquanto ideólogo do golpe de 1964 e da ditadura militar². Pretendemos que este trabalho constitua uma *primeira aproximação* para o preenchimento dessa lacuna. Até porque a maior parte da bibliografia sobre Reale não consiste em análises históricas, mas sim em abordagens de suas teorias jurídicas em abstrato.

Agora, a lacuna que mencionamos não se restringe a Reale. Há um campo maior ainda pouco explorado, notamos a escassez de tratamentos históricos sobre os juristas brasileiros, principalmente no período pós-1930. São os estudos nesse sentido que ainda são raros, principalmente aqueles feitos por historiadores.

É nessa linha que pretendemos contribuir.

² Há os artigos dos cientistas sociais Manuel Palacios Cunha Melo (*O integralismo de Miguel Reale*, de 1994) e Ricardo Benzaquem de Araújo (*In medio virtus : uma análise da obra integralista de Miguel Reale*, de 1988). Analisando o jornal integralista do qual Reale foi editor temos a dissertação de mestrado do historiador Renato Alencar Dotta (*O integralismo e os trabalhadores : as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através do jornal Ação: 1936-1938*, de 2003). Sobre a questão racial e do anti-semitismo em dirigentes integralistas, como parte de um estudo centrado em Gustavo Barroso, há a dissertação de mestrado, em História, Roney Cytrynowicz (*Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*, de 1992). No plano da filosofia, deve ser mencionado o trabalho de Roberto Markenson (*A questão social em Miguel Reale*). Deve ser mencionado o inovador estudo de José Chasin (*O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*) que desmente - por meio da análise histórica - a identificação entre nazi-fascismo e integralismo. Nessa linha, há o *Posfácio* de Antonio Rago Filho à referida obra, analisando os integralismos de G. Barroso, P. Salgado e M. Reale, além do seu estudo sobre Gustavo Barroso (*A crítica romântica à miséria brasileira > o integralismo de Gustavo Barroso*). Todos presentes em nossa bibliografia.

Uma vez que, como dissemos, nosso trabalho busca compreender um objeto determinado, afastando toda opinião que se coloca a despeito de um conteúdo, temos que expor nossa postura diante das fontes que aqui serão utilizadas. Nesse sentido, é muito instrutiva a abordagem que Carlo Ginzburg nos apresenta no livro *Relações de Força*. Neste conjunto de ensaios, insurge-se contra o rompimento da unidade *história-retórica-prova* operado a partir de Nietzsche (1844-1900) e cujo expoente máximo é Hayden White, que excluiu a prova dessa tríade e fez da retórica uma narrativa arbitrária, com o pressuposto de que a verdade consistiria em figuras de linguagem. Defendendo a prova como parte indispensável da retórica, o historiador italiano contrapõe-se à tese cética e proclama que “o conhecimento histórico é possível”³.

Continuando com Ginzburg, o que queremos demarcar é que tratar uma fonte como narrativa linguística arbitrária implica em afirmar sua indeterminação ou independentização, implica em tratá-las como retórica auto-referencial, implica, afinal, em desprezar sua natureza social. É preciso considerar que “o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras, é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”⁴.

Nessa linha, partindo do pressuposto de que é “o homem [que] constrói os problemas a serem resolvidos e lhes dá resposta com base na sua realidade”, o filósofo marxista Georg Lukács (1885-1971) ataca o procedimento a-histórico de se conceber “uma consciência pretensamente livre de liames sociais, que trabalha por si mesma, puramente a partir do interior” e arremata: “Creio que os assim chamados intelectuais desprovidos de vinculações sociais [...] sejam uma pura ficção, que não tem propriamente nada a ver com a efetiva situação dos homens reais na sociedade real”⁵.
Afinal:

“Posto que também sou *cientificamente* ativo [...], uma atividade que raramente posso realizar em comunidade imediata com outros, então sou ativo *socialmente* porque [o sou] enquanto *homem*. Não apenas o material da minha atividade - como a própria língua na qual o pensador é ativo - me é

³ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 45.

⁴ Id. *Ibid.*, p. 42.

⁵ LUKÁCS *apud* ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo. *Conversando com Lukács*. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p.40.

dado como produto social, a minha *própria* existência é atividade social [...] Acima de tudo é preciso evitar [...] a ‘sociedade’ como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida - mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com os outros - é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*”⁶.

Assim, toda atividade individual - incluindo daqueles que ocupam a função específica de se dedicarem ao trabalho intelectual - é também social, mesmo que não seja levada a cabo diretamente com outros indivíduos. Daí a seguinte consideração ontológica:

“as atividades espirituais do homem não são, por assim dizer, entidades da alma [...] porém formas diversas sobre a base das quais os homens organizam cada uma de suas ações e reações ao mundo externo. Os homens dependem sempre, de algum modo, destas formas, para defesa e a construção de sua existência”⁷.

A atividade intelectual é sempre atividade social, constitui-se sempre como tentativa dos indivíduos de responder às situações históricas reais resultantes da própria atividade prática sensível. Se no início da história a atividade intelectual limitava-se a responder a situações imediatas, o desenvolvimento histórico da humanidade produziu uma camada específica da sociedade que exerce a função de intelectuais. É nesse sentido que o marxista Antonio Gramsci trata do “intelectual orgânico”, organizador de interesses e respostas sociais mais amplas: “cada grupo social [...] cria para si [...] de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político...”⁸.

Faz-se necessária uma ressalva. Apresentamos essa reflexão apenas como uma necessária demarcação dos pressupostos deste estudo, sem a menor pretensão de esgotar

⁶ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 107.

⁷ LUKÁCS *apud* ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo. *Conversando com Lukács*, p.12.

⁸ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.3.

em poucas linhas um problema teórico da maior envergadura. De qualquer maneira, são questões que remetem ao interior desta pesquisa.

A produção intelectual de Miguel Reale inicia-se justamente em um momento de profundas mudanças em nossa história, na década de 1930, e se estende até o seu falecimento no ano de 2006. Seu período de vida carrega dentro de si todo um percurso do século XX brasileiro: uma lógica de desenvolvimento social antidemocrático nos aspectos da exclusão econômica e da repressão política, caracterizando, na categoria elaborada por José Chasin (1937-1998), uma *via colonial* de objetivação do capitalismo, como explicaremos no decorrer do texto. Reale mobilizou as forças do seu intelecto para a confirmação e aprofundamento desse sentido do desenvolvimento econômico-social brasileiro.

Apresentemos, enfim, nosso material de análise: os produtos ideológicos de Miguel Reale que nos servirão de objeto. Nossas fontes são os livros, ensaios, artigos jornalísticos e entrevistas que tratam do tema desta dissertação: seus conceitos de política e de história e o seu exercício de ideólogo do golpe de 1964. Lidaremos também com suas memórias, mas não se trata, ressaltamos, de um trabalho de pretensões biográficas, mesmo que não deixe de recorrer aos fatos de sua vida diante da necessidade de esclarecer ou contextualizar seu trabalho teórico ou, ainda, de revelar alguns documentos inéditos.

Esse intento será levado a cabo dentro de uma de um espaço temporal delimitado, como já assinalamos e agora especificaremos. Dentre os textos que são nossos objetos centrais de análise, o primeiro data de 1931 e o último de 1969, abrangendo quase 40 anos de atividade intelectual. O marco inicial de nosso recorte justifica-se por ser precisamente o ano do primeiro trabalho público de Reale que se conhece. Já 1969 é o ano que marca, de um lado, o ápice de sua participação como ideólogo da ditadura ao participar da Comissão de Alto Nível (como veremos no primeiro capítulo) e, de outro, com a morte de Costa e Silva, o início de um distanciamento temporário desse papel. A partir daí, dedica-se menos a analisar a conjuntura nacional. Além disso, nesse momento, suas tematizações teóricas pós-integralistas já alcançam uma face própria.

A larga extensão temporal do nosso recorte nos conduziu a uma segunda demarcação, agora *temática*. O objetivo de apresentar uma visão mais global de seu pensamento somado aos produtos abundantes de sua atividade de escritor impôs que não tratássemos de suas obras de poesia, filosofia do direito e direito positivo. Procederemos dessa maneira não por determinação arbitrária, tampouco por considerá-las irrelevantes, mas pela necessidade de estabelecer limites para a pesquisa e para o pesquisador. Caso contrário, o propósito de a tudo abordar implicaria em pouco compreender, resultando, no máximo, em generalizações precipitadas ou antecipações teóricas, que não se apresentariam como resultado final de análises dos aspectos particulares do pensamento do autor. Mesmo assim, temos a segurança de que essa delimitação não desfigurou nosso objeto, pois o que delas se poderia dizer viria em acréscimo e não em oposição ao nosso esforço analítico.

Trata-se aqui de investigar todo esse conjunto de textos que constitui um “fato-doutrinário”, o que se define como:

“ [...] a constelação global do pensamento de um autor, ou uma parte desse mesmo conjunto. É simples designativo de uma dada entidade de pensamento, podendo ser usado para indicar qualquer manifestação de pensamento explicitamente oferecida. Com ela queremos simplesmente indicar um objeto que tem nos textos a sua expressão objetiva”⁹.

A investigação deste “fato-doutrinário” se dará por meio da “análise imanente”, que se pauta pela exegese dos produtos ideológicos enquanto:

“entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam”¹⁰.

Trata-se, portanto, de compreender Reale por meio de seus próprios escritos, buscando analisar as conexões internas que conformam a inteireza de sua produção ideológica. Nesses limites, portanto, analisaremos a política e a história em Miguel

⁹ CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 60.

¹⁰ Id., *Ibid.*, p. 77.

Reale. Enquadrados no seu itinerário político ideológico, observaremos como se constituem esses elementos centrais do seu pensamento, verificando mudanças e continuidades que se operam no seu desenvolvimento temporal. Veremos, ainda, o papel político de Reale em diversos momentos relevantes de nossa história, com destaque à atuação como ideólogo divide-se do golpe de Estado de 1964 e da ditadura.

O trabalho está estruturado em três capítulos..

O *primeiro capítulo* consiste no itinerário político-ideológico de Miguel Reale. Traçaremos uma linha evolutiva *sintética* tanto de suas formulações mais abstratas sobre história e política quanto de sua atuação como ideólogo e partícipe direto em acontecimentos da história brasileira do pós-1930 até o final da década de 1960. Esse capítulo, sem pretensões especificamente biográficas, mesmo que pautado cronologicamente, tem por objetivo expor o contexto geral da vida política e intelectual de Reale e, por isso, apresenta concentradamente formulações que nos outros capítulos serão expostas em suas conexões internas. Ou seja, o objetivo será retratar uma visão geral que situe o objeto e permita o ingresso analítico posterior nos elementos específicos do seu ideário.

No segundo capítulo, trataremos - em itens distintos - de suas concepções de história e de estado. Será a parte em que abordaremos os escritos mais teóricos de Reale. Iremos desdobrar em suas conexões internas o que no capítulo inicial apresentamos de forma condensada. Em cada um dos tópicos adotaremos como marco divisório principal os momentos integralista e pós-integralista de Reale.

No terceiro capítulo, nossa análise incidirá diretamente sobre sua atuação como ideólogo, da renúncia de Jânio Quadros (1961) à morte de Costa e Silva (1969). Primeiro, trataremos de sua participação para a construção do golpe e, depois, de sua contribuição para a consolidação da *autocracia burguesa bonapartista*. Veremos, ainda, como utiliza todo o arsenal teórico desenvolvido por três décadas para compreender os eventos políticos do período.

Em nossas considerações finais, faremos apontamentos críticos, buscando desvelar tanto os fundamentos de suas concepções como expor a função social dos seus produtos ideológicos no contexto da década de 1960.

1. ITINERÁRIO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

1.1 Origens

Neto de fazendeiros italianos e filho de um médico, Miguel Reale nasceu em 06 de novembro de 1910 na cidade de São Bento do Sapucaí, município paulista situado próximo à divisa com Minas Gerais, onde também nasceu seu futuro padrinho de casamento e chefe: Plínio Salgado. Foi em São Paulo, no entanto, que ele se estabeleceu definitivamente.

O que sabemos sobre o período de sua adolescência é proveniente apenas das reminiscências que evoca em suas *Memórias*, pois a publicação de seus trabalhos tem início na década de 1930. Sua “primeira impressão política”, diz, foi a repercussão da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1917) e seu primeiro contato político foi a ida ao comício dos “revolucionários” de Isidoro no conflito paulista em 1924¹¹.

Suas lembranças conduzem à avaliação de que nesse período inicial de formação o impacto mais direto sobre o seu itinerário teórico veio, por um lado, da grande influência exercida por seu pai - um “amante das letras clássicas” que lhe orientava as leituras – e, por outro, do seu ingresso no colégio Dante Alighieri. Com a entrada no Dante, o sapucaense ficou ilustrado e teve contato com socialistas: “Quando estudante no curso colegial, tive contato com os socialistas, sobretudo os italianos, pois era aluno do colégio Dante Alighieri [...] Isso me levou a uma formação, digamos assim, de caráter socialista”¹². Conta-nos que lá aprendeu italiano e francês; leu Dante, Petrarca, Boccaccio, Suetônio, Tácito, Horácio, Ovídio, Racine, Victor Hugo, Montaigne, Voltaire, textos selecionados de história da filosofia, além de Leibniz em latim.

¹¹ Trata-se do levante militar ocorrido em julho de 1924, em São Paulo, “tendo como objetivo expresso derrubar o governo de Artur Bernardes [...] Isidoro foi o líder ostensivo da revolta” (FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, 6 ed. São Paulo: Edusp, 1999, p. 309). Os combates militares dos revoltosos com o governo na capital duraram de 05 a 27 de julho, quando os primeiros se retiraram em direção ao interior.

¹² REALE, Miguel *apud* “O risco é inerente à democracia (entrevista com Miguel Reale)”. In: DANTAS MOTA, Lourenço (coord.). *A História vivida*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981, p. 323.

Antecipando uma futura mania, fundou uma associação para presidir, o Grêmio Literário Dante Alighieri, onde proferiu sua primeira conferência: *Cláudio Manuel e a Escola Mineira*. Um trabalho publicado em 1929, com o qual venceu um concurso estadual promovido por empresas de seguro, é especialmente intrigante por possuir tema e título reveladores de uma mente fértil, a saber: “A previdência na formação do caráter”...

Desconhecemos, assumidamente, qual seria o papel da previdência na formação do caráter, mas sabemos que o contato com alguns professores do *Dante* o levou a tomar contato com a obra de Antonio Labriola. Afirma ter sido profundamente influenciado por ele, a quem outorga o título de melhor intérprete de Marx: “A leitura dessa obra, na adolescência, marcou, mais do que se possa imaginar, minha formação intelectual...”¹³. Chegou, também, a se aproximar de trotskistas, com os quais se “enfadou”, assumindo ao final a posição de *socialista revisionista*, adepto da fórmula “*socialismo liberal*” de Carlo Rosseli. Assim, entre os escassos elementos acessíveis, aquele que - nesse momento de vida - parece ter sido mais decisivo para a constituição de seu itinerário político-ideológico é a adesão às interpretações de Labriola e Rosseli.

Foi já “com essa bagagem de estudos e com as [...] diretrizes ideológicas de socialista revisionista”¹⁴ que, em 1930, ingressou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Ali, um ano depois, tomou parte da organização de uma passeata que tinha por propósito criticar os rumos da Revolução de 1930, a qual antes havia saudado. Avaliava negativamente, também, a posição dos principais rivais na política partidária paulista: o PRP (Partido Republicano Paulista) por suas práticas eleitorais oportunistas e corruptas e o PD (Partido Democrático), popular entre os estudantes, por restringir-se apenas às reivindicações de cunho jurídico-formal. Sua visão, diz, era a de um socialista que conferia mais importância às questões sociais do que aos problemas jurídico-formais. Essa última característica, aliada à idéia de fusão do socialismo com o liberalismo, constituem os únicos elementos que participavam desse confuso delineamento de socialismo na cabeça deste “atrevido jovem de esquerda”, “vaidoso de suas leituras de Marx”. Ainda no início de sua vida universitária, participou da política

¹³ Id. *Memórias (volume 1): destinos cruzados*. 2. ed. revista. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 34.

¹⁴ Id. *Ibid.*, p. 41.

interna em um grupo chamado *Reação Nacionalista* e, mantendo seu interesse pelos estudos teóricos, contribuiu para a fundação de uma efêmera sociedade de filosofia.

Os marcos que se prolongam na trajetória posterior de Reale são: a participação dentro de uma tendência que apoiou e passou a criticar a revolução de 1930, a busca pela compatibilização entre socialismo e liberalismo e a preocupação em dar prioridade às questões sociais em relação aos problemas jurídico-formais (como a criação de uma justiça eleitoral e a adoção do voto secreto, principais bandeiras do PD). Pouco tempo depois, essa série de problemas desaguaria em seu período integralista (como logo veremos): “[na Faculdade] não esquecia minhas pregações de ‘socialista liberal’, cujo desfecho integralista poderá parecer paradoxal, mas que teve sua razão de ser”¹⁵.

1.2 Um artigo inicial

Aos 20 anos, publicou o artigo “A Crise da Liberdade” (junho/1931) em um jornal de estudantes da Faculdade de Direito. Escrito quando Reale estava ainda no segundo ano da faculdade, é a primeira expressão pública do seu pensamento de que trataremos. “*Além de Marx!*” é seu grito de guerra e “*Emancipamo-nos de Marx, mas não o renegamos*” a tradição que evoca. Trata-se de fazer da emenda de Marx o mote de um programa político-ideológico atualizado. O fio condutor do artigo é a busca por ir *além de Marx*, é superar Marx no interior da proposta de um “socialismo revisionista” ou de um “socialismo liberal”. Trata-se de um artigo fundador e referencial, expressão primeira de um projeto ideológico que busca encetar uma dupla crítica e uma dupla incorporação. Crítica ao marxismo e crítica ao liberalismo, operadas mediante a absorção de suas supostas virtudes e rejeição de suas supostas parcialidades, culminando na fórmula de Carlo Rosselli: *o socialismo se torna liberal e o liberalismo se socializa*.

¹⁵ Id. *Memórias-1*, p. 50.

Além de proposta política, a fórmula do *socialismo liberal* também fundamenta uma concepção de história, o que é o ponto central do artigo. Trata-se de criticar o pretenso fatalismo inscrito no marxismo, que pregaria que o socialismo é o resultado de um processo inexorável e que a história excluiria de vontades individuais e de motivos morais. A emenda que deve ser feita, segundo ele, é a inserção do voluntarismo, da liberdade na história. Com isso, Reale quer fundamentar a idéia de que a história não é mero ato de vontade nem um processo que dela não depende.

A relevância das formulações desenvolvidas nesse artigo juvenil se expressa no olhar retrospectivo do já Sr. Reale, como vemos no trecho de uma entrevista em que comenta o artigo que aqui apreciamos:

“Considero o revisionismo socialista um ponto de partida para o pensamento político contemporâneo. E, mesmo quando assumi outras posições políticas, sempre conservei uma bagagem de idéias vindas da meditação desses problemas. Considero positivo aquele movimento do revisionismo socialista, que depois foi superado por outros movimentos, que culminaram no fascismo ou no comunismo”¹⁶.

“A crise da liberdade” designa uma passagem de sua trajetória que não se estanca logo depois, com seu ingresso na Ação Integralista Brasileira; pelo contrário, os problemas nele discutidos se mantêm como referenciais de suas elaborações futuras. Prova disso é que o artigo está quase por inteiro incorporado em sua literalidade na sua obra, publicada sob a égide da AIB, *O Estado Moderno – Liberalismo, Fascismo, Integralismo* (1934) e o próprio Reale afirma que veio a conceber o integralismo como uma solução para os problemas com os quais vinha se defrontando: “[este artigo] já denunciava uma crise que se iria resolver no integralismo, por mim concebido desde logo como uma solução de síntese...”¹⁷.

¹⁶ Id. *O risco é inerente à democracia (entrevista com Miguel Reale)*, p.323.

¹⁷ Id. *Memórias-I*, p. 63.

1.3 A “Revolução de 1932”

Um mês depois, no interior do processo que no ano seguinte desaguaria em acontecimentos agudos no território paulista, deu-se a queda de João Alberto (militar e pernambucano), interventor de São Paulo nomeado por Vargas. Sua renúncia, em 13 de julho de 1931, é seguida pela indicação do paulista e civil Plínio Barreto para assumir a interventoria. Descontente com a indicação, Miguel Costa - líder da Legião Revolucionária¹⁸ - se mobiliza em São Paulo para impedir a nomeação de Barreto. Barreto não é nomeado e, em 25 de julho, assume Laudo Ferreira de Camargo.

Esses fatos nos interessam na medida em que é no interregno da saída de João Alberto e da posse de Laudo Ferreira de Camargo que Miguel Reale e outros estudantes de direito divulgaram - n' *O Estado de São Paulo*, em 21 de julho de 1931 - um manifesto opondo-se a Miguel Costa e defendendo a nomeação de Barreto. Dirigindo-se ao “proletariado desta capital”, o manifesto descrevia uma conjuntura em que a Legião Revolucionária estaria fomentando e manipulando greves operárias em São Paulo para o fim de obstar a posse de Barreto. Os jovens estudantes apresentavam-se como “elementos raríssimos que realmente tem cultura marxista” e afirmavam que - apesar de ter algumas justas reivindicações que deveriam ser atendidas - o processo grevista era manipulado pelos “agitadores profissionais [e] comunistas inconscientes” da Legião, objetivando “atirar contra um nome paulista a massa operária”¹⁹.

No ano seguinte, sentindo-se ofendido em seus brios de paulista por razão da ofensa à autonomia paulista cometida pelo governo central, Reale - ainda um “marxista revisionista” - participou como sargento na dita *Revolução de 1932*²⁰, na qual não travou nenhuma batalha. Essa experiência o decepcionou não apenas pela extrema desorganização militar com a qual se deparou, mas também por considerá-lo um movimento limitado, que se atinha a uma proposta “jurídico-formal” de restauração da legalidade constitucional:

¹⁸ Organização paulista de apoio aos rumos da *Revolução de 1930* e ao governo Vargas.

¹⁹ A íntegra do documento consta da obra de PEREIRA, ANTONIO CARLOS. *Folha dobrada : documento e história do povo paulista em 1932*. São Paulo: O Estado de São Paulo, pp. 146-147).

²⁰ Id. *Memórias-I*, p. 61.

“Participei como soldado da Revolução de 32, o que já foi um sinal de que me encontrava num estado de perplexidade. Fui para a Revolução [...] à procura de um caminho. Mas senti que os problemas eram mais profundos do que aqueles que eram postos apenas no plano jurídico pela Revolução Constitucionalista. Essa experiência marcou muito a minha forma de pensar e de colocar os problemas”²¹.

A frustração com mais essa “revolução” contribuiria para sua transição ao integralismo:

“Atribuo, em grande parte, a essa e outras desilusões revolucionárias, minha adesão ao Integralismo, em fevereiro de 1933 [...] Cresceu, em meu espírito, à vista de tais fatos, a consciência de que se impunha uma campanha cívica, a fim de que, na escala de prioridade dos valores humanos, se colocassem os valores éticos, sobretudo os da *ordem* e da *dedicação* aos imperativos da nacionalidade: meu ‘socialismo liberal’, por essas e outras razões, diluía-se sob o fascínio de novas idéias que emergiam no horizonte da história”²².

1.4 Na Ação Integralista Brasileira

Em outubro de 1932, Reale foi apresentado a Plínio Salgado, que no ano anterior fundara a Ação Integralista Brasileira. Conversando longamente com seu conterrâneo, verificou que seus “pontos de vista eram na maior parte convergentes” e Salgado lhe disse que tinha tudo para tornar-se “o ‘jurista do Estado Integral’”²³. Pouco depois, no início de 1933, filia-se à organização integralista. A seguinte afirmação, além de justificar sua adesão ao integralismo, explicita o que seria um núcleo permanente de sua produção teórica:

²¹Id. *O risco é inerente à democracia (entrevista com Miguel Reale)*, p. 324.

²²Id. *Memórias-1*, p. 67.

²³Id. *Ibid.*, pp. 72 e 73.

“no contato com ele [Plínio Salgado], nas conversas que tivemos senti a possibilidade de uma experiência política que viesse realizar a fusão de dois valores que me pareciam fundamentais: o socialismo em vinculação com a problemática nacional. Essas seriam duas idéias dominantes no meu espírito e no futuro, talvez, quando dispuser de tempo, vou reexaminar toda minha obra e mostrar que está sempre presente nela a tônica da composição de uma solução social com o problema da liberdade, de um lado, e com o problema da nacionalidade, da realidade nacional, de outro”²⁴.

Com uma produção teórica intensa, Reale ascendeu rapidamente na hierarquia integralista, ocupando postos de alta importância. Além de ser membro do “triumvirato” do Conselho Supremo da AIB (órgão máximo do qual faziam parte, em ordem hierárquica: Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Reale), ocupou o cargo de Secretário Nacional de Doutrina e dirigiu a Revista Panorama e o jornal Acção. Teria sido sua sugestão, ademais, a adoção do sigma como símbolo do integralismo²⁵.

Os eixos centrais de suas obras integralistas são a concepção integral da história e a proposta política do Estado Integral, ambas guiadas pela mencionada *dupla crítica* ao marxismo e ao liberalismo, presente já no artigo *A crise da liberdade*. Tanto para sua concepção de história como para sua perspectiva política dedicaremos momentos particulares do nosso trabalho. Por ora, em acordo com a finalidade de expor uma linha evolutiva, nos ateremos à apresentação de uma síntese geral que, no decorrer do trabalho, se revelará nos seus desdobramentos específicos.

Iniciemos pela *concepção integral da história* ou *historiografia integral*. Seu principal atributo seria justamente o de congregar ou integralizar em uma concepção o que outras teriam cindido. Ele busca, assim, criticar tanto o “idealismo” quanto o “naturalismo” afirmando uma idéia de que a história não se reduz ao *ser* (causalidade) - como na proposta naturalista - nem ao *dever ser* (consciência) - como na versão idealista - de forma excludente, mas integra os dois em sua influência recíproca.

No que tange à perspectiva política, criticando tanto o “absenteísmo” do Estado Liberal quanto a “tese da luta de classes” do socialismo, Reale propõe um Estado forte

²⁴ Id. *O risco é inerente à democracia (entrevista com Miguel Reale)*, p. 324.

²⁵ Id. *Memórias-I*, p. 85.

que atue de forma finalística sobre a sociedade e garanta a harmonização das classes sociais, integradas em seu interior por meio de uma estrutura corporativa. Para isso, afirma, haveria de se extinguir os partidos políticos (vínculos artificiais entre indivíduo e Estado e representantes de interesses regionais) e atacar o capitalismo financeiro (que retiraria a soberania do Estado). O Estado Integral consagraria a identificação da nação com o estado e seria guiado pela economia do bandeirismo, ou seja, da conquista econômica do território brasileiro além-litoral.

1.5 Transição

O integralismo não resistiu ao fechamento da sua organização pelo governo Vargas. Vai além dos nossos propósitos analisar os lances políticos que resultaram nesse episódio - com destaque para a recusa de Salgado em aceitar o convite para assumir o Ministério da Educação²⁶ -, bastando fixar que foi o golpe fatal sobre os integralistas. O movimento integralista não conseguiu operar na ilegalidade e, perdido seu espaço público de ação, fragmentou-se e perdeu força.

O último ato significativo dos camisas-verdes após o fechamento de sua organização pelo governo Vargas foi o chamado *putsch* integralista, uma tentativa burlesca de derrubar o Presidente Getúlio Vargas. Essa ação, contudo, foi precedida por um ensaio. No Rio de Janeiro, Reale participou de reuniões com Salgado e outros líderes civis e militares, envolvendo integralistas e não integralistas. A data para o levante foi marcada. Reale foi enviado para Campinas para trabalhar pelo golpe. A ação foi cancelada de última hora, mas não a tempo para que todos recebessem a contra-ordem, o que resultou na prisão de algumas lideranças.

O objetivo desse movimento seria dar um golpe de Estado e instituir uma junta militar, que seria presidida pelo General Castro Junior e teria por objetivo o retorno ao

²⁶ Reale afirma que, considerando as vantagens políticas para a AIB, ele e Barroso eram favoráveis à aceitação do convite.

regime constitucional. Tanto em suas memórias quanto em uma entrevista de 1945, ambas publicadas em momentos de abertura política no país, Reale busca enfatizar esse aspecto: o fim do movimento era o retorno ao regime constitucional²⁷. Contudo, essa afirmação merece ser melhor ponderada. A AIB apoiou o golpe que instituiu o Estado Novo e nesse foram extintos todos os partidos políticos. A decisão de articular um golpe contra o Estado Novo se dá em função do alijamento dos integralistas do poder instituído com o seu próprio apoio anterior. Além disso, o regime constitucional anterior (1934-1937) tinha nos partidos membros indispensáveis da estrutura política nacional. Ora, era consenso entre os integralistas a campanha pela extinção dos partidos políticos, o que era dito com ênfase pelo próprio Reale. A argumentação - não discutiremos aqui se verdadeira ou não - do retorno ao regime constitucional deve ser compreendida como um lance conjuntural, e não como consequência de princípios do integralismo ou de defesa do regime constitucional. Assim, o que mais explica a motivação golpista – repetimos - é o alijamento do poder sofrido pelos integralistas, que através do golpe buscavam atuar no centro do Executivo e recuperar de forma ampliada seu poder de ação.

Articularam, então, novo golpe, que - este sim - resultou no famoso *putsch integralista*, em maio de 1938. Reale, segundo diz, não tomou parte desse segundo empreendimento e, pego de surpresa em meio aos seus estudos, acompanhou seu fracassado desfecho pelo rádio. O receio da perseguição policial o levou a sair escondido do país, em direção à Itália, onde recebeu asilo de 01 ano. Lá teria se dedicado aos estudos de filosofia e filosofia do direito, começando a constituir as linhas gerais do trabalho que o levaria a participar de futuro concurso para lecionar em sua antiga faculdade e fortaleceria seu desejo de ampliar a dedicação aos estudos teóricos. A viagem teria também a função de produzir uma frustração pessoal com o fascismo, diante do descontentamento popular que presenciara:

“Durante a viagem por mar tivera tempo mais que bastante para meditar sobre o meu destino. Sabia que nada mais havia a esperar do Integralismo,

²⁷ É o que vemos na entrevista mencionada: “...desde logo acordamos em que era necessário restabelecer a vigência da Constituição de 1934, com a formação de uma junta militar governamental provisória incumbida de presidir as eleições. A um golpe ia se contrapor outro golpe... Não houve, porém, transigência de parte a parte no plano dos princípios. Cada grupo manteve as suas convicções, comprometendo-se, uma vez garantida a existência dos partidos, a confiar às urnas a decisão do nosso destino” (SALGADO, Plínio. *O Integralismo Perante à Nação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950 pp. 138-139).

cabendo-me tomar outro caminho. Este não poderia senão ser o do magistério superior, uma vez superado o episódio do exílio, que esperava não fosse longo [...] Essa tendência para os estudos desinteressados era, além do mais, reforçada pela decepção que me causava a Itália fascista. Longe de encontrar o povo espontaneamente integrado no regime, dei-me conta de profundas desilusões, sentindo que a gente peninsular, em sua grande maioria, estava cansada da aventura mussoliniana [...] Foi nessa época que escrevi a minha mulher confessando: ‘o fascismo é maior de longe que de perto’. Sentia-o vítima da esclerose e da corrupção, que são as doenças fatais dos sistemas políticos autoritários de longa duração, cada vez mais divorciado das forças populares que o haviam inspirado, quando prevalecia a crença numa *terza via*, representada pelo Fascismo, capaz de superar a desordem em que se afundara a Democracia Liberal e evitar a opressão ameaçadora do stalinismo. Confesso que uma profunda desilusão se apoderou de meu espírito...”²⁸.

Mesmo dizendo que “Sabia que nada mais havia a esperar do Integralismo, cabendo-me tomar outro caminho”, o episódio de seu retorno demonstra que ainda alimentava expectativas e possuía vínculos com a AIB, uma vez que voltou ao Brasil após ser informado de que sua atuação no jornal integralista *Acção* estava sofrendo críticas. Aqui, além de sofrer duas prisões no ano de 1939 por seus vínculos com a AIB, se depara com o fato de que o comando fora transmitido por Plínio Salgado ao integralista Raymundo Padilha. Diz Reale que tanto ele como Barroso discordaram dessa decisão, pois a hierarquia interna da AIB determinaria que na ausência de Salgado (o chefe máximo) fosse o comando transmitido para um dos dois. De fato, a atitude mais provável de um alto dirigente de uma organização política que tem atropelada sua posição na hierarquia interna é que dela se retire ou ao menos que se distancie, decisão que ficou ainda mais facilitada pelo momento de enfraquecimento de sua organização. É a partir de sua preterição, portanto, que se considera “desligado da AIB, não mais participando de suas atividades clandestinas”²⁹.

²⁸ Id. *Memórias-I*, pp. 136,137, 138 e 139.

²⁹ Id. *Memórias-I*, p. 144.

Posteriormente nos interessará verificar os efeitos desse desligamento em seu itinerário intelectual, analisando as implicações dessa mudança de circunstâncias no seu percurso teórico. Ou seja, verificaremos se esse corte político de razões conjunturais se confirma enquanto ruptura teórica estrutural em suas obras posteriores. Reale responde afirmativamente a esse problema e fixa como marco de mudança as primeiras obras que publicou depois de finda sua militância integralista. *Teoria do Direito e do Estado* e *Fundamentos do Direito* foram publicadas em 1940, depois de apresentadas com o propósito de conquistar a cátedra de filosofia do direito de sua antiga faculdade. O resultado foi alcançado, mesmo que com percalços significativos: sua inscrição foi vetada por “falta de dignidade moral”, a decisão foi reconsiderada, a Congregação da faculdade e o Conselho Universitário rejeitaram sua aprovação no concurso e, no final, após tratar diretamente com Getúlio Vargas, assumiu a cátedra em maio de 1941.

1.6 Participação no Governo Vargas

Um ano depois, Vargas o convidou para tornar-se membro do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), que Reale qualifica como “o coração do Estado Novo”³⁰. “Tentado pela experiência do poder”, Reale - ele que quatro anos antes fora um dos patrocinadores de um golpe contra o mesmo Presidente - aceitou o posto, que ocupou até março de 1945.

Essa contradição se realça ainda mais quando lembramos que o golpe integralista dos idos de 1938 visaria, segundo disse, o retorno à ordem constitucional

³⁰ Assim como o cargo de Interventor substituiu o de Governador, o DASP - criado em 1937, pouco após o golpe que instituiu o Estado Novo - atuava como no lugar das Assembléias Legislativas estaduais. Essa mudança criava uma estrutura política que concentrava poder no Executivo nacional, que nomeava tanto Interventores como conselheiros do DASP. Em São Paulo, eram sete os seus membros. Temos a seguir uma descrição do seu trabalho: “O certo é que o trabalho imenso e intenso nos absorvia, mas havia uma compensação: bem poucas vezes se legislou com tanto sentido de aderência à realidade, como o demonstra o fato que, passados anos e anos, continuavam em vigor leis, ou melhor, decretos-leis fundamentais elaborados pelo Departamento Administrativo do Estado, em matéria de organização administrativa ou municipal, de regras orçamentárias, de disciplina de serviços públicos, para não falar em verdadeiras monografias que éramos obrigados a elaborar para dirimir questões surgidas nos mais diferentes setores da vida do Estado” (Id. *Memórias-I*, p. 170).

precedente ao Estado Novo. Veja só os efeitos de um convite feito pelo próprio Presidente da República para assumir um cargo importante na burocracia estatal! Antes do convite o golpe em nome de princípios constitucionais, depois do convite a declaração pública da constitucionalidade do regime. Foi o que atestou, no ano de 1943, em aula marcada por um confronto público contra estudantes que faziam greve, recusando-se a assistirem as aulas do professor de marcado passado integralista:

“Estamos vivendo debaixo de um regime constituído (ouvem-se risos); estamos vivendo debaixo de uma ordem legal (novos risos). Essa ordem legal, se outros méritos não tiver, terá o grande mérito do congraçamento nacional [...] Ninguém, nesta ordem vigente, está dando a sua adesão por violência ou imposição (Risos) [...] estou servindo a um regime que considero útil ao meu País e que não deve ser alterado porque consulta à situação nacional e internacional gravíssima”³¹.

Mais do que evidenciar uma contradição ou expor um fato de sua biografia, esse trecho revela uma forma de conduta intelectual: as análises e posições políticas mudam quando mudam as conveniências e ambições políticas do seu autor. Não surpreende, portanto, que já no ano de 1947, Reale bradasse acusações de conluio entre Getúlio e Prestes dizendo: “Basta de São Borja! Basta de Moscou!”³².

1.7 No Partido Social Progressista

Com o final do Estado Novo, na vida política nacional operou-se um processo de reorganização dos partidos, a partir do qual Reale - na sua condição de “ex-integralista oriundo do revisionismo socialista”³³ - reiniciou sua vida político-partidária. Por considerar as agremiações já fundadas ainda como expressões da República Velha, com

³¹ Id. *Memórias-I*, p. 181.

³² REALE, Miguel. ANEXO A, p. 121.

³³ Id. *Memórias-I*, p. 194.

mais diferenças de forma que de conteúdo, articulou a fundação de “um novo partido de caráter popular”³⁴, o Partido Popular Sindicalista (PPS), do qual assume uma das vice-presidências. No entanto, a vida desse partido foi efêmera. Nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1945, o PPS obteve um resultado eleitoral pouco significativo. Com o desempenho também fraco do Partido Republicano Progressista (PRP) e do Partido Agrário Nacional (PAN) surgiu a possibilidade de ser articulada uma fusão partidária, com a qual os membros das três agremiações sairiam fortalecidos no plano político e eleitoral. Nessa perspectiva, para a qual seria muito útil fazer uso da popularidade do ex-interventor Adhemar de Barros (membro do PRP), a fusão fez-se oportuna. Foi, portanto, mais por razões de conveniência política e eleitoral - como Reale revela em suas lembranças - que a união se justificou e não em razão da existência de “um mesmo impulso marcadamente popular e socialista”, como disse à época³⁵. Forma-se assim o Partido Social Progressista (PSP).

Reale, novamente atuando como ideólogo partidário, foi autor dos dois manifestos partidários fundadores³⁶. Nesses importantes documentos políticos (que serão tratados minuciosamente no item *Do Estado Integral à Democracia Social*), ele procura estabelecer as “idéias diretoras” dessas organizações. A perspectiva que os norteia é a defesa da conciliação das classes no interior do Estado, o que vem sob o nome de trabalhismo no manifesto popular-sindicalista e de socialismo no documento social-progressista. Além disso, se nas lides integralistas pregava a extinção dos partidos e a sua substituição pelas corporações, agora aponta a legitimidade dos primeiros como meios de legítima expressão da “vontade nacional”.

Em janeiro de 1947, o ideário social-progressista compareceu à eleição para o governo estadual em sua forma profana: corporificado na figura de Adhemar de Barros, a “verdadeira razão de ser” do partido³⁷ que, com apoio do PCB, pode vencer o opositor Hugo Borghi (PTN-PTB). Com a posse do governador, Reale (vice-presidente do PSP), assumiu a Secretaria da Justiça e Negócios Interiores, “a pasta política por

³⁴ Id. *Ibid.*, p. 194.

³⁵ Id. *Memórias-I*, pp. 197 e 314.

³⁶ Id. *Ibid.*, pp. 196-197. Quanto à autoria do manifesto pessepista consta também versão diversa, segundo a qual teria sido elaborado por uma comissão da qual eram membros, entre outros: Ivair Nogueira Itagibe, Mario Beni, Paulo Lauro e Miguel Reale (cfr. BENI, Mário. *Adhemar*. São Paulo, Grafikor, 1973/4, p. 327).

³⁷ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, p. 404.

excelência”³⁸, de onde se exonerou apenas cinco meses depois (15/03/1947-01/09/1947) em razão de um clima de intrigas palacianas em que se viu envolvido³⁹.

Mesmo assim, Reale manteve a vida partidária, atuando na campanha de Novelli Junior para vice-governador do Estado de São Paulo. Essa eleição ocorreu em novembro de 1947, oito meses depois do pleito para a governança, pois o cargo de vice foi criado justamente nesse ínterim. Não bastasse a estranha situação de uma eleição para vice que ocorre oito meses depois da principal, as coligações eleitorais também se alteraram de um momento para o outro. Adhemar fora eleito governador pela coligação constituída pelo PSP e PCB em oposição à coligação PTB-PTN de Bórgi; no pleito para vice, contudo, o candidato de Adhemar (Novelli Júnior) era representante da coligação do PSP com PTN-PDC-PR e disputava com Carlos Cyrillo Júnior da coligação PTB-PCB-PSD. Resumindo, o PCB que elegera Adhemar apoiou para vice o candidato anti-adhemarista Cyrillo Júnior e o PTN passou para o lado do PSP.

Obtivemos acesso a um documento inédito. Trata-se de um discurso proferido por Reale nessa campanha (ANEXO A), no Vale do Anhangabaú, ao final de “uma peregrinação por todo o interior do Estado”⁴⁰. Ele que, como pessepista, contribuiria para a eleição de Adhemar em aliança com o PCB, agora lançava palavras virulentas contra Cyrillo Junior, qualificando-no como resultado de um vínculo espúrio de São Borja com Moscou, de Getúlio Vargas com Luis Carlos Prestes. Vejamos:

“Estamos hoje defendendo o brio e a dignidade de São Paulo, que até hoje tem sido empurrado para dentro de correntes estranhas, para que possamos dizer para todo o Brasil, para que o Brasil inteiro escute: basta de São Borjas; basta de Moscou!... (Muito bem - Palmas prolongadas) [...] Vamos, pois, ao plebiscito no qual o povo de São Paulo responderá a Vargas e a Prestes; responderá São Paulo a Getúlio Vargas (Apupos) demonstrando que votar em Novelli Junior é votar em 29 de outubro⁴¹, ou seja, votar na democracia. (Palmas prolongadas. Muito bem!) Paulistas, iremos às urnas para demonstrar a Luiz Carlos Prestes que em São Paulo se vencem eleições sem Prestes e sem comunistas. (Muito bem! Muito bom!) [...] Meus amigos:

³⁸ Id. *Memórias-1*, p. 203.

³⁹ Id. *Ibid.*, p. 211.

⁴⁰ REALE, Miguel. ANEXO A, p. 121.

⁴¹ A queda de Vargas se deu em 29 de outubro de 1945.

é possível haver entendimentos entre quemistas, comunistas e passadistas para construir alguma coisa? Não!...Comunismo, passadismo, quemismo - quanta confusão...Eles querem agora confusão, paulistas, para espesinhar a nossa terra, para tirar partido do trabalho edificante da gente bandeirante, e para pretender ganhar em São Paulo as eleições que sempre perderão no Rio Grande do Sul (Apupos e vaias sucessivos)”⁴².

Ao final, o pessedista Cyrillo Júnior foi derrotado, sendo eleito Novelli Júnior.

Outros três documentos inéditos (ao menos no que diz respeito à trajetória realiana), também em anexo, tratam da conjuntura política e das manobras eleitorais para os pleitos nacional e paulista de outubro de 1950. São três cartas enviadas a Getúlio Vargas que - no interior da problemática eleitoral mencionada - relatam entendimentos de seus emissários com Reale sobre o panorama da sucessão estadual, a possibilidade da candidatura de Adhemar para a Presidência e a aproximação entre PTB e PSP. Cumpre, assim, antes situar a posição de Reale nesses lances políticos.

No ano de 1949, uma parte do PSP apresentou o nome de Reale para ser indicado candidato à governador, nas eleições de outubro de 1950, pela convenção do partido, em 24 de junho. Reale, que teria conquistado popularidade como Reitor da USP, não tinha, contudo, o aval de Adhemar, mas sim sua oposição. O contexto, portanto, é de disputa interna no PSP pela sucessão no executivo estadual.

Na primeira carta (05 de outubro de 1949), Epitácio Pessoa Cavalcanti informa a Getúlio que Reale lhe disse que Adhemar ainda “continua no firme propósito de ser candidato e que as cisões internas do PSD lhe permitiam governar com maioria legislativa”⁴³. Principalmente, aponta que, na disputa pela indicação do partido à sucessão estadual, Reale se apresenta como um representante daqueles que querem reagir contra o regime de corrupção adotado em São Paulo, que tem grande apoio do Partido, mas prevê forte cisão do PSP na hora da Convenção.

Na segunda carta, de 14 de dezembro de 1949, Nelson Fernandes descreve a “longa conferência [...] com o Professor Reale”, na qual esse afirmou não ser o

⁴² Id. ANEXO A, p. 122.

⁴³ REALE, Miguel. ANEXO B, p. 126.

candidato da escolha de Adhemar, mas que iria para a convenção e venceria, para isso pretendendo o apoio do PTB. Isso leva o remetente a considerar: “Conheço bem o Sr. Ademar de Barros, já de uma feita afirmei isso ao Eminente Chefe [Getúlio Vargas]. E estou convencido de que o Sr. Miguel Reale terá que esfrangalhar o resto que sobra do seu Partido [para sair vitorioso da convenção]”. Agora, o mais curioso dessa carta é o relato das perspectivas de Reale quanto à aliança de seu partido com o PTB. Teria expressado “interesse em restabelecer a aliança PSP-PTB” e - o que intriga mais - “segundo me declarou, aos moldes do que já lhe propoz em 08 de janeiro de 1947, com a absorção futura do PSP pelo PTB. Naquela ocasião, se o Eminente chefe [Getúlio Vargas] está bem lembrado, o Sr. Reale foi credenciado pelo Sr. Adhemar de Barros para tratar do assunto [...]”⁴⁴.

A terceira carta (21 de junho de 1950) consiste em um informe sobre essa disputa intra-partidária. O emissário Francisco de Toledo Piza reportou a Vargas que:

“O nosso presado [sic] amigo Reale confia nos entendimentos que teve consigo através do nosso comum amigo Danton [Presidente do PTB e Ministro do Trabalho de Vargas] e, segundo minha opinião, entre todos, será o único a fazer frente ao ‘perigo Borghi’, levando-se em consideração suas relações com todas as camadas sociais [sic], o que vem ocorrendo através das mais variadas manifestações que vem recebendo publicamente, o que não ocorreu nem ocorrerá com os demais nomes apontados”⁴⁵.

Essa missiva data de poucos dias antes da convenção. Ocorre que um dia antes de sua realização os auxiliares de Reale foram presos e ele próprio foi impedido de lá se manifestar, tudo sob a acusação de estarem preparando um golpe integralista. Diante dessa manobra incisiva de Adhemar, que apoiava o nome de Lucas Garcez, Reale - em julho de 1950 - renuncia ao seu cargo de Reitor da USP, que havia assumido em agosto de 1949 a convite do próprio Governador. Reale passou, então, para o lado do candidato oposicionista Hugo Bórgi (que saíra do PTB, passando a compor a coligação PTN-PRT), filiando-se ao PTN, que lhe concede a possibilidade de concorrer ao Senado. Nessa mesma eleição que consagrou o retorno de Vargas à Presidência, Reale alcançou apenas o terceiro lugar, com metade dos votos do candidato da coligação que também

⁴⁴ REALE, Miguel. ANEXO C, p. 128.

⁴⁵ REALE, Miguel. ANEXO D, p. 134.

venceu no Executivo estadual, ambos da coligação PSP-PTB. Pouco depois, contudo, com a intermediação de Danton Coelho (Ministro do Trabalho de Vargas e Presidente do PTB), Reale e grande parte da dissidência pessepista, que havia se retirado do partido com o episódio da convenção, ingressaram no PTB. Isso lhe propiciou, inclusive, que Vargas o enviasse para defender a posição brasileira em uma reunião da OIT.

Esses malogros eleitorais e partidários levaram Reale a afastar-se da política partidária por cerca de 10 anos, tempo em que se dedicaria prioritariamente às atividades teóricas. Destaca-se apenas um encontro que teve com o Presidente Vargas, ao final do seu mandato presidencial, em que ele lhe teria solicitado que contribuísse para a renovação do ideário trabalhista:

“- O senhor tem sempre insistido no sentido de dar uma base programática ao PTB [...] e me parece que é chegado o momento de fazê-lo. As eleições em São Paulo⁴⁶ e em outros Estados estão demonstrando que o povo está ansioso por novas idéias [...] Acho que o PTB corresponde à solução mais conveniente do país, mas é preciso atualizar seu programa e passarmos para uma pregação de caráter doutrinário. Esta é a razão do convite que lhe fiz para nosso encontro certo de poder contar com a sua colaboração’. Concordei incontinenti com a colocação do problema [...]”⁴⁷.

Contudo, seu entusiasmo com a idéia arrefeceu em seu encontro com João Goulart (Ministro do Trabalho), no qual expôs “suas idéias sobre o programa de ação que o PTB deveria encetar, a partir de um grande encontro nacional para debate da mensagem trabalhista”⁴⁸. Mas Jango, comenta Reale, não se interessava por teorias políticas, apenas por relações clientelistas, não sendo um sucessor à altura do trabalhismo varguista. Posteriormente, apoiou a fundação de Brasília, apelando para o encontro entre litoral e interior, o que lembra sua antiga perspectiva bandeirista. Contribuiu, também, para a fundação do ISEB, trabalhando em sua formatação jurídica

⁴⁶ Trata-se da eleição para Prefeito de São Paulo, na qual Jânio Quadros obteve vitória acachapante. Reale chegou a discursar em comícios do candidato derrotado Francisco Cardoso, apoiado por uma coligação que envolvia os maiores partidos da época (PTB, PSD, PSP, UDN).

⁴⁷ Id. *Memórias (volume 2): a balança e a espada*, São Paulo: Saraiva, 1987, p. 10.

⁴⁸ Id. *Ibid.*, p. 12.

e para convencer o Ministro da Educação que era próximo dele, mas não participava como teórico desse órgão.

1.8 O Instituto Brasileiro de Filosofia

Antes de tratarmos do retorno de Reale aos embates políticos nacionais - o que faremos no próximo e último tópico desse itinerário político e ideológico - trataremos de sua longa contribuição para o IBF, que assumiu grande destaque em sua trajetória pessoal. A idéia que norteou a criação desse instituto foi a seguinte: “Tudo consistia em assumir a tarefa filosófica, por inteiro, com a convicção de que a identidade nacional, tão procurada, seria impossível sem uma autoconsciência filosófica”⁴⁹. A partir da fundação, em 1949, até décadas depois, Reale foi figura central para esse Instituto, que tinha os seguintes objetivos:

“reconstituição crítica e publicação dos textos fundamentais dos filósofos nacionais; elaboração de trabalhos que não fossem meros comentários de teorias alienígenas, mas representassem o ato de pensar em diálogo com autores do Brasil e do estrangeiro, sem subordinação exclusivista e dogmática a determinada linha de pensamento; participação do Brasil nos encontros internacionais de Filosofia, bem como promoção de congressos filosóficos nos diversos Estados da Federação. [...] Mas a iniciativa mais arrojada, recebida em certos círculos com sarcasmo, foi a fundação da Revista Brasileira de Filosofia, em 1950, com o propósito de aparecer em fascículos trimestrais. Apesar dos prognósticos pessimistas, o órgão oficial do IBF lançou raízes propícias, com edição regular até hoje, passados mais de 35 anos. Constitui, fora de dúvida, o maior e mais expressivo repositório do pensamento nacional”⁵⁰.

⁴⁹ Id. *Memórias-2*, p. 225.

⁵⁰ Id. *Memórias- 2*, p. 220.

Sua dedicação à presidência do IBF e à publicação trimestral da Revista Brasileira de Filosofia aumentou ainda mais com seu afastamento das lutas partidárias nessa década de 1950, após a ruptura com Adhemar e a derrota na eleição do senado. Com isso, participou de congressos em diversos cantos do mundo, organizou conferências internacionais no Brasil e formulou cursos. Contava com a colaboração de diversos intelectuais, dentre os mais próximos ele elenca: Vicente Ferreira da Silva Filho, Heraldo Barbuy, Renato Cirell Czerna e Luiz Washington Vita. Os temas - abordados em textos ou conferências, por intelectuais brasileiros ou estrangeiros - eram os mais variados, por exemplo: “O pensamento político da Revolução Francesa até hoje”, “O pensamento italiano do Renascimento até hoje”, “Schelling e a filosofia romântica alemã”, etc⁵¹. Despretensiosamente afirma Reale que o “‘diálogo’ filosófico surgiu pela primeira vez no Brasil”⁵².

Além de presidir o instituto, Reale ainda publicou com regularidade na revista que dirigia. Muitos de seus textos foram depois reunidos em livros. Seus artigos versavam basicamente sobre três temas:

- a) pensadores brasileiros e história das idéias no Brasil;
- b) filosofia do direito e, especificamente, elaborações de sua teoria tridimensional;
- c) filosofia, com foco na relação finalidade-causalidade⁵³.

As divisões entre essas temáticas apareciam por vezes de forma mais evidente, por outras de modo entrelaçado, mas sempre com a predominância de um deles. De qualquer forma, na maior parte das vezes prevalecia a divisão aqui exposta.

Ao tratar de *pensadores brasileiros e história das idéias no Brasil*, Reale expõe espécies de relatórios descritivos da evolução teórica de alguns pensadores nacionais, notadamente de juristas como João Mendes Jr. E Clovis Bevilacqua, sem a pretensão de criticá-los. Em seus artigos de filosofia do direito, Reale busca explicitar sua famosa

⁵¹ Id. *Ibid.*, p. 04.

⁵² Id. *Ibid.*, p.289.

⁵³ Aliás, essa é a divisão que Reale estende a toda a sua obra, quando afirma - mesmo que em termos um pouco diversos - que seus livros sempre buscam discutir um dos seguintes aspectos: “a) Teoria Crítica do Conhecimento e problemática ontológica; b) o Direito numa compreensão histórico-axiológica; c) história das idéias no Brasil” (Id. *Ibid.*, p.66).

teoria tridimensional do direito que, em síntese, prega que a “experiência jurídica concreta” é formada pela integração dos fatos em normas segundo valores; sua principal inovação seria a de transpor os elementos fato-valor-norma do plano das formas de se conhecer o direito para o plano da própria experiência jurídica concreta. Por fim, textos filosóficos, nos quais se revela a sua concepção de história, cujo desenvolvimento em relação ao período integralista (concepção integral da história) abordaremos em capítulo posterior.

1.9 O Golpe de Estado de 1964

Após quase dez anos afastado, o retorno de Reale à militância política principiou no ano de 1961, em que - mesmo filiado ao PTB - votou e apoiou Jânio Quadros na eleição que o levou à Presidência da República. Diante de sua súbita renúncia, sucedida pela tentativa de veto militar à posse de Jango, Reale apoiou a solução parlamentarista e, no plebiscito, a sua manutenção, para depois apoiar o golpe, como veremos⁵⁴.

Eleito novamente governador no ano de 1962 “como um representante da ordem e da livre iniciativa no plano econômico”⁵⁵, Adhemar o convidou para assumir a Secretaria da Justiça pela segunda vez. Mesmo com as asperezas passadas e não o tendo apoiado na eleição estadual, a proposta foi aceita. Foi nesse posto que Reale participou diretamente das conspirações para o golpe, o que passamos a relatar a seguir.

No item *O Caos Social no Entreato Golpista* trataremos da análise de Reale sobre o período que se estende da posse de Jânio ao golpe de 1964. Por ora, basta deixar pontuado o centro de sua interpretação, segundo a qual era o governo João Goulart que, controlado por comunistas, fomentava o caos social, a luta de classes, a desagregação social e a dissolução nacional. Isso teria tornado impossível “um entendimento entre o

⁵⁴ Nosso propósito aqui é o de expor um relato factual da participação de Reale nesse momento, com base nas suas *Memórias*. Diferentemente, no capítulo *O Intelectual a Serviço do Golpe de 1964* trataremos da sua análise do momento e da sua contribuição como ideólogo.

⁵⁵ Id. *Memórias*- 2, p. 92.

Estado de São Paulo e o Governo Federal”⁵⁶, ao que se acrescentaria uma prática de restrição de créditos do governo federal para o governo paulista. Em função de supostos atritos de seu chefe com a UDN e o PSD, Reale passa a servir de elemento de ligação com essas agremiações⁵⁷, para formar, como costuma dizer, uma política conjunta de salvaguarda da Constituição Federal e da autonomia estadual, ou seja, para articular um golpe de Estado.

Ao tratar de sua participação no período conspiratório, Reale conta que também fazia o papel de elo entre Mourão Filho e Adhemar de Barros:

“Especial significação teve a chegada a São Paulo de Olympio Mourão Filho para assumir o Comando da 2ª Região Militar, em substituição ao General Lyra Tavares. Conheciamo-nos desde os tempos da Ação Integralista Brasileira, e logo me inteirei da resistência que ele opunha aos planos militar-populistas de Jango, já se achando em plena atividade conspiratória, a qual se desenvolvia, em todo o País, em faixas paralelas, como as dos Generais Olympio Mourão Filho e Cordeiro de Farias, sem falar nas representadas por civis, como as de Julio de Mesquita Filho e Adhemar de Barros, sem possibilidade de entendimento entre ambos. Também Mourão não morria de amores por Adhemar, de sorte que acabei sendo o elo de ligação entre ele e o Governo do Estado”⁵⁸.

Reale narra um encontro que teve com Mourão Filho já com o processo conspiratório em andamento. Foi em uma cerimônia oficial, em julho 1963, na qual houve discursos hostis a Jango. O militar se retirou para não atrapalhar os seus planos golpistas e disse ao seu colega: “- ‘Veja, Reale, em que contingência desastrada me coloca a imprudência desse seu colega [refere-se ao discurso proferido pelo udenista Waldemar Ferreira]. Se não me levantasse, seria logo removido de São Paulo, sem ter ainda concluído meu trabalho”⁵⁹. Mesmo assim, Mourão Filho acabou por ser transferido para Juiz de Fora, onde - como sabemos - deu o primeiro passo da insurreição golpista.

⁵⁶ Id. *Memórias*- 2, p. 109.

⁵⁷ Id. *Ibid.*, p. 109.

⁵⁸ Id. *Ibid.*, pp. 109-110.

⁵⁹ Id. *Memórias*- 2, p. 110.

Sempre exaltando seus feitos conspiratórios, Reale afirma que a aliança de Adhemar com Lacerda não teria se dado sem a sua participação. Ele diz ter promovido um encontro entre ambos em 1963, “ficando, desde aquele momento, firmado o pacto em defesa da democracia”⁶⁰. Posteriormente, Reale, seu filho e outros estudantes promoveram um comício em que ambos discursaram “contra os que estavam tramando contra os valores democráticos”⁶¹. Afirma também ter participado das conversas que culminaram com a adesão de Magalhães Pinto à preparação para a derrubada do Presidente. Vemos aí como ele se coloca como figura central na articulação dos governadores golpistas. Sem a junção da aliança dos governadores somada à mobilização da sociedade civil (as marchas) “em sinal de protesto contra a dissolução social em acelerado processo, a conspiração militar não teria logrado êxito”⁶².

Posteriormente, Reale tomou “parte ativa nos eventos”⁶³ do dia 31 de março, data em que o primeiro passo militar direto foi dado com Mourão Filho movimentando suas tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Explica, então, que os militares Cordeiro de Farias e Nelson de Melo - que estariam fazendo o contato com São Paulo - transmitiram instruções para que Adhemar não colocasse a Força Pública na rua para que não houvesse confronto com as tropas do exército, uma vez que a posição de Amaury Krueel, Comandante do II Exército e ex-Ministro da Guerra de Jango, ainda não estava definida.

Reale afirma ter sido o responsável por convencer Adhemar a acatar as instruções recebidas:

“Guardo ainda bem viva a impressão de seu inconformismo, como de um cavalo de corrida feroso que morde o bridão que o detém. Afinal, não fora ele o primeiro a lançar-se na arriscada conspiração? Não haviam sido dele os primeiros pronunciamentos firmes contra os criadores do caos antidemocrático? E impunham-lhe, agora, que ficasse parado, vendo o seu indeciso colega de Minas aparecer perante o povo com as honras de vanguardeiro, A muito custo fiz-lhe ver que o que importava era a causa revolucionária e que, com o tempo tudo se esclareceria, obtendo a sua

⁶⁰ Id. *Ibid.*, p. 111.

⁶¹ Id. *Ibid.*, p. 111.

⁶² Id. *Ibid.*, p. 111.

⁶³ Id. *Ibid.*, p. 111.

aprovação para uma proclamação oficial que reafirmava a sua confiança no destino da democracia e na pronta intervenção salvadora das forças armadas contra a desordem instaurada no País”⁶⁴.

Na verdade, Kruel tentava negociar uma outra saída com Jango, o que se inviabilizou na noite do dia 31 de março, quando, pela última vez, Kruel telefona ao Presidente demandando como condição de seu apoio que ele se desligasse dos comunistas e tomasse medidas concretas a respeito⁶⁵. Com a negativa de Jango deu-se a adesão definitiva do general. Kruel, então, comunica a Adhemar a “notícia alvissareira”⁶⁶. Enviado por Adhemar, Reale vai encontrar Kruel no Comando do II Exército e esse lhe diz que cuidará “apenas da questão militar”, ficando “as demais por conta do governador”⁶⁷.

O jurista entrou em ação: redigiu o Decreto n. 43.183, de 01/04/1964, que determinava a intervenção estadual nos órgãos e departamentos federais, dada a situação de rompimento “do pacto federativo e ante o fato revolucionário”⁶⁸. Reale inclusive se vangloria de ter promovido os “expurgos do funcionalismo estadual” com curiosa “tolerância humana”⁶⁹. Em seguida, preocupados com a possibilidade de um embate prolongado, Reale e o governador trataram da necessidade de obter reconhecimento internacional do “estado de beligerância”, o que conferiria representatividade política própria aos revoltosos, permitindo que obtivessem do exterior, notadamente dos Estados Unidos, petróleo e armamento. Reale ficou incumbido de estudar os passos necessários para esse resultado, reunindo uma comissão que contava, entre outros, com o futuro Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, mas com a vitória instantânea do golpe não foi mais preciso fazê-lo⁷⁰.

⁶⁴ Id. *Memórias*- 2,p. 113.

⁶⁵ Kruel e Jango se falaram por telefone três vezes no dia 31. Uma das conversas teria sido assim: “- ‘Presidente, o senhor é capaz de prometer-me que vai se desligar dos comunistas e decretar medidas concretas a respeito?’ - ‘General, sou um homem político. Tenho compromisso com os partidos e não posso abandoná-los ante a pressão dos militares. Não posso também deixar de lado as forças populares que me apóiam’. - ‘Então, Presidente, nada podemos fazer. E isto é a opinião dos generais aqui presentes’” (DUARTE, Eurilo. “32 Mais 32 Igual a 64”. In: E. DUARTE et al. *Os Idos de Março e a Queda em Abril*. 2 ed. Rio De Janeiro: José Álvaro, 1964 p. 143).

⁶⁶ Id. *op. cit.*, p. 114.

⁶⁷ Id. *Ibid.*, p. 114.

⁶⁸ Id. *Ibid.*, p. 114.

⁶⁹ Id. *Ibid.*, p. 139.

⁷⁰ Id. *Ibid.*, p. 116.

Menos de um mês depois, em 24 de abril, Reale foi exonerado da Secretaria por Adhemar, que a justificou como de “interesse da revolução”. De seu lado, Reale explica sua demissão por ter oposto resistência a certas pretensões de Adhemar (quanto a nomeações em cargos, por exemplo) e também pelo fato de ter sido ele quem se manifestara nas rádios para os paulistas, atualizando a todos sobre os passos do golpe.

A partir daí, Reale passa a posicionar-se sobre os rumos da “revolução” por meio de artigos em jornais, no Estado de São Paulo e, principalmente, na Folha de São Paulo, que acabam reunidos nos livros “Revolução e Democracia”, “Imperativos da Revolução de Março” e “Problemas do Nosso Tempo”. O fio condutor de sua contribuição é a exigência de uma “institucionalização revolucionária” - já que uma revolução, segundo ele, se caracteriza pela instauração de uma nova ordem jurídica que sucede ao rompimento com a anterior - que tenha por finalidade impedir, por meio do estreitamento das franquias cívicas e do uso do poder excepcional de Estado, a manipulação do descontentamento popular com o arrocho salarial (necessário para superar o subdesenvolvimento) por parte dos opositores do regime.

Em 1969 surge a oportunidade de converter em letra jurídica sua proposta de “institucionalização revolucionária”. O Presidente Costa e Silva instaurou uma Comissão de Alto Nível “para ‘rever a Constituição de 1967 e ajustá-la à legislação revolucionária”. O seletivo grupo era composto, além de Reale, pelo próprio Costa e Silva (que presidia os trabalhos), por seu vice Pedro Aleixo (o relator), Gama e Silva (Ministro da Justiça), Rondon Pacheco (Chefe do gabinete Civil), Hélio Beltrão (Ministro do Planejamento e da Coordenação geral), Temístocles Cavalcanti (Ministro do STF) e Carlos Medeiros (notabilizado por escrever a parte jurídica do primeiro Ato Institucional).

A comissão ficou reunida entre os dias 14 e 17 de julho e, entre outras propostas, Reale sustentou a manutenção da suspensão do *habeas corpus* para crimes políticos e a inclusão do AI-5 no texto constitucional, o qual também colocaria sob a competência do Presidente a sua revogação. A nova Constituição seria outorgada logo no início de setembro, não fosse a súbita doença que acometeu o Presidente e o retirou do exercício do poder. Mesmo assim, as duas sugestões foram incorporadas posteriormente, quando - submetida a outras modificações - a Junta Militar finalmente outorgou a “constituição de 1969”.

Reale, também nesse mesmo ano, assumiu o cargo de Reitor da USP, a convite de Alfredo Buzaid.

Assim, terminamos a exposição do itinerário político-ideológico-realiano entre os anos de 1930 até 1969. Traçada essa linha evolutiva, agora passamos a trabalhar sobre os pontos centrais do ideário realiano.

2. CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA E DE ESTADO

2.1 Da Historiografia Integral ao Historicismo Axiológico

No capítulo anterior, apresentamos *pontuações* sobre o desenvolvimento da concepção de história de Reale, mas nossa ênfase era em retratar um itinerário. O que agora faremos é justamente nos dedicarmos a compreender a sua concepção de história a partir dos seus próprios escritos. Nossa exposição terá três momentos. No primeiro, trataremos de seu artigo inaugural “A crise da liberdade”; no segundo, da concepção de história que elabora já como ideólogo integralista, a historiografia integral; e, por último, a concepção que estrutura nos seus artigos filosóficos, reunidos na *RBF* e em *Pluralismo e liberdade*. Veremos, assim, as modificações e continuidades que perpassam o evoluir de sua concepção de história.

A primeira exposição da concepção realiana de história está inscrita no artigo juvenil “A Crise da Liberdade” (1931). Sua importância se dá não apenas por ter sido o primeiro, mas por possuir vínculos teóricos com suas elaborações posteriores, principalmente no que diz respeito à sua dupla crítica, ao liberalismo e ao socialismo e à sua crítica ao marxismo enquanto “determinismo”. Tudo isso impõe que seja considerado em particular.

O principal objetivo do artigo é sustentar uma concepção de história pautada pela retificação do pensamento de Marx, incorporando e superando o marxismo no interior da perspectiva de um socialismo revisionista ou socialismo liberal, na forma definida por Carlo Rosselli: *o socialismo se torna liberal e o liberalismo se socializa*.

A retificação central sobre o pensamento de Marx, e coluna vertebral do seu revisionismo, concerne ao “fatalismo” que estruturaria a concepção marxiana de

história. Reale atribui a Marx a elaboração de um “sistema rígido” e “dogmático”, no qual a “previsão” do advento da “ordem socialista” teria o caráter de uma crença inspirada em uma concepção “fatalista” da história. O enorme descompasso que haveria entre essa “crença” e a realidade o leva a concluir que “há muito misticismo no sistema de Marx”. Imputa-se a Marx, por conseguinte, a idéia de que o advento de uma “ordem socialista” é resultado independente de vontades individuais e dependente apenas de leis internas objetivas do capitalismo, as quais Reale trata como determinações supra-individuais. Marx, diz, acaba por defender um “misticismo fatalista” que, se aceito, implica em excluir da história o espaço da liberdade⁷¹.

Entretanto, se o “marxismo” não podia ser aceito por inteiro, tampouco o podia o liberalismo. Aliás, a crítica de Reale ao que considera serem parcialidades do socialismo e do liberalismo tem nesse artigo a sua primeira expressão pública. O primeiro lado da “crise da liberdade”, que acabamos de expor, assenta-se na contradição de que Marx teria proposto que a “*liberdade*” como uma ocorrência *fatal*. Do outro lado, apresenta-se a crise da liberdade na vertente liberal. Para Reale, a burguesia foi liberal – e liberal dito no sentido de defender a liberdade - até a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Contudo, ao assumir o poder e visando a nele se perpetuar, a liberdade que passou a defender diria respeito unicamente aos seus privilégios de classe. A crise da liberdade se coloca na medida em que, de um lado, os socialistas afirmam que o alcançar da liberdade é resultado de um processo fatal e os liberais, de sua parte, afirmam “privilégios de casta” ao mesmo tempo em que falsamente dizem defender a liberdade.

O revisionismo é uma resposta, fundamentada em uma emenda ao pensamento de Marx, a essa crise de duas faces. Mas, “Qual o fim do revisionismo? Procurar, dentro do sistema de Marx, um lugar para a vontade [...] combater a concepção do homem

⁷¹ A crítica de Reale não se ampara em textos, não apresenta provas do que diz. Aliás, o mais correto é dizer que essa ausência é justamente a condição para sua afirmação arbitrária, afinal não se encontra em Marx a afirmação da passividade do homem em relação à história ou às circunstâncias sociais. Reale tem uma visão distorcida e reducionista do pensamento de Marx. Não desenvolveremos aqui os pressupostos marxianos, pois aqui se trata de investigar o pensamento realiano, mas que fique marcado que Marx nega radicalmente qualquer idéia que faça do indivíduo um ser passivo diante da história, pois considera que *a história é a história dos indivíduos* e que *as circunstâncias são os próprios indivíduos*. Ora, não há como concluir a partir disso que o indivíduo é resultado mecânico do todo ou que o modo de relação entre os indivíduos é consequência de determinações extrínsecas.

como passivo diante dos fatos históricos...”. O propósito do revisionismo realiano caminha no sentido de corrigir esse suposto erro do sistema marxiano, o erro de – pagando tributo ao seu tempo – “reduzir a história à história natural”, no sentido de que o processo histórico se reduziria a um movimento que opera por si só e do qual os homens são efeitos: os indivíduos enquanto efeitos de uma causalidade externa que move a si própria⁷². Nessa história fatalista, a “vontade”, os “motivos morais”, não desempenhariam papel algum. Inserindo a esfera da vontade autônoma ou da subjetividade autônoma, o erro é corrigido e resolve-se a “crise da liberdade”, pois a liberdade se acrescenta ao fatalismo, a vontade se acrescenta às circunstâncias objetivas. Tal é a solução do revisionismo para a irrealização da liberdade nas vertentes do “socialismo” e do “liberalismo”.

Pensando estar afinado com o melhor de seu tempo, Reale considera que o programa teórico do revisionismo é de um “socialismo moderno”, uma vez que renovaria o marxismo ao nele incluir o papel da vontade, o “voluntarismo”. O significado dessa renovação é desbancar o aspecto dogmático do marxismo, é solapar seu fatalismo inexorável. Sendo esse fatalismo - que em outros momentos Reale chama de determinismo ou naturalismo - um elemento essencial do “sistema” do marxismo, sua concepção seria, assim, de um socialismo que, assim, não se orientaria pelo “materialismo histórico como concepção de vida”.

Incorporar ao fatalismo marxista o espaço da liberdade significa unir, respectivamente, socialismo e liberalismo. Essa tese se exprime quando Reale faz corresponder à fórmula de Carlo Rosselli - *o socialismo se torna liberal e o liberalismo se socializa* - uma afirmação que atribui a Bakunin: “a liberdade sem o socialismo é o

⁷² Essa é a conclusão que Reale extrai de sua leitura mecanicista do pensamento de Marx. Reale quer atacar a idéia da passividade do homem diante da história, mas em vez de afirmar que as circunstâncias são os próprios *indivíduos em intercâmbio*, Reale pensa tudo resolver inserindo o papel da *vontade/liberdade na história*. Essa diferença é crucial. Na idéia de Reale, o homem equivale à vontade e não é parte das circunstâncias objetivas. Para ele, as circunstâncias objetivas (ou “leis internas do capitalismo”, como também diz) desvinculam-se da ação de cada indivíduo, pois são pelo fatalismo. Vemos, então, que é o próprio Reale que tem uma concepção fatalista da história. A “retificação” a ser operada, portanto, tem como alvo o conteúdo de sua própria formulação, o que se revelou por meio da interpretação distorcida do pensamento de Marx. Fique, então, reformulada a questão e vejamos como Reale busca emendar o fatalismo de sua própria concepção de história. Isso se dá, dissemos já acima, por meio da inclusão da *vontade/liberdade/subjetividade* na história. Reale não afirma, ressaltamos, o papel do indivíduo concreto na história, com suas carências reais e sua capacidade de atuação consciente. Isso porque ele situa a objetividade está fora dos indivíduos. Assim, o problema central é a cisão realiana entre indivíduo x objetividade. O homem, então, não é um ser objetivo que por meio de todos os seus sentidos se faz capaz de apropriar objetos externos, mas sim a vontade livre.

privilégio e a injustiça; e o socialismo sem a liberdade é a escravidão e a brutalidade”. A comparação entre essas duas afirmações nos permite ver como, para Reale, liberalismo e liberdade são sinônimos. O socialismo liberal é o socialismo com liberdade. O socialismo é a expressão da comunidade, do coletivo, que – a existir apartado do liberalismo – aniquilaria a vontade e significaria a opressão do social sobre o individual, a escravidão do particular exercida pelo geral; enquanto concepção de história seria a história como processo fatal sem espaço para a vontade do indivíduo. O liberalismo é a expressão da liberdade individual, do particular que – a existir apartado do socialismo – acarretaria na constituição de privilégios e desigualdades, na aniquilação do interesse geral pela mesquinha de cada interesse particular; como concepção de história significaria a história enquanto mero ato de vontade.

O esforço em constituir uma concepção de história própria, sempre trabalhando com os pólos liberdade-fatalismo ou vontade-naturalismo, continua em sua obra integralista. Aparece por vezes com maiores desdobramentos e por vezes no interior de formulações sobre outros assuntos. Mas é em “Atualidades de um Mundo Antigo” que apresenta sua definição mais clara. Trata-se de um dos primeiros estudos que inicia no seu período integralista, mas sua finalização foi postergada e o trabalho publicado em 1936⁷³. É uma obra de duas faces. A primeira - e única que nos interessará - é a dedicação de um momento específico para a exposição *concepção integral da história* e a segunda um conjunto de imputações retiradas de uma interpretação sobre a história grega transpostas bruscamente para a contemporaneidade brasileira dos anos 1930. Mesmo assim, não deixaremos de recorrer a trabalhos como *O Estado moderno: liberalismo, fascismo e integralismo* e *Formação da política burguesa*.

Assim, Reale busca desenvolver e advogar - apenas e tão-somente! - uma *nova* concepção de história. Vemos que sua pretensão não encontra limites. Depois de tentar superar Marx com “canetadas” (e, a despeito de sua coloquialidade, não haveria termo mais adequado para designar as suas afirmações ao mesmo tempo peremptórias e infundadas), Reale - com inflada imodéstia - apresenta sua nova criação: a inédita

⁷³ O adiamento, diz, justificou-se pela necessidade mais premente de estudar a política contemporânea (Id. *Memórias-1*, p. 73).

historiografia integral ou *concepção integral da história* ou *método integral*. Vejamos em que consiste.

A *integralidade*, seu atributo central, é colocada por oposição a outros métodos ou concepções que tratariam a história de forma compartimentada, fragmentada, parcializada. Portanto, é integral na medida em que levaria em conta o processo histórico em sua totalidade. A composição dessa totalidade abrigaria duas esferas, o real seria formado pelas dimensões do *Ser* e do *Dever Ser*. A definição de uma concepção como parcial se dá em torno da concessão de uma posição dominante ou excludente a uma ou a outra dessas esferas, cujos conteúdos já apresentaremos. Ao fazê-lo estar-se-ia incorrendo nos equívocos do naturalismo ou do idealismo. Diante disso, a grande novidade da *historiografia integral* seria congregar em uma mesma concepção essas dimensões do *ser* e do *dever ser*.

A dimensão do *ser*, define Reale, é o mundo objetivo, das coisas, da natureza, dos fatos brutos extra-espirituais ou, no termo que lhe é preferido, das *causas eficientes*. O *dever ser*, por sua vez, consiste no âmbito da subjetividade, da liberdade, da consciência, do espírito ou no espaço das *causas finais*. As leis do primeiro seriam causais e indiferentes, ao passo que as leis do segundo seriam finais (teleológicas) e éticas. Define-se, então a concepção integral da história como a união de dois momentos, do *ser* e do *dever ser*. Reale dá exemplos significativos da expressão dessas duas esferas: no plano político, os costumes estariam na esfera do *ser* e a lei no *dever ser*, a sociedade no primeiro e o Estado no segundo. É o que diz a seguir:

“Há pois que considerar no estudo da história dois aspectos do real, mediante leis de duas naturezas; as leis de causa eficiente, e as leis finais, referentes respectivamente aos fatos, às idéias e à vontade, ao determinismo do mundo objetivo e à liberdade do espírito: ao costume e à lei; à sociedade e ao Estado, para exemplificar no campo da política”⁷⁴.

⁷⁴ Id. Atualidades de um Mundo Antigo. In: M. REALE. *Obras políticas (1931-1937) - volume 1*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 28. Veja-se que, diante disso, a sociedade é concebida enquanto objeto natural, logo incapaz de elaborar uma finalidade para si própria, uma vez que essa finalidade é recebida de fora, pelo Estado. A correspondência entre costume e lei segue a mesma lógica. A analogia de fundo é que o Estado representa para a sociedade o que a consciência representa para o homem. A sociedade sem o Estado é o homem inconsciente e sem propósitos, de vida estritamente

Como acabamos de apontar, Reale considera que a cisão dessas duas esferas implicaria em incidir nos equívocos do determinismo/naturalismo ou do idealismo. E é em torno da crítica ao idealismo e - com muito mais importância - ao naturalismo (que teria no marxismo seu representante de maior destaque) que se estrutura a *concepção integral da história*. É disso que passamos a tratar, lidando brevemente com o primeiro e mais extensamente com o segundo.

O pensamento idealista teria por fundamento a consideração exclusiva da esfera do *dever ser* em detrimento da esfera do ser, da subjetividade em detrimento da objetividade, da liberdade em detrimento do determinismo. Seu erro seria a desconsideração do que o materialismo/determinismo/naturalismo elevaria a fator único, ou seja, do mundo objetivo, das coisas, da natureza. Isso implicaria no seguinte problema:

“...se fizéssemos abstração das circunstâncias condicionadoras da atividade humana para só considerarmos as finalidades *dos atos, as idéias em si*; se deixássemos de estudar as condições objetivas de lugar e de tempo, as forças individuais e sociais, as instituições, os usos, os fatores étnicos, geográficos, etc., - então a história perderia sua característica fundamental e específica de estudo de fatos sociais particulares e concretos para se confundir com a filosofia moral. A história seria uma relação de atos criadores *ab nihilo*”⁷⁵.

Agora, se os idealistas “sacrificam o objeto, as coisas”, os naturalistas “sacrificam o sujeito, o homem, os valores autônomos do espírito”⁷⁶. O determinismo ou naturalismo invalidaria a liberdade humana na história, reduzindo o homem à coisa. Reale trata do marxismo ao positivismo como expressões dessa forma de compreensão que ele ataca por entendê-la como parcial. Trata-se, diz, do “mediocre ‘materialismo histórico’ que apresenta a sociedade como uma superestrutura da economia, da raça ou do meio físico”⁷⁷. A lógica dessa esfera do real (das *causas eficientes*) - à qual o determinismo se atém com exclusividade - é de uma causalidade independente de motivações humanas, um movimento que opera sem estabelecer finalidades próprias.

natural. O Estado apresenta-se como a ponte que retira os homens da vida estritamente natural e mecânica, fazendo do seu pertencimento a ele a condição da sua existência social.

⁷⁵ Id. *Atualidades de um mundo antigo*, p. 29.

⁷⁶ Id. *Ibid*, p. 32.

⁷⁷ Id. *Ibid*, p. 32.

Em seus termos: “No campo das ciências naturais, eu posso compreender o modo de desenvolvimento dos fenômenos, o *como* isto ou aquilo acontece, sem que em meu espírito necessariamente se forme a pergunta: *por que acontece?*”⁷⁸.

Assim, a definição se dá por oposição: é o âmbito que opera independentemente das causas finais. Uma apreciação histórica circunscrita nesse âmbito implicaria na “redução da história à história natural”, uma vez que apartada da intervenção da “subjetividade criadora”: “Essa história sacrificou o homem. Desde que o determinismo penetra na história e expulsa o finalismo, dela sai o homem, porque se lhe rouba a liberdade, a autonomia, poder de querer e de agir”⁷⁹.

A seguir, Reale descreve as razões da emergência histórica das explicações que ele engloba sob o rótulo de naturalismo:

“Os sociólogos e historiadores do século passado deixaram-se influenciar pelas conquistas do mundo físico e, desconfiados de si mesmos e dos valores próprios às ciências do homem, passaram a copiar métodos e processos que isoladamente só podiam dar resultados satisfatórios no mundo das coisas, como aliás aconteceu. E assim fizeram várias experiências unilaterais, exprimindo cada uma delas um fragmento da verdade. Foi o período da história como superestrutura da ciência econômica, da qual Engels nos deu o melhor modelo; da história como expressão das forças do meio físico, à maneira de Demolins que explicou as civilizações segundo os rumos das migrações humanas; da história como lutas de raças cruzando-se, repelindo-se, destruindo-se, dominando, na dramaturgia etnográfica dos Gobineau e dos Lapouge; da história como seqüência de mitos; da história como um capítulo da evolução geral das espécies no determinismo do universo: da história como vida do espírito, relação de atos absolutos da idéia; da história... Para que continuar?! A história foi escrita da mesma forma fragmentada como se estudou o homem; através de múltiplas facetas isoladas, arrancadas arbitrariamente do homem integral, do homem que é um valor complexo individualizado. O recurso aos métodos das ciências

⁷⁸ Id. *Ibid.*, p. 29.

⁷⁹ Id. *Ibid.*, p. 35.

físicas não deixou de contribuir, porém, ao progresso da psicologia, da sociologia, da história do direito à luz da hipótese evolucionista, pois por via desses métodos se deu mais importância às leis do mundo objetivo...”⁸⁰.

O naturalismo é o resultado das conquistas das ciências naturais transpostas como método das ciências do homem. O naturalismo reduz a história à história natural, ou seja, confunde “dois mundos distintos, o das *coisas* e o do *homem*, o da *necessidade* e o da *liberdade*, o da inconsciência e o da consciência, o do *ser* e o do *dever ser*”⁸¹. Enfim, o naturalismo define-se da seguinte maneira:

“explicações da vida social em que o homem figura como simples reflexo, como joguete inconsciente de ações e reações exteriores [...] O fim é transferido, em última análise, do homem para as coisas, para o próprio jogo dos processos naturais. As leis causais perdem o caráter indiferente para adquirir um fundo ético [...] Estranha situação! Todo o teleologismo desaparece porque a Natureza é o reino dos fins, e os homens não passam de seus devotados servos: o mundo do ser absorve o mundo do dever ser”⁸².

Portanto:

“Não é possível a ciência do homem somente segundo as leis de causa eficiente, a não ser que se aceite, de antemão, o princípio de que o homem é um pedaço da natureza, um pedaço da sociedade, subordinado inexoravelmente às leis desta. Então a história passaria a ser uma *ciência natural*...”⁸³.

Na citação a seguir, resumindo os dois trechos anteriores, Reale apresenta as duas principais características do naturalismo e enceta sua crítica:

⁸⁰ Id. *Ibid.*, p. 27.

⁸¹ Id. Formação da política burguesa. In: M. REALE. *Obras políticas (1931-1937) - volume 1*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 195.

⁸² Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934, pp. 12 e 14.

⁸³ Id. *Atualidades de um mundo antigo*, p. 28.

“As duas características [...] são: 1) O decalque sobre as ciências naturais; 2) O afinismo, a explicação exclusivamente causal dos fatos. É pelo abandono desses dois pontos essenciais que [...] os movimentos integralistas deixam o peso morto da premissa burguesa (o naturalismo), marcando o ritmo espiritualista dos novos tempos pela reafirmação do princípio da *finalidade* como complemento do de causalidade”⁸⁴.

Contra o naturalismo, Reale afirma sua concepção integral da história - que em outros momentos também denomina de *Doutrina do Homem Integral* ou o *Novo Humanismo* - sustentando que o homem não é mero reflexo de leis indiferentes, mas sim um centro autônomo de forças capaz de transformar as *causas eficientes*. Para isso, as esferas do ser e do dever ser teriam de ser consideradas como autônomas e complementares. A doutrina é integral porque, ao invés das diversas versões do naturalismo, não toma um aspecto parcial – mesmo que verdadeiro – da realidade e o erige à generalidade. Em vez de considerar apenas o meio, ou apenas a economia ou a raça, leva em conta todos esses aspectos. Por sua integralidade, opõe-se a todas as formas de compreensão parcial da realidade que apresentam a parte como se fosse o todo. Enfim:

“Há uma ciência do Espírito e da Liberdade que aprecia os fatos e os atos segundo o *dever ser*; e há uma ciência da *Natureza e do Determinismo* que é a do *mundo do ser*. Elas não são antagônicas, não se excluem. Elas se completam e se influenciam reciprocamente, mas uma não pode ser reduzida à outra, como fazem os materialistas de um lado, os idealistas em campo oposto. É o vício do unilateralismo que faz um Marx só ver a *economia*, ou um Ratzel só ver a *geografia*...”⁸⁵.

Daí que, em síntese, o *método integral* sustenta que: “Baseamo-nos nas conquistas realizadas mediante o pressuposto determinista para realizarmos fins que livremente fixamos. Não há, pois, antítese entre o mundo do ser e do dever ser, entre o reino da Natureza e da Liberdade”⁸⁶.

⁸⁴ Id. *Formação da política burguesa*, p. 198.

⁸⁵ Id. *Atualidades de um mundo antigo*, p. 28.

⁸⁶ Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p. 47.

Diante das consideradas parcialidades de todas as concepções anteriores, o grande mérito dessa “*concepção integral da história*” seria possuir um “método totalitário”. Sua visão seria integral por tratar as esferas do ser e dever ser como esferas que se influenciam reciprocamente. Isso posto, cabe ver como se dá essa *influência recíproca*, fórmula pela qual pretende escapar do idealismo e do materialismo, ante os quais afirmaria seu ineditismo. Reale diz que é o *ser* a esfera que condiciona o *dever ser*, é “o objetivo que condiciona o subjetivo”. E, para Reale, o objetivo condiciona o subjetivo na medida em que é o seu objeto de conhecimento. Ele quer dizer o seguinte: não é a partir do nada, mas sim a partir do conhecimento do mundo objetivo que opera o mundo do dever ser. É, portanto, enquanto objeto de conhecimento que as *causas eficientes* condicionam as *causas finais*. Vemos, então, que a esfera da objetividade tem por papel essencial destinar-se a ser conhecida; ela existe, portanto, como ser-para-o-conhecimento. Assim, o *mundo objetivo* existe para a *consciência* enquanto objeto de conhecimento e não como o terreno de onde necessariamente o indivíduo retira os meios para a satisfação de todas as suas carências. Vejamos a seguinte passagem:

“Ora, na história é necessário aplicar um método integral. Em verdade, que é a história, senão os estudos dos fatos fundamentais da humanidade, dos atos desenrolados no tempo e no espaço a fim de realizar aquilo que *deve ser*? E para realizar o que *deve ser*, não atua o homem no *que é*, não se contrapõe ao que existe, não se afirma contra ou a favor do que *é*? O homem se serve dos conhecimentos obtidos no *determinismo* do mundo objetivo para realizar os fins que a sua subjetividade *livremente* estabelece. Que valeria a atividade norteada segundo o *dever ser*, se nenhum conhecimento o homem tivesse daquilo *que é*? Agiria como louco ou como criança, perdido no turbilhão das impressões passageiras, alucinado por todas as miragens. O subjetivo, portanto, está condicionado pelo objetivo”⁸⁷.

Fique, então, a seguinte identificação: o *ser* é o objeto de conhecimento e o *dever ser* é o conhecimento teórico (o ideal). É a partir dessa relação que mudanças se processam na história, ou seja, nas esferas do *ser* e *dever ser*, como Reale define a seguir: “Na história há o *que é* e o *que deve ser* e há mais ainda o *vir-a-ser*, ou seja, o *dever ser* que indefinidamente vai se transformando em *ser*. Uma geração possui o que

⁸⁷ Id. *Atualidades de um mundo antigo*, p. 28.

outras ardentemente desejaram e as gerações seguintes formularão outros ideais”⁸⁸. Tentando esclarecer, a categoria do vir-a-ser, sem maiores complicações, designa o processo de conversão do ideal em realidade, gerando uma nova realidade, diante da qual haverá outro ideal e assim sucessivamente. Daí que ele disse: “Uma geração possui o que outras ardentemente desejaram e as gerações seguintes formularão outros ideais”. Mas por qual meio fazem-se fatos os ideais: por meio do Estado. Explicaremos brevemente, vez que se trata de objeto do nosso próximo item (*Do Estado Integral à Democracia Social*). Para Reale, como apontamos antes, o Estado é expressão concreta do dever ser (finalidade ou eticidade) enquanto a sociedade representa o ser (mundo do determinimo, da natureza). Deixada por sua própria conta, impera na sociedade o livre jogo das forças naturais e impera a lei do mais forte. O Estado realiza o ideal comum (dever ser) ao agir finalisticamente sobre a sociedade (ser). Daí a apologia que Reale faz da figura do estadista ilustrado, como vemos a seguir:

“Apesar de tudo a história ainda continua a ser para muitos espíritos a mestra da vida, e a boa orientação nos quadros gerais da história universal é o pressuposto fundamental para uma boa orientação nos quadros da história pátria [...] Sem compreensão da história não pode haver verdadeiro estadista”⁸⁹.

Atingimos agora o momento final da exposição da concepção realiana de história. Aqui abordaremos a sua constituição no período pós-integralista. Não o faremos cronologicamente, mas sim em torno dos pontos principais da sua teorização.

Antes disso, uma importante ressalva deve ser feita. Nas teses de 1940, na obra *Filosofia do Direito* (1953), nos artigos das *RBF* e na coletânea de artigos reunidas em *Pluralismo e liberdade*, Reale construiu uma arquitetura filosófica um tanto quanto mais complexa do que as elaborações integralistas, que tinha na *historiografia integral* o seu plano mais abstrato. O que confere outra envergadura aos passos posteriores é seu intento em elaborar um sistema filosófico. Passa além dos propósitos do nosso trabalho

⁸⁸ Id. *Atualidades de um mundo antigo*, p. 29.

⁸⁹ Id. *Ibid.*, p. 38.

a averiguação dos aspectos desse sistema⁹⁰. Aqui nos ateremos as suas novas elaborações especificamente quanto à história. Com isso, analisaremos especificamente de um dos elementos do seu sistema, deixando de tratar de outros que - na soma final - compõem sua lógica global. É o que se impõe fazer para que a pretendida clareza e correção do nosso texto não seja prejudicada pela ânsia em saltar degraus, em alcançar a chegada sem percorrer os caminhos necessários.

Nosso material de análise consiste nos artigos *Personalismo e Historicismo Axiológico e Pessoa, Sociedade e História* e em uma parte da obra *Filosofia do Direito*, com a qual “firmou as linhas essenciais do [seu] pensamento”⁹¹. Na verdade, os dois primeiros textos também remetem-se às questões abordadas pela obra, uma vez que o primeiro foi publicado na *Revista Brasileira de Filosofia* com o propósito de esclarecer questionamentos sobre ela e o segundo é uma versão acrescida e reformulada do primeiro.

Se antes Reale formulou a *concepção integral da história*, depois passou a dedicar-se à estruturação do *historicismo axiológico*: “o historicismo reclamado pelas perplexidades e pelos desenganos do homem contemporâneo”⁹². Trata-se de uma forma de compreender a história que a considera inseparável dos valores. Seus fundamentos são os conceitos de pessoa, sociedade e história: “Pessoa, sociedade e história surgem, assim, como conceitos correlatos, numa concreção dialética que torna impossível a compreensão de um elemento com olvido dos dois outros”⁹³.

Mas na base dessa concepção de história está o conceito de *valor da pessoa humana*, o que é o fundamento da *sociedade* e da *história*. Exploremos o seguinte trecho:

“A sociedade, longe de constituir um fator originário e supremo, é condicionada pela sociabilidade do homem, isto é, por algo que é inerente a todo ser humano e que é condição de possibilidade da vida de relação. O

⁹⁰ Para isso indicamos o estudo de Roberto Markenson, do qual não trataremos pelo mesmo motivo.

⁹¹ Id. *Memórias*- 2. São Paulo: Saraiva, 1987.

⁹² Id. *Pluralismo e liberdade*. São Paulo: Saraiva, 1963, p. 71.

⁹³ Id. *Ibid.*, p. 64.

fato de o homem só vir a adquirir consciência de sua personalidade em dado momento da evolução histórica, não elide a verdade de que o ‘social’ já estava originariamente no ser mesmo do homem, no caráter bilateral de toda a atividade espiritual: a tomada de consciência do valor da personalidade é uma expressão histórica da atualização do ser do homem como ser social, uma projeção temporal, em suma, de algo não se teria convertido em experiência social se não fosse inerente ao homem *a condição transcendental de ser pessoa*, ou, por outras palavras, de ser todo homem *a priori* uma pessoa”⁹⁴.

Esse trecho é uma tentativa de apresentar uma resolução à questão da relação homem-comunidade através da negação da idéia de que a sociedade determina o homem. Segundo Reale, a sociedade não constitui o fator originário, ou seja, a sociedade não é condição do homem. Logo, não é a sociedade real que faz do homem um ser social; o homem é ser social porque é *a priori* pessoa. Atenhamo-nos a esta idéia, deixando, desde já, esclarecido que a *pessoa* - sempre no raciocínio de Reale - não designa os indivíduos particulares, pois é sinônimo de *valor da pessoa humana* ou de *personalidade como valor*. O homem só se atualiza como ser social porque sua qualidade social já estava posta *a priori*, ou seja, sua qualidade social antecede a sua vida relacional efetiva.

Fica, então, a conclusão de que o valor da pessoa é a condição originária da vida em sociedade. A *pessoa* não deriva de nada, o *valor da pessoa humana* é a condição fundante, é um valor radical. Daí que um atributo essencial da pessoa é “sua transcendência em relação à individualidade empírica e a tudo que dela promana”⁹⁵. Logo:

“a pessoa não é apenas algo de individualizado entre as coisas, em virtude de sua racionalidade [...] mas se distingue por ser foco constitutivo de valores, fulcro de um mundo que não é o da natureza, mas o da vida ética, *contraposto àquele* [trata-se da] concepção da pessoa como único valor

⁹⁴ Id. *Ibid.*, p. 64.

⁹⁵ Id. Personalismo e historicismo axiológico. *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, v. 5, fascículo 4, outubro-dezembro/ 1955, p. 543.

incondicionado, mas que necessariamente condiciona o ‘processus’ espiritual da atualização das suas virtualidades criadoras...”⁹⁶.

Os valores, para Reale, são as *possibilidades sociais em potência* que condicionam o seu *exercício prático*, ou melhor, a sua *atualização no tempo*. Todos os valores existem enquanto possibilidades em potência, mas o valor da pessoa humana é a sua condição. Há diversos campos de possibilidades sociais *a priori* (estética, justiça, verdade, útil), mas todos esses valores derivam da própria possibilidade *a priori* de instituí-los, ou seja, da condição da pessoa como foco constitutivo de valores.

Assim, a possibilidade social antecede a relação social, mas só realiza-se nela. Os valores são as possibilidades sociais do homem em potência, mas que se efetivam na vida social; assim, ao mesmo tempo em que o valor se origina da vida em sociedade (porque é condição dela), ele só pode realizar-se nela. Em consequência, o ser do homem - sempre conforme o raciocínio de Reale - é a possibilidade de realizar valores que precedem a ele. A história, portanto, é um processo de atualização de valores fundado na própria historicidade originária do homem. Isso significa que o ser do homem é sua capacidade de atualizar na existência histórica-social as suas possibilidades sociais *a priori* (valores). Esse é o conteúdo da afirmação de que o “ser do homem é o seu dever ser”. Trata-se, na verdade, de uma outra maneira de dizer que o homem é ser social porque é *a priori* pessoa.

Essa situação fez do homem um ser eternamente carente e incompleto, visto que é essência do seu ser a atualização de valores na história. Portanto, o homem põe-se na história como potência de atualização de suas condições *a priori*, daí que: “O homem não é ‘ser histórico’ em razão da história vivida, mas o é mais pela carência de história futura”.

Deste modo, Reale busca apresentar o historicismo axiológico como a concepção de história que compõe:

“o valor da *pessoa* e o valor da *história*, conciliando a radical liberdade constitutiva de valores, que é o homem enquanto pessoa (tal como Kant nos revelou) com o drama histórico das pessoas coexistentes (que Hegel quis

⁹⁶ Id. *Personalismo e historicismo axiológico*, p. 542.

abranger em poderosa unidade integrante). Pessoa e convivência histórico-social são termos que se exigem reciprocamente, visto como, - e este ponto é essencial - pôr-se como pessoa é pôr-se como história, como alteridade, como comunidade”⁹⁷.

Agora, ressaltamos que essa conciliação entre pessoa e história não é relação entre equivalentes, mas sim entre condicionante e condicionado, como Reale deixa claro ao dizer que “o *valor da pessoa humana* condiciona a [...] história [do homem]”⁹⁸. É com esse pressuposto que Reale procura insurgir-se contra o “historicismo absoluto” ou concepções “transpersonalistas”, o que passamos a examinar.

Lembramos que se a concepção integral da história (elaborada no seu período de militância integralista) foi levada a cabo tendo por contraponto o que Reale chamava de “naturalismo”, neste momento é o “transpersonalismo” o alvo de sua crítica. Ambos são atacados sob o argumento de que tratam o homem como reflexo da história ou, respectivamente, a subjetividade como efeito da objetividade. A exposição dessa crítica nos ajudará a esclarecer, por oposição, o historicismo axiológico de Reale. Vejamos:

“No atropelo do progresso que o impelia audaciosamente para o futuro, o homem enriqueceu-se e envaideceu-se, e ainda se envaidece, de *objetividade*, daquilo que construiu e constrói, fora de sua personalidade, mas a serviço dela. O *idealismo absoluto*, o *positivismo*, o *naturalismo evolucionista* e o *marxismo*, embora sob prismas e com categorias distintas, assinalam, ainda hoje, o predomínio da *objetividade* sobre a *subjetividade* [...] E, por fim, assinalando a perspectiva de uma fuga incessante do foco espiritual originário, o anúncio profético do ‘governo das coisas’ e até mesmo ‘pelos coisas, confessada a falência do criador perante a criatura’⁹⁹.

Argumenta Reale que o intenso progresso material, principalmente a partir do século XIX, induziu o homem a considerar-se como seu efeito, anulando sua condição *a priori* de pessoa, ou seja, de livre possibilidade de atualizar o futuro. O “transpersonalismo”, segundo Reale, retira do homem sua condição de pessoa (sua livre

⁹⁷ Id. *Personalismo e historicismo axiológico*, p. 545.

⁹⁸ Id. *Ibid.*, p. 549.

⁹⁹ Id. *Pluralismo e liberdade*, p. 69.

possibilidade de atualização de valores) para torná-lo uma conseqüência do mundo empírico, assim também o reduzindo à sua “individualidade empírica”. Deste modo:

“Sob várias formas, o que, na realidade, se verifica, é a perda do sentido autêntico da pessoa como ‘singularidade’ intocável, para prevalecer a pessoa como simples ‘momento de um ser transpessoal’ ou peça de um gigantesco mecanismo, que, sob várias denominações, pode ocultar sempre o mesmo ‘monstro frio’: ‘coletividade’, ‘espécie’, ‘nação’, ‘classe’, ‘raça’, ‘idéia’, ‘espírito universal’, ou ‘consciência coletiva’ [...] No fundo, tornam-se mais importantes os *bens produzidos* do que os *suscetíveis de criação*, mais o amor pelos bens tangíveis do que o amor pelo bem que se não concebeu ainda, perdendo-se o senso da liberdade espiritual que é o presente como momento atualizante do futuro. A pessoa deixa de ser a unidade dos atos intencionais para o mundo dos valores, cessa de ser *possibilidade infinita* [...] Ora, é contra essa *humanidade* espelhada nas coisas, mais viva nas obras do que nos homens, que se contrapõe a nossa época [...] Volve-se, então, ao fulcro da cultura, à pessoa como *valor-fonte*”¹⁰⁰.

Amparado nessa crítica, Reale considera que:

“toda civilização se funda em determinados pressupostos axiológicos (donde o caráter essencialmente valorativo do processo histórico) e, mais ainda, que nos distintos ciclos culturais, por mais remotos que sejam, será possível sempre vislumbrar identidade de fatores, o que demonstra a universalidade da fonte espiritual geradora das civilizações”¹⁰¹.

Considerando que o *historicismo axiológico* é o processo de contínua realização dos valores no tempo, Reale afirma que as épocas distinguem-se “segundo a forma com que se ordenam os valores”¹⁰². Concluindo, a passagem a seguir, talvez a mais explícita entre as que aqui transcrevemos, exemplifica o *historicismo axiológico*, mostrando como Reale considera que efetivamente os valores definem épocas:

¹⁰⁰ Id. *Personalismo e historicismo axiológico*, p. 544.

¹⁰¹ REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 231.

¹⁰² Id. *Filosofia do direito*, p. 231.

“Verdade é que através da História encontramos fases ou épocas que se distinguem por certa ordenação da vida social dos indivíduos e dos grupos, segundo uma distinta tábua de valores [...] Efetivamente, há épocas em que a sociedade parece dominada pelo valor do santo ou do religioso, de maneira que em torno desse valor se ordenam todos os demais [...] São as épocas chamadas ‘teocêntricas’ que põem o problema religioso no centro da existência total, como aconteceu em certos momentos da Idade Média. Outras épocas, ao contrário, são dominadas pela estimativa do econômico ou do útil [...] Não é segredo para ninguém que a nossa é uma época imediatista e pragmática, e que vivemos, mais do que em qualquer outra, um ambiente no qual o valor econômico polariza todos os demais”¹⁰³.

Encerrado este momento em que expusemos a concepção de história de Miguel Reale, transitaremos ao tema da concepção de Estado que formulou em textos integralistas, manifestos partidários e obras teóricas.

2.2 Do Estado Integral à Democracia Social

A elaboração inicial da concepção de Estado de Reale se dá sob a égide do integralismo e ocupa significativo espaço na produção do Secretário Nacional de Doutrina. Obras como *O Estado Moderno: liberalismo, fascismo, integralismo* (1934) tem como tônica a apresentação de uma *teoria do Estado* e o delineamento de um *programa político* para o integralismo, razão pela qual ocupa lugar privilegiado como objeto de análise deste item. É disso que passamos a tratar.

Reale desenvolve sua concepção de Estado no interior da sua crítica ao Estado liberal. Segundo ele, a concepção de Estado do liberalismo se fundamenta em um não-fazer, por postular que o homem deve apenas reconhecer o curso da natureza para

¹⁰³ Id. *Filosofia do direito*, pp. 230-231.

seguir-lo, deve apenas atuar na salvaguarda dos direitos naturais¹⁰⁴. Isso implicaria na conformação de um Estado com a função precípua de proteger, salvaguardar, em suma, de conservar (negativa) e não de criar (positiva).

O Estado liberal tem por características principais a preocupação com a manutenção da ordem jurídica (monopólio jurídico do Estado) e a não-intervenção na economia (pela idéia da auto-harmonização das forças econômicas). Esses princípios caracterizam um estatismo negativo: um governo responsável apenas por impor aos homens o respeito ao já dado, às leis naturais¹⁰⁵, o que acabaria por configurar uma teoria do Estado presa estritamente ao plano jurídico. Aliás, “O núcleo essencial do liberalismo consiste na explicação exclusivamente jurídica do Estado”¹⁰⁶.

Esse Estado democrático-liberal - ou “demo-liberal” na letra do Sr. Reale -, ao afirmar a igualdade formal perante a lei¹⁰⁷ e não atuar positivamente, acaba, contudo, por negar na prática as suas propostas teóricas. Quer dizer, sustenta teoricamente a igualdade natural entre todos, mas na prática impera a desigualdade (afiançada por sua abstenção, negatividade). Essa contradição denuncia uma verdadeira “ficção liberal”, que forneceria o título de cidadão soberano (de homem cívico) inclusive a indivíduos que nem o que comer tem.

A crítica de Reale consiste em afirmar que o Estado demo-liberal é soberano apenas no plano da abstração jurídica, uma vez que ao colocar-se na posição de apenas conservar direitos acaba, na verdade, por servir à classe mais forte, a qual efetivamente tem direitos. É um Estado, assim, que afirma uma igualdade jurídica formal (derivada dos direitos naturais) que se confronta com a desigualdade social real e a submissão efetiva às forças econômicas, mais especificamente aos bancos.

A concepção do Estado Integral – eixo central da proposta política integralista - é anunciada como uma contraposição ao liberalismo, o que se expressa por meio da crítica ao Estado mínimo e à desintegração indivíduo-Estado. Passamos agora a apresentar os contornos dessa proposta política integralista.

¹⁰⁴ Para Reale, o pensamento liberal advém do jusnaturalismo: “A ideologia liberal é uma das ramificações do pensamento jusnaturalista” (Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p. 66).

¹⁰⁵ Id. *Ibid.*, p. 74

¹⁰⁶ Id. *Ibid.*, p. 93

¹⁰⁷ Para Reale, a democracia liberal é o “regime da igualdade formal diante das leis” (Id. *Ibid.*, p. 85).

Reale critica a negatividade do Estado liberal e aponta que o Estado deve dirigir a sociedade de forma teleológica e não ficar apenas velando pelas normas da natureza. O Estado deve criar positivamente as condições para o exercício da liberdade. O Estado Integral é um Estado *ético* e o é no sentido de que age positivamente com uma finalidade. Reale define o Estado ético citando Mussolini: “o Estado é a consciência imanente da Nação”¹⁰⁸. O conceito de eticidade em Reale é sinônimo de finalidade, de dever ser e designa um momento consciente.

Vemos, portanto, como no interior do pensamento realeano há uma vinculação entre Estado e consciência. Essa é a premissa implícita ao seu raciocínio político, segundo o qual não é possível constituir uma finalidade/direção para a sociedade senão por meio da existência de um complexo apartado que exerça o papel de consciência de toda a sociedade, que fique acima dela e que a dirija, inclusive com o poder de coerção que lhe é outorgado por seu estatuto de representante da vontade geral e não de cada vontade individual:

“O Estado representa os fins particulares, mas está acima de cada um deles precisamente porque é a expressão de todos. O Estado é um fim e um meio, como já tive ocasião de dizer: Fim, porque age como agiria a sociedade toda se tivesse consciência própria, e não apenas segundo a resultante mecânica das vontades individuais; meio, porque é através dele que o homem consegue atuar as forças que tem em potencialidade”¹⁰⁹.

Assim, a convivência social entre indivíduos tem como condição a existência de uma consciência universal supra-individual representada pelo Estado. O Estado ético coloca-se acima da sociedade, assume a posição de órgão diretor da vida social, é o cérebro da sociedade. Isso porque representa o todo da sociedade, é a representação universal das particularidades da sociedade. Ou seja, o Estado Integral é uma “pessoa moral” que persegue e impõe finalidades enquanto consciência una de uma sociedade diversa. Para Reale, portanto, a sociedade só existe enquanto totalidade – e não como indivíduos desconjuntados, fragmentados – quando submetida a uma consciência geral que atua na forma concreta de um Estado que se posiciona acima dela. Em síntese, a

¹⁰⁸ Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p. 141.

¹⁰⁹ Id. *Ibid.*, p. 187.

idéia de Reale é que o Estado é superior aos indivíduos assim como o todo é superior à parte. Daí que, supostamente fundamentando-se em Aristóteles, sustente o seguinte:

“O homem, como indivíduo, é um fragmento, cujo significado só se revela inteiramente ao integrar-se no Estado. Somente como anel de uma cadeia de direitos e de deveres, é que o homem realiza plenamente os fins da existência. Estado e indivíduo são simultaneamente meio e fim: o indivíduo encontra no estado os meios de alcançar a autarquia, isto é, o desenvolvimento completo da personalidade; e o Estado, mediante os indivíduos, realiza a síntese dos valores, dos deveres comuns”¹¹⁰.

No mesmo sentido: “O Estado procura o bem do indivíduo, mas o indivíduo só alcança o próprio bem realizando o bem comum no Estado”¹¹¹.

Assim, Reale parte da premissa de que a união dos particulares se dá por meio da inserção de um universal abstrato, ou seja, um universal que não é a própria totalidade dos indivíduos (particularidades). Os particulares, no procedimento realeano, só formam um universal na medida em que esse exista de forma abstrata, apartada, ou seja - como dissemos - é um universal que não é o próprio conjunto das particularidades.

Portanto, a sociedade, enquanto conjunto de indivíduos, é incapaz de formar uma totalidade por si só, sua união dá-se a partir de fora, por meio da existência de um elemento externo que traz em si a expressão do ideal comum das particularidades sociais. Esse ideal comum só pode ser expresso em um organismo separado que organize as particularidades sociais por representar o interesse geral. Daí sua afirmação: “O Estado é fim enquanto representa o ideal comum, o que equivale a dizer que é fim enquanto se identifica com a Nação”¹¹².

Uma Nação se define por ser uma “síntese das aspirações coletivas”, um “ideal comum”, uma “consciência comum de querer”¹¹³. O papel do Estado é de realizador dessas aspirações, desse ideal, dessa consciência, através de seu agir finalístico.

¹¹⁰ Id. *Ibid.*, p. 181.

¹¹¹ Id. *Atualidades de um Mundo Antigo*, p. 108.

¹¹² Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p. 189.

¹¹³ Id. *Ibid.*, pp. 189 e 127.

Conferido esse papel ao Estado, pode-se compreender que Reale estabeleça uma relação de interdependência entre Estado e revolução, como vemos na citação de seu então chefe Plínio Salgado: “Toda Revolução se dissolve na anarquia, na ruína total, se não encontra o seu 18 Brumário. O 18 Brumário não é um golpe de morte sobre a Revolução, é a própria revolução que encontrou seu centro de equilíbrio”¹¹⁴. Logo, o golpe de Estado é a revolução que se equilibra porque seu papel é o de efetivar a assunção do ideal comum pelo Estado.

Entretanto, sempre seguindo a argumentação realiana, a realidade brasileira impede a realização desse processo, pois “não conseguimos ser nação”, uma vez que nos “faltava uma consciência comum de querer”¹¹⁵. Isso foi resultado histórico da passividade ante à extensão do território nacional: sem limites fornecidos por um Estado forte, o brasileiro foi se espalhando pelo território de forma desregrada. Nessa justificativa histórica, Reale recorre ao seu conterrâneo:

“O nosso senso da liberdade [...] vinha da própria lição das distâncias geográficas. Dispondo de um continente inteiro, o homem do Brasil sentia a necessidade de locomover-se para onde quisesse, em que direção entendesse’. Não havia uma liberdade a conquistar, como na Europa: aqui, ao contrário, havia um conjunto de *deveres* a criar, pois a liberdade era ilimitada e se realizava sem esforço na ampliação da terra virgem”¹¹⁶.

Essa condição “exigia autoridade, governo com finalidades firmes para criar nas populações brasileiras o hábito da vida associativa”¹¹⁷, o que não ocorreu. Reale conclui, então, que a história brasileira não produziu uma nação, não produziu uma consciência comum de querer e “As Nações são como os indivíduos. Perdem-se quando um ideal não limita as suas energias, não coordena as suas forças múltiplas. Em quatrocentos anos os Brasileiros não conceberam um grande sonho...”¹¹⁸. Daí que o problema brasileiro seja antes de tudo moral: é preciso forjar um ideal comum:

¹¹⁴ Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p. 173.

¹¹⁵ Id. *Ibid.*, p. 127.

¹¹⁶ Id. *Ibid.*, p. 128.

¹¹⁷ Id. *Ibid.*, p. 127.

¹¹⁸ Id. *Ibid.*, p. 129.

“Mais alto que os problemas econômicos-políticos, é o problema moral da nossa cultura. A Alemanha alimenta o sonho poderoso da Raça; A Itália, o sonho maravilhoso do Império; a Inglaterra estende o olhar pela vastidão dos mercados e das conquistas; A América do Norte empenha-se na organização para o domínio da Máquina; a Rússia se embuça no sacrifício proletário; e a França já se agita para reafirmar seus valores mais altos. E nós? O problema brasileiro tem uma incógnita: O Ideal. Temos vivido sem ele, na admiração passiva das magnificências da nossa natureza. Temos nos contentado com os sucedâneos das revoluções improvisadas. Se, alhures, grandes revoluções se fizeram sem um programa inicial determinado, a nossa deve começar, ao contrário, revelando um rumo. A grandeza do Integralismo consiste em ter revivido o antigo ideal da Nação, conclamando os novos bandeirantes para a conquista da Terra e de nós mesmos. É o imperialismo dentro das fronteiras. A tensão espiritual que há de dar ao mundo um tipo novo de civilização, a civilização tropical, cheia de delicadezas e de espiritualidade”¹¹⁹.

Em outra obra, o próprio Reale explica – através de um paralelismo forçado com a história da antiguidade grega – o significado dessa incógnita do problema brasileiro:

“Faltou um centro de referência à história grega, *faltou a consciência comum de um dever*, faltou o imperativo comum de um *Ideal*. A Grécia não chegou a ser Estado-Nação porque não teve um Ideal comum, nada quis em comum: cada grupo quis para si, cada qual quis ser o centro sem perceber que o centro das nacionalidades está nos recíprocos reconhecimentos dos direitos e dos deveres, das virtudes e dos vícios. Foi por esse motivo, pensando no triste fim da história grega que terminei o *Estado Moderno* proclamando que o ‘problema brasileiro tem uma incógnita: o Ideal’. Alguns acharam curiosa essa afirmação, outros demasiadamente vaga. Aqui se compreende melhor o que quero dizer. Um povo torna-se Nação quando se analisa interiormente e recebe do passado a *consciência de um papel na história*. Só quando um povo formula um Ideal dizendo: *Quero ser isto!*, só então é que a Pátria é Nação e a Nação se faz Estado. No fundo, o que é a

¹¹⁹ Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p. 242.

Nação se não uma consciência comum de querer, e que é a soberania do Estado, senão o que diz Gerber, ‘o poder de querer em um moral organismo concebido como pessoa’? Só onde há consciência de fins comuns há soberania; só onde há soberania há Estado. Não nos iludamos. Não basta possuir grandes vultos no passado para que se forme uma consciência nacional. Não bastam também estradas de ferro, rodovias, linhas aéreas, rádios, telégrafos, comércio interno. Não bastam a força e a glória dos exércitos e das esquadras. Não basta a unidade da língua e a semelhança das religiões. Não basta o esplendor das indústrias e as afirmações maravilhosas da ciência. Não bastam as divinas criações da arte. Consciência nacional existe onde há esses fatores todos e outros mais, desde que de geração em geração se transmita o culto dos grandes homens, o orgulho pelo que se fez e a certeza de que é possível fazer mais. Consciência nacional existe onde há *memória*, presença do passado como estímulo do presente, ou seja a *unidade da tradição*”¹²⁰.

O Estado, portanto, mais que unidade política, é unidade moral; daí que Reale lance mão da seguinte afirmação de Azevedo Amaral:

“O Brasil não tem história; e essa história só principiará a formar-se quando mais estreita solidariedade entre os habitantes lhes der a consciência de uma unidade moral, que a unidade política está longe de produzir’. E nós podemos acrescentar: o povo que não tem história é como o homem que não tem *memória*, irresponsável e inútil”¹²¹.

Isso tudo implica que, segundo Reale, o Brasil precisa constituir um Estado e, para isso, precisa criar um ideal comum. Mas qual é o ideal que deve ser perseguido no Brasil? O *bandeirismo*, “a reação permanente do homem contra as forças da Natureza”¹²², a conquista do interior, o imperialismo intra-fronteiras. Portanto, é necessário:

“...criar um ideal para a Nação [...] acordar no espírito brasileiro o bandeirismo adormecido entre as fronteiras das províncias. Só assim

¹²⁰ Id. *Atualidades de um Mundo Antigo*, p. 82.

¹²¹ Id. *Ibid.*, pp. 82-83.

¹²² Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p. 128.

poderemos aproveitar a potencialidade criadora do sulino desbravador do sertão no plantio do café e do mate, do garimpeiro que reata a mineração do passado, do gaúcho que completa a economia dos trópicos com as suas culturas mediterrâneas, do nordestino que penetra triunfante no labirinto amazônico. Reunir as energias nacionais e conduzi-las para a conquista da Terra, estendendo a toda a Nação um comunalismo semelhante ao das primeiras fazendas; fazer o homem agir ao lado dos outros homens vencendo a dispersão das distâncias geográficas pela imposição de um mesmo objetivo e de um mesmo plano; aproveitar, na exploração econômica, a capacidade intuitiva de nosso espírito, reforçando, como diz Azevedo Amaral, as faculdades analíticas e discursivas da inteligência; eis o programa que nos deve animar. É imperialismo interior, que parte do domínio do homem sobre si mesmo para o domínio das forças naturais que as fronteiras da pátria delimitam. Temos tudo em nós mesmos e em nossa casa”¹²³.

Vemos, notadamente pela última frase, como esse ideal comum do bandeirismo carrega um conteúdo reacionário, no sentido de que reage contra o processo de internacionalização econômica e chega a pregar uma economia auto-suficiente.

Reale acusa o Estado liberal do crime de ter criado uma cisão entre indivíduo e Estado, de ter desvinculado o indivíduo da malha estatal. Não se contentando com esse raciocínio teórico, Reale especifica o processo histórico que desaguou nesse resultado: a dissolução das corporações medievais pela Revolução Francesa. Vejamos:

“Ciosos da *autoridade do Estado* e da *liberdade individual*, os revolucionários aboliram um órgão indispensável, não só à vida do Estado, à atuação da autoridade, como à própria liberdade do indivíduo. A sociedade, dess’arte, reduziu-se a um binômio: *o Estado e o Indivíduo*, sempre à procura de um modo de se porem em contato. A supressão das corporações anulava, em última análise, todas as probabilidades de realização da

¹²³ Id. *Ibid.*, pp. 236-237.

democracia”¹²⁴. A extinção das corporações cortou os “laços naturais, os canais necessários à manifestação da vontade popular”¹²⁵.

Em suma, “Destruídos os organismos corporativos, o indivíduo ficou solto no Estado”¹²⁶.

A partir do período posterior à Revolução Francesa, o único elo de comunicação entre indivíduo e Estado que restou foram os partidos políticos. Ocorre que partidos não funcionaram como mediadores efetivos entre indivíduos e Estado porque passaram a representar grupos econômicos e não a vontade geral da nação. A adesão dos eleitores aos partidos não se dava por uma motivação ideológica, mas sim por atributos passionais ou pela defesa dos próprios interesses materiais. Para Reale, é preciso acabar com os partidos políticos:

“Não se conseguirá nunca reerguer a Nação mantendo-se os atuais quadros partidários, formados em função dos descontentamentos pessoais e entrincheirados nas fronteiras das províncias. Desde o município até a União, nossa vida política tem sido uma vida de clãs [...] É preciso acabar com a vida artificial dos partidos, iniciando a vida associativa natural dos grupos”¹²⁷.

A inclusão das corporações na estrutura do Estado Integral se processa sob a forma de uma incorporação atualizada em relação ao período medieval. Na Idade Média, as corporações se organizavam no plano municipal e fora do Estado. Essa forma corporativa se inviabilizou diante da formação de Estados e economias de âmbito nacional. Entretanto, argumenta Reale, isso não implicava na necessidade de acabar com as corporações. Sua modernização seria a alternativa mais adequada. E por modernização devemos entender a transformação das corporações em entes nacionais e integrados enquanto partes integrantes do Estado. Daí que “A Política Integral sintetiza

¹²⁴ Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p. 112.

¹²⁵ Id. *Ibid.*, p. 112.

¹²⁶ Id. *Ibid.*, p. 113.

¹²⁷ Id. *Ibid.*, p. 241.

a Idade Média e a época moderna, porque a primeira só teve a corporação e a segunda só teve o Estado; e o integralismo não compreende o Estado sem corporações”¹²⁸.

As corporações são o elo entre indivíduo e Estado, o meio de integração dos indivíduos no Estado. Com isso, Reale busca solapar a “ficção liberal” de um indivíduo que faz parte do Estado tão somente como homem cívico (porque vota), mas que não possui vínculos concretos com o Estado¹²⁹. A restauração das corporações em seu molde atualizado instaura uma ligação efetiva Indivíduo-Estado através do circuito indivíduo-grupo-nação¹³⁰. Assim, a vinculação rompida pelo Estado liberal seria reposta na criação do Estado Integral.

A integração indivíduo-Estado propalada pelo teórico do Estado Integral é acompanhada pela ressalva de “que o povo ainda não pode intervir sempre na apreciação das soluções políticas, a não ser como revelador do ideal comum, mas nunca com os poderes de auto-governo[...]”¹³¹ e, por conseguinte, de “que o governo deve caber aos mais capazes, selecionados da massa como expressão de seus valores mais altos, para que o próprio *Estado realize* as transformações sociais que a justiça exige e a observação dos fatos sociais aconselha”¹³². Reale se justifica:

“Penso que o governo deve estar na mão da minoria somente porque verifico a atual incapacidade do povo. Mas só por isso. Eis porque acho que incumbe à classe dirigente não só *governar para o povo*, como também criar condições reais para alargar a *participação do povo no governo*”¹³³ [afinal,] “Que estadista de bom senso haveria de entregar a direção do Estado às paixões das massas incultas? Que homem público haveria de cumprir, à risca, o ideal democrático, sacrificando a vontade esclarecida da minoria e dos competentes, juntamente com os interesses do povo?”¹³⁴.

¹²⁸ Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p.233.

¹²⁹ É o que fica expresso na passagem seguinte: “[o Estado] Deve intervir em todos os sentidos, porque ele não age para o homem cívico, e sim para o homem político e econômico, ético e religioso, o único realmente existente. A nova concepção estatal repousa sobre a apreciação total do homem e de suas projeções morais. Daí a sua estrutura multidimensional e sua expressão ética dominante” (Id. *Ibid.*, p.195).

¹³⁰ Id. *Ibid.*, p. 189.

¹³¹ Id. *Ibid.*, p. 59.

¹³² Id. *Ibid.*, p. 59.

¹³³ Id. *Ibid.*, p. 61.

¹³⁴ Id. *Ibid.*, p. 87.

Aliás, cabe ao estadista moderno o seguinte papel:

“O estadista moderno deve falar a milhões de homens, descer até ao coração da massa, transferindo-lhe a consciência de um destino através de sua palavra quente, firme, clara, incisiva, simples e sincera. Enquanto é um Péricles que se ergue na tribuna e consegue unir em torno de sua pessoa fascinante a multidão volúvel e ignara, dando ao povo a participação no governo dentro dos limites da competência, então a democracia é uma instituição benéfica, equilíbrio entre os mundos do *ser* e do *dever ser*, harmonia entre o ideal e a realidade (note-se que não me refiro a esta ou aquela forma de democracia, mas à democracia em geral. Há certos ‘liberais’ que pensam possuir o monopólio da democracia). E o que é pior é que a turba prefere mil vezes o arrebatamento do apaixonado à palavra serena do sábio. Como se vê, o ‘governo do povo pelo povo’ deve ser o ideal do político, mas ai do povo cujos dirigentes tentarem fazer abstração da contingência humana para reduzir, com o condão mágico das leis o ideal à realidade!”¹³⁵.

Assim, “A Democracia passa a ser o regime em que o Estado, nas mãos das elites culturais, cria todas as condições necessárias ao livre desenvolvimento das capacidades individuais, para alargar cada vez mais o círculo da classe dirigente, à procura do ideal político que é o governo do povo pelo povo”¹³⁶. O raciocínio se estende quando o assunto é o sufrágio universal: “Antes de dar voto às massas incultas (e no Brasil como isto é verdadeiro) é necessário criar as condições indispensáveis para o exercício do voto. No regime fascista, integralista ou hitlerista, o indivíduo deve exercer seus direitos até onde a sua capacidade permite”¹³⁷. A elevação do patamar de consciência dos indivíduos é tarefa desempenhada pelo Estado. Nesse raciocínio, quanto mais integrado ao Estado, mais consciente é o indivíduo¹³⁸.

O Estado Integral é a corporificação dessa “vida associativa natural dos grupos”. E como funcionariam suas engrenagens? O Estado Integral se baseia em dois pilares: os

¹³⁵ Id. *Atualidades de um Mundo Antigo*, p. 73-74.

¹³⁶ Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p.60.

¹³⁷ Id. *Ibid.*, p. 142.

¹³⁸ O fundamento do qual Reale lança mão explicitamente para sustentar sua argumentação se encontraria em Mosca e Pareto (Id. *Ibid.*, pp. 60 e 172), autores aos quais também recorre em seus artigos de apoio ao golpe de 1964.

sindicatos e as corporações. Os sindicatos se uniriam em razão da identidade de ofícios e as corporações pela “comunhão de interesses em um dado ramo da produção”¹³⁹, participando patrões e empregados. Essa estrutura partiria de uma base municipal – mais ampla numericamente – e iria estreitando-se gradualmente nas “Províncias” e, por fim, no Estado, o topo da pirâmide. A Câmara Corporativa seria a representação máxima das forças econômicas da Nação. No entanto, dada a integralidade desse Estado, o aspecto econômico não seria o único a ser considerado. Seria formada também uma representação política nacional “eleita pelas mais altas organizações culturais e éticas do país”¹⁴⁰. A Câmara Corporativa e a representação política nacional constituiriam “o órgão máximo da soberania nacional, encarregado da eleição do Presidente da República”¹⁴¹.

É essa estrutura do Estado Integral (“unidade moral de coordenação e direção” cuja existência apartada da sociedade consiste na condição indispensável para que congregue em si o ideal comum de todos os indivíduos) que propicia que o Estado se coloque acima das classes sociais e não permita a existência de antagonismo entre elas. Afinal, “O antagonismo das classes só existe nas sociedades que permitem, ao lado do poder político organizado, a anarquia das forças econômicas [...] Hoje em dia, o Estado precisa estar acima das classes”¹⁴². A estrutura econômica da sociedade não pode se desenvolver de forma anárquica, sob pena de imperar a lei do mais forte; a economia tem que ser subordinada à moral¹⁴³, ou seja, ao dever ser (finalidade) determinado pelo Estado ético, uma vez que esse é o ideal comum da Nação (logo, de todas as classes)¹⁴⁴ corporificado.

O Estado Integral – e este é o pressuposto da argumentação realiana - é um Estado ético, ou seja, que age de forma finalística sobre a vida da sociedade. Não opera

¹³⁹ Id. *Ibid.*, pp. 219-220.

¹⁴⁰ Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p.223.

¹⁴¹ Id. *Perspectivas Integralistas*. 2 ed. Rio de Janeiro: H. Antunes, 1936, p. 43.

¹⁴² Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p.175 e 208. Com base nisso, Reale critica a representação de classes instituída na Constituinte de 1934, por considerar que o Estado estaria criando uma contradição entre as classes em seu interior. É o que o leva a dizer: “Até a luta de classe é uma criação do governo” (Id. *Ibid.*, p. 238).

¹⁴³ Id. *Ibid.*, p. 207.

¹⁴⁴ “É que a Nação é uma realidade permanente, um fato natural, superior à consciência de classe” (Id. *Ibid.*, p. 161).

como o Estado Liberal que, ao pregar sua abstenção, acaba por servir aos mais fortes, ao “super-capitalismo financeiro”. O Estado Liberal erige o indivíduo como valor absoluto e, assim, deixa o campo aberto para o desgoverno dos agentes econômicos, resultando no domínio dos mais fortes sobre os mais fracos. Ao contrário, o Estado Integral estrutura-se como “centro coordenador e orientador das energias individuais” e deve atuar na direção de equilibrar fracos e fortes¹⁴⁵. Até porque:

“...a maior lição da sangueira de 1918 [é] a prova de que é necessário um governo forte, um profundo sentimento de hierarquia e de disciplina, porque o equilíbrio não pode, de modo algum, ser estabelecido espontaneamente entre as forças sociais, sem que haja uma unidade moral de coordenação e direção”¹⁴⁶.

A necessidade de um Estado forte é resultado da “crise da política moderna”:

“A liberdade, como hoje a entendemos, repousa, antes de mais nada, sobre o respeito da pessoa humana. Nem é demais lembrar que a individuação da liberdade foi tão longe no decorrer do século passado que já chegamos a sacrificar inteiramente a *liberdade do Estado*, comprometendo inconscientemente a própria causa da liberdade individual. A crise da política moderna é, em grande parte, o resultado desse desequilíbrio entre os poderes exorbitantes do indivíduo e a fraqueza do Estado”¹⁴⁷.

Na visão do jurista integralista, o Estado Integral é a única forma possível de exercício real da soberania estatal, uma vez que se livra do papel de joguete nas mãos do capital internacional; é a única forma de Estado capaz de enfrentar o desafio de ser soberano na fase contemporânea do “super-capitalismo financeiro”. Para entender em que consistiria essa fase contemporânea do capitalismo é preciso antes expor como Reale aprecia e classifica em diferentes estágios a história do capitalismo. Aliás, ele dá cabo desse empreendimento em poucas linhas. A primeira fase, que se estende até 1860, caracteriza-se pela abstinência do Estado na economia, por ser de interesse do capital. A segunda fase é aquela retratada por Lênin em seu livro *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, na qual ao capital passou a interessar uma aliança com o Estado para

¹⁴⁵ Id. *Ibid.*, p. 155.

¹⁴⁶ Id. *Ibid.*, p. 157.

¹⁴⁷ Id. *Atualidades de um Mundo Antigo*, p.70, sublinhado nosso.

obter proteções alfandegárias: é a fase das guerras coloniais e imperialistas, que Reale qualifica como guerras para a obtenção de mercados consumidores¹⁴⁸. A terceira fase define o capitalismo que lhe é contemporâneo, tratando-se de um “super-capitalismo financeiro”, no qual são os bancos (quase sempre de propriedade de “membros da raça judaica”) - que não tem pátria, controlam todos os Estados e determinam a lógica de todos os setores produtivos - os atores centrais.

As instituições financeiras dominam os Estados nacionais por dentro:

“Os bancos estabelecem-se nos organismos nacionais, controlam as economias, impõe a sua vontade aos produtores e agricultores, aos comerciantes e aos operários. O Estado, hipotecado em uma longa série de empréstimos, é um simples empregado do Estado super-nacional-capitalista, cujos primeiros ministros são quase todos da raça judaica [...] Só os liberais acreditam na soberania do povo brasileiro...”¹⁴⁹.

O Estado liberal, ao afirmar-se em seu abstencionismo econômico, é incapaz de enfrentar essa realidade e, mais, acaba sendo a ela submetido, torna-se um instrumento desse verdadeiro “Estado super-nacional-capitalista”. Daí que, para Reale, ser a favor da Nação é ser anti-capitalista. Trata-se da defesa de um “nacionalismo anti-capitalista”¹⁵⁰. Afinal, o “super capitalismo” instrumentalizaria os Estados nacionais para seus fins, fazendo com que esses órgãos - potencialmente portadores do ideal comum da nação - atuassem contra a Nação. Esse anti-capitalismo, Reale ressalta, é de toda Nação, não só

¹⁴⁸ Uma questão importante se impõe nesse momento. Reale critica o imperialismo enquanto guerra para conquista de mercados. Tal aspecto é de suma importância para reafirmar, a partir dos passos de J. Chasin, a ausência de identidade entre fascismo/nazismo e integralismo. Aliás, Reale vê um anti-imperialismo no fascismo/nazismo, no sentido de que seriam uma oposição nacionalista ao super-capitalismo financeiro. Isso pode ser afirmado mesmo diante de uma colocação absurda como a seguinte: “Quanto a Hitler, não se pode falar em técnica do golpe de Estado. O chanceler do Reich subiu ao poder com uma elegância única: serviu-se do voto soberano...e secreto, revelando ao mundo a última utilidade de um regime democrático formalista” (Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, p. 144). O elogio – sem dúvida sinistro e condenável – de Reale não produzem uma identidade entre categorias históricas concretamente diversas. Tanto que Reale identifica os EUA de Roosevelt à Alemanha de Hitler, enxergando uma identidade fundamentada na existência de um Estado forte, com grande intervenção na economia, que enfrenta o capital financeiro internacional. Vejamos: “A experiência maravilhosa que se processa na América do Norte com a NRA, sob inspiração do presidente Roosevelt, não foge ao ritmo fascista ou integralista. Lá, os horizontes da economia dirigida se ampliam, dadas as condições do meio, mas o seu fundamento é o mesmo, seu fim é também arrancar o controle da vida nacional das mãos dos banqueiros e dos capitães de indústria” (Id. *Ibid.*, p.212). Se aceitarmos comparações historicamente incorretas, também haveríamos de concordar com a infundada afirmação, para dizer o mínimo, de que Aristóteles é o inspirador da Carta do Trabalho Fascista (Id. *Ibid.*, p.183).

¹⁴⁹ Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, pp. 121-122.

¹⁵⁰ Id. *Ibid.*, p. 123.

do proletariado. Na passagem seguinte, vemos como e onde Reale identifica a presença do nacionalismo anti-capitalista: “Esse nacionalismo é o nacionalismo dos novos tempos. Chama-se Fascismo e Nazismo, Integralismo e Rooseveltismo, e tende a inspirar cada vez mais a obra de Stalin que os Trotskystas acusam de social patriotismo”¹⁵¹. Nesse contexto, a postura anti-capitalista tem o significado de crítica aos bancos e, principalmente, de defesa da coordenação da economia pelo Estado – o que Reale apresenta como ponto de semelhança entre realidades tão diversas como a americana, alemã e - não só - a URSS de Stálin.

Agora, como esse Estado seria capaz de concretamente exercer sua soberania - ou seja, de operar efetivamente como representante do ideal comum da Nação – diante da realidade do “super-capitalismo financeiro”? Reale responde:

“Cabe ao Estado defender o patrimônio da Nação. Grande parte das riquezas do país não é mais nossa, desde quando o capitalismo internacional aqui se instalou em cumplicidade com os governos; desde quando o capital de brasileiros se ergueu contra os interesses da Nação. Estas forças agem sobretudo através das organizações de crédito, dos complexos sistemas bancários, dos empréstimos que vivemos pagando há mais de um século. A nossa luta imediata é contra o capitalismo financeiro e o ‘espírito’ judaico de açambarcamento monetário. O Estado deve controlar rigorosamente as transações bancárias até a nacionalização de todo o sistema creditório, arrancando das garras dos agiotas a direção da vida econômica do país. Sem isto, continuaremos a produzir inutilmente, na suave ilusão da soberania popular e serão precárias todas as medidas tomadas pelo Estado para a propulsão e organização da economia brasileira”¹⁵².

O Estado, então, deve dirigir a economia, mas a iniciativa particular é preservada e o Estado só atua como agente econômico produtivo em situação de excepcionalidade, quando se fizer necessária a defesa do interesse coletivo diante do individual ou para salvaguardar sua soberania (o que se reflete na proposta de nacionalização dos bancos).

¹⁵¹ Id. *Ibid.*, pp. 165-166.

¹⁵² Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, pp. 237-238.

Além disso, o fortalecimento do poder do Estado vincula-se à maior especialização na divisão do trabalho. Reale defende “o princípio que considera ‘o fortalecimento do poder central’ diretamente proporcional à velocidade e à intensidade da divisão do trabalho”¹⁵³. Assim, quanto maior a diversificação das etapas da produção, maior a necessidade de um “poder central coordenador e propulsor, acima dos demais e dotado de força própria e soberania”¹⁵⁴, o que - diz Reale - estaria fundamentado teoricamente em Aristóteles:

“A concepção da unidade estatal como integração harmônica do múltiplice constitui uma das mais profundas e imperecíveis observações aristotélicas [...] Aqui se vê a penetração do gênio aristotélico. A sociedade quanto mais se diferencia, mais tem necessidade se unificar em torno de um ideal, na unidade de direção do Estado! Como é diferente esta concepção - comprovada hoje pela ciência sociológica - daquela que embalou os liberais na doce esperança de poder um dia, graças ao deus progresso, dispensar o Estado ‘mal necessário’!”¹⁵⁵.

Segundo o intelectual integralista, o desenvolvimento econômico é benéfico para patrão e operário, reduzindo a distância que há entre eles, *desde que* - sublinhe-se - exista um poder superior unificador e harmonizador, sob pena de imperar o darwinismo social (a lei do mais forte)¹⁵⁶. Se a existência da divisão do trabalho proporciona a possibilidade de desenvolvimento individual e de coesão social, sem o poder central

¹⁵³ Id. *Ibid.*, p. 169.

¹⁵⁴ Id. *Ibid.*, pp. 169 e 168.

¹⁵⁵ Id. *Atualidades de um Mundo Antigo*, p. 107.

¹⁵⁶ A idéia de que a inexistência de um poder coordenador superior aos indivíduos implica na vigência da lei do mais forte pressupõe, primeiro, que há uma contradição entre indivíduo e sociedade e, segundo, a existência de uma natureza humana hierarquizada. Ou seja, pressupõe a existência de uma hierarquia pré-social entre os indivíduos: antes de se relacionarem socialmente, os indivíduos já carregam em si características anti-sociais. Melhor, quer dizer que antes de os indivíduos se relacionarem entre si já existem determinações em potência que se deixadas ao seu livre desenvolvimento acarretam no predomínio do mais forte sobre o mais fraco. Para que não se confirme em sociedade essa hierarquização inscrita na natureza humana é preciso que exista uma comunidade política superior aos indivíduos, que coordene sua relação e seja dotada de poder de coação (Estado). Logo, Reale parte da idéia de existência de uma contradição entre indivíduo e sociedade para alcançar a necessidade de existência do Estado. Se não há Estado, predomina a natureza humana desigual. Por implicação, dizer que sem ele impera a lei do mais forte significa afirmar que é papel do Estado corrigir a natureza humana. Assim, assume-se que exista um tipo individual com características que antecedem a sua vida em sociedade e que se essas características que existem em estado potencial forem livremente confirmadas na vida social o mais forte impera sobre o mais fraco. Reale, portanto, insere na natureza humana as desigualdades que enxerga na sociedade e, assim, incorpora o próprio objeto que tanto critica: o naturalismo.

passa a vigorar uma luta de classes, sinônimo de desintegração social¹⁵⁷. Assim, o Estado Integral não é o conjunto de corporações e sindicatos apenas, mas a integração desses sob a direção de um “poder central coordenador e propulsor, acima dos demais e dotado de força própria e soberania”¹⁵⁸.

Vimos até agora a estrutura interna da concepção de Estado elaborada por Reale no seu período integralista. Ocorre que o fim das atividades da AIB - colocadas na clandestinidade pelo governo Vargas, como vimos em momento anterior - importou em um processo de revisão teórica. Veremos, agora, como essa mudança se traduz em seu pensamento político ou, mais exatamente, em sua visão de Estado. A magnitude da mudança deve ser medida em relação aos eixos principais do seu pensamento político anterior, a saber: a afirmação de uma natureza humana hierarquizada e a proposta política do Estado Integral.

Com esse propósito analisaremos os dois manifestos partidários escritos por Reale (do Partido Popular Sindicalista e Partido Social Progressista) e artigos da obra *Pluralismo e Liberdade*. Nosso esforço exegético seguirá a cronologia dos documentos, o que nos leva a iniciar pela análise do manifesto popular-sindicalista.

O fio condutor desse documento é a defesa da *conciliação de classes*, que vem sob a designação de “*trabalhismo*”. O trabalhismo não é perspectiva de uma classe, mas de todas as classes que compõem o organismo nacional:

“Enganam-se os que pensam que o trabalhismo é uma política unilateral, destinada a interpretar tão-somente os interesses da classe obreira. O trabalhismo é, antes, a política da totalidade das forças nacionais focalizada sob o prisma do trabalho. Abrange, por isso, todas as classes e todos os grupos, desde os agricultores, que aproveitam as riquezas da terra fecunda, até aos industriais, que multiplicam o valor dos produtos pelas especificações criadoras; desde os técnicos e cientistas, que alargam os horizontes do conhecimento humano e aprimoram os meios de socialização

¹⁵⁷ Id. *O Estado moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*, pp. 167 e 168.

¹⁵⁸ Id. *Ibid.*, pp. 169 e 168.

das utilidades, até os trabalhadores das usinas e das fábricas, que emprestam o seu esforço consciente à direção das máquinas, em cujos movimentos rítmicos perfeitos se revela o valor do trabalho intelectual”¹⁵⁹.

Reale sustenta a:

“expressão harmônica dos direitos e deveres recíprocos dos trabalhadores do braço, do capital e da inteligência porque exige que nos postos de comando da causa pública apareçam as três forças conjugadas, dominadas pela preocupação de por o braço, o capital e a inteligência a serviço do *homem*”¹⁶⁰.

Na perspectiva trabalhista, a preocupação central é organizar socialmente o trabalho, o que significa justamente conciliar os interesses de todas as classes: *organizar o trabalho é conciliar as classes*. E isso, continua Reale, é incompatível com o capitalismo: “Visando a organizar socialmente a riqueza, devemos partir da verificação incontestável de que será vão e inútil pretender-se preservar a atual ordem de tipo capitalista”, em que a maior parte da nação só participa dos “resultados negativos da produção” e poucos são os que participam de seus benefícios.

Particularizando um pouco o grau de generalidade do manifesto, Reale apresenta os dois meios considerados necessários para conciliar os interesses das classes componentes da sociedade - trabalhadores do braço, da inteligência e do capital (em termos que advém do seu período integralista) - no quadro da nação, a saber, o voto e a organização sindical:

“Pelo voto caberá aos que trabalham assumir a direção da vida nacional, não para deflagrar a luta de classe, mas para compor, em unidade orgânica, os interesses legítimos de todos. Pelo sindicato, [...] os trabalhadores entender-se-ão no setor concreto da produção econômica, harmonizando-se o poder de iniciativa e de organização dos empregadores com o esforço muscular

¹⁵⁹ Id. *Memórias- 1*, p. 195.

¹⁶⁰ Id., *Ibid.*, p. 195

dos trabalhadores manuais e a capacidade criadora dos homens de cultura”¹⁶¹.

Através do voto, as três classes mencionadas assumem a direção política da vida nacional, não para defender seus interesses particulares, mas para concretizar o interesse geral. A organização sindical, por sua vez, propicia que essas três espécies de trabalhadores se entendam já no interior da produção.

Para Reale, reivindicações desse timbre caracterizam um programa socialista democrático:

“Como se vê. Confirmava minhas convicções de socialismo democrático, dando ênfase à luta contra o capitalismo selvagem [...] Era, a olhos vistos, um programa democrático-social de transição, que formulava reivindicações populares através da ação sindical, mas refugia da ‘estatização dos meios de produção’ como regra ou objetivo final, tal como é pregado por todas as formas de marxismo...”¹⁶².

Como apresentamos no capítulo *Itinerário político-ideológico*, o PPS teve vida curta e sua fusão com outros dois partidos resultou no Partido Social Progressista. No manifesto fundador, Reale procurou estabelecer as “idéias diretoras” em torno das quais devia agrupar-se o novo partido.

Uma dessas diz respeito ao eixo central da proposta política integralista e já estava desenhada no manifesto anterior. Revelado já pelo ato de criar um partido político, o abandono da proposta do Estado Integral é confirmado também no plano teórico ao abandonar a idéia das corporações como as verdadeiras mediadoras entre indivíduo e Estado em substituição aos partidos políticos. Se antes os partidos eram tratados como excrescências que impediam o contato entre indivíduo e Estado, agora se tornam pressupostos da democracia: “o regime democrático requer [...] como condição de subsistência que o povo se manifeste através de partidos com programas claramente traçados à vista das realidades nacionais”¹⁶³.

¹⁶¹ Id., *Ibid.*, p. 196.

¹⁶² Id., *Ibid.*, p. 196.

¹⁶³ Id., *Ibid.*, p. 313.

Mas é novamente a defesa da *conciliação de classes* - agora sob a denominação de “*socialismo*” ou de “*socialização do progresso*” e não mais de “trabalhismo” - o que pauta o manifesto pessepista: o PSP “apresenta-se como o partido destinado a reunir todos os que honestamente trabalham e produzem, pois não levanta a bandeira de qualquer exclusivismo classista, mas visa antes à união das forças autênticas da sociedade brasileira...”¹⁶⁴. No centro das preocupações está o modo de relacionamento entre os trabalhadores do braço, do capital e da inteligência (repetindo os termos utilizados em seu período integralista e no manifesto popular sindicalista), ou seja, entre empresários, trabalhadores e intelectuais, que, como já dito, na visão realiana, são as três classes componentes da sociedade. Trata-se de ter como foco principal a organização social do trabalho, o estabelecimento de uma organização social da riqueza produzida por esses três grupos de forma que todos os interesses se harmonizem:

“O que importa, acima de tudo, é a organização social do trabalho sob todas as suas formas, de maneira que, em função do progresso científico e técnico, se distingam e se completem os campos próprios de afirmação dos trabalhadores do braço, do capital e da inteligência, para que todos possam dispor de condições condignas de vida e de iguais oportunidades de aperfeiçoamento cultural e econômico”¹⁶⁵.

A organização social do trabalho ou da riqueza é apreciada no interior de uma perspectiva apresentada como “socialista”, não na acepção marxista, mas no sentido de criar condições de igualdade de oportunidades para essas forças essenciais da sociedade. Afinal:

“O socialismo já influiu a tal ponto na vida dos povos que deixou de ser o monopólio doutrinário de uma classe, para ser a totalidade da política das forças nacionais focalizadas sob o prisma do trabalho, que deve passar a ser o valor dominante da Economia e do Direito”¹⁶⁶.

Em suma, trata-se de constituir a conciliação das classes no âmbito nacional. Já fica claro, mas deve-se sublinhar que por trabalho Reale não designa a classe trabalhadora, mas o que ele entende que sejam todas as classes sociais que compõem a

¹⁶⁴ Id., *Ibid.*, p. 314.

¹⁶⁵ Id., *Ibid.*, p. 315.

¹⁶⁶ Id., *Ibid.*, p. 314.

sociedade. Consequentemente, há que se mudar o quadro em que a “quase-totalidade dos homens só é chamada para participar dos resultados negativos da produção econômica”; deve-se assegurar que todos - mantida a distinção de seus papéis na divisão do trabalho - tenham acesso aos frutos do trabalho, ou seja, deve-se proporcionar a “socialização do progresso”. Esse resultado deve ser alcançado de forma harmônica, sem qualquer solução violenta, ou seja, a socialização do progresso opera-se por meio da conciliação de classes, da “solidariedade social”, “a fim de se evitem as soluções violentas nascidas da miséria, da desconfiança e do desespero”.

Segundo Reale, é impossível colocar no centro a questão da participação equilibrada de todas as três classes nas riquezas produzidas *dentro* dos quadros da ordem capitalista: “...cumpre-nos partir da verificação incontestável de que será vão e inútil fazer remendos na atual estrutura econômico de tipo capitalista”. Mais uma vez, então, Reale apresenta sua posição como anti-capitalista; agora, trata-se de um anti-capitalismo que defende a manutenção da iniciativa privada acompanhada da estatização de alguns setores econômicos e também do exercício do papel fiscalizador pelo Estado, ou seja, a manutenção de uma sociedade produtora de mercadorias. Mesmo que não diga explicitamente, isso indica que ainda identifica “capitalismo” com “capitalismo financeiro”, o que significa que não situa o capitalismo na esfera da produção. Em outras palavras, Reale afirma que o fundamento do capitalismo são as finanças e não a separação entre o produtor direto e os seus meios de produção.

Em termos de um programa de poder, o manifesto apresenta algumas diretrizes um pouco menos genéricas. Defende uma política econômica em que sejam nacionalizadas as indústrias básicas e de transporte, em que se opere uma “profunda revisão” no sistema financeiro e, também, em que se mantenha a iniciativa privada, que se faz tão necessária diante da necessidade ainda persistente de explorar o território nacional, de praticar o “bandeirismo”(outro termo de seu discurso integralista). Daí que:

“não assinalamos [...] a tese obsoleta de socialização dos meios de produção como único processo compatível com a justiça econômica, quando é certo que, ao lado desse rumo imposto por ineludíveis interesses da comunidade,

devem ser reconhecidos os benefícios da iniciativa privada e da simples fiscalização ou controle do Estado”¹⁶⁷.

Acrescente-se, por fim, a crítica ao presidencialismo e a defesa do parlamentarismo, o que reafirma uma mudança operada no seu pensamento quanto ao papel do Estado. Mantém sua crítica ao regionalismo político, mas inova seu percurso ao criticar a hipertrofia do Poder Executivo e a proposta de uma revolução. O presidencialismo travaria o processo de ajustamento constante do Estado com as mudanças sociais, o que abriria:

“o caminho para a violência, para os golpes de força, para as revoluções. No regime parlamentar, ao contrário, o Estado ajusta-se, continuamente, às realidades sociais, de sorte que os atos de governo não exprimem a inspiração mais ou menos feliz de um chefe, mas são o resultado fiel da vontade popular consciente de si mesma. O presidencialismo é a ditadura ou a revolução. O parlamentarismo é a renovação social na ordem e na paz”¹⁶⁸.

Em acordo com o roteiro proposto, finda a análise dos manifestos partidários, cabe-nos agora investigar sua concepção de Estado em *Pluralismo e Liberdade* (1963). A formulação do seu pensamento político tem sempre no centro o posicionamento do Estado diante do funcionamento da economia e das classes sociais. Suas variações processam-se no tratamento dessa questão. Na denominação primeira vinha sob o nome de *Estado Integral*, depois sob o de *trabalhismo* e, neste momento, sob o nome de *Democracia Social*.

O pressuposto inicial da elaboração da *democracia social* é a crítica ao marxismo identificado como uma das formas do *naturalismo*. A predominância do marxismo como alvo de seus ataques é uma continuidade com seu itinerário político-ideológico, mas que se acentua no contexto da publicação do livro, dentro do clima da guerra fria e da ascensão das mobilizações sociais no Brasil em defesa das Reformas de base¹⁶⁹. A crítica ao que considera como o “naturalismo marxista” é o meio utilizado

¹⁶⁷ Id., *Ibid.*, p. 315.

¹⁶⁸ Id., *Ibid.*, p. 317.

¹⁶⁹ À compreensão da posição de Reale no pré-1964 dedicaremos o próximo item deste trabalho.

para o fim de provar que “o marxismo não é solução política válida para nossa época”¹⁷⁰.

Reale, então, reafirma a sua leitura mecanicista e reducionista do marxismo: “o humanismo marxista revela-se unilateral, fadado á autodestruição, porque subordinado à teoria naturalista do progressivo governo das coisas, segundo leis imanentes no próprio desenrolar-se do fato econômico”¹⁷¹. A “idéia basilar do governo das coisas” é de “uma vida social ordenada segundo forças imanentes, livre dos enganos e dos desvios que nascem dos atos decisórios”¹⁷². Isso porque “não se deve esquecer a nota anárquica que se oculta no âmago do marxismo originário, postos os olhos numa comunidade ideal sem Estado”¹⁷³.

Em oposição ao marxismo identificado como “governo das coisas”, Reale apresenta a democracia social fundada na concepção do homem *a priori* enquanto pessoa (a qual discutimos no item anterior):

“É necessário, em verdade, proclamar que a vida democrática, longe de ser o reflexo de um suposto determinismo histórico, implica uma atitude de confiança no valor e na eficiência dos ideais éticos; na função pedagógica da ação política e das leis; na capacidade de auto-superamento do homem, e tudo isto em virtude da captação prévia do real no sentido essencial do seu desenvolvimento, com a conseqüente adequação da práxis aos ditames da idéia diretora”¹⁷⁴.

O ideal democrático constitui-se em uma confluência da afirmação do valor da pessoa humana com a afirmação do Estado como guia da sociedade. Reale define esse papel diretor do Estado principalmente em relação com a economia, a partir do que formula seu conceito de *economia normativa*, essencialmente em contraposição ao “marxismo”:

¹⁷⁰ Id. *Pluralismo e liberdade*, p. 160.

¹⁷¹ Id. *Ibid.*, p. 194.

¹⁷² Id. *Ibid.*, p. 23.

¹⁷³ Id. *Ibid.*, p. 23.

¹⁷⁴ Id. *Ibid.*, p. 169.

“na teoria marxista [há] a exacerbação do alcance de um só fato social, - o da produção, - convertido em realidade suprema [...] condicionadora de todas as realizações ou ‘objetivações’ históricas”¹⁷⁵.

Para Reale, “pensar em termos de economia normativa”¹⁷⁶ significa sustentar a subordinação do “econômico aos imperativos de ordem moral”¹⁷⁷. Lembremos que essa idéia é a mesma que foi afirmada no período integralista de Reale. Sempre pregando um Estado que age eticamente sobre a sociedade, ele afirma:

“É necessário [...] que a produção não seja concebida como simples fato econômico, mas enquadrada na totalidade do processo social, isto é, disciplinada pelas exigências essenciais da existência humana, deixando, como ora acontece, de plasmar a sociedade inteira segundo os mais caprichosos e desproporcionados fluxos de inversão de capitais. Esse é um dos pontos fundamentais a ser considerado em uma ‘economia normativa’, ou seja, regida por normas éticas, segundo uma escala hierárquica de valores”¹⁷⁸.

A *economia normativa* é a subordinação da atividade produtiva e do relacionamento entre as classes à determinações éticas que encontram no Estado seu veículo principal. Na economia normativa: “o Estado deve ser o guia, o mentor da sociedade”¹⁷⁹. A classe trabalhadora, nessa visão, é incapaz essencialmente de constituir perspectivas econômicas autônomas, reduzindo-se a objeto de conhecimento dos governos e elites:

“penso que, no fundo, a questão radical é a concernente ao problema do homem, que deve ser focalizado na totalidade de suas funções e tarefas. Não cultivo a ilusão dos que pensam que o simples acréscimo de bens materiais tem como conseqüência o aperfeiçoamento correspondente do espírito [...] cabe aos governos e às elites cuidar [...] das duas ordens de problemas, isto é, das melhorias das condições de vida, e do aperfeiçoamento psíquico e

¹⁷⁵ REALE, Miguel. *Ibid.*, p. 154.

¹⁷⁶ Id. *Ibid.*, p. 193.

¹⁷⁷ Id. *Ibid.*, p. 199.

¹⁷⁸ Id. *Ibid.*, p. 197.

¹⁷⁹ Id. *Ibid.*, p. 173.

espiritual do homem, chamado a usufruir dos benefícios da ciência e da técnica”¹⁸⁰.

A passagem a seguir é bastante significativa, pois Reale apresenta como fundamento do seu conceito de economia normativa a afirmação de uma natureza humana egoísta:

“seria [...] anacrônico [...] querer sustentar [...] que melhor fora deixar os processos econômicos entregues a si mesmos, pois, cada qual, cuidando de si estaria implicitamente cuidando do próximo...Quem alimentará ainda a crença no ‘equilíbrio automático dos egoísmos’?”¹⁸¹.

Portanto, a economia normativa tem a finalidade de coordenar a expressão egoísta natural ao homem. Só a “economia normativa” é “capaz de [...] subordinar o regime de livre empresa a um sistema de normas ético-políticas determinadas pelas exigências fundamentais do todo nacional diversificado”¹⁸².

Trata-se, enfim, de um Estado que preserva a livre iniciativa empresarial, mas que atua como agente harmonizador da economia. Ou seja, como no plano econômico cada um buscaria os seus interesses, deve o Estado intervir para equilibrar a relação entre as classes. Assim, o Estado se apresenta como condição para existência em equilíbrio de indivíduos egoístas, cujos interesses particulares são naturalmente contrapostos ao interesse geral. Nesse sentido, Reale afirma:

“Foi a força do ideal democrático que suscitou alterações substanciais na economia capitalista, ajustando-a a exigências que ultrapassam os propósitos hedonísticos originários do capitalista ou do homem de empresa, levados cada vez mais a se comporem harmonicamente no seio de uma comunidade concreta”¹⁸³.

Assim, parte-se do pressuposto de que os processos econômicos devem se submeter à imperativos morais postos em movimento pelo Estado. Nessa linha, a democracia social é uma proposta política que aponta uma certa forma de relação do

¹⁸⁰ REALE, Miguel. *Ibid.*, p. 204.

¹⁸¹ Id. *Ibid.*, p. 193.

¹⁸² Id. *Ibid.*, p. 182.

¹⁸³ Id. *Ibid.*, p. 169.

Estado com a economia: “a posição da democracia social e econômica [está] empenhada na conciliação das iniciativas livres com a orientação e o estímulo do poder público”¹⁸⁴.

Reale segue adiante e passa a estabelecer diretrizes para a economia brasileira. Trinta anos se passaram e Reale continua a proclamar: “os bandeirantes não tiveram até agora completada sua obra”¹⁸⁵. Trata-se de atualizar as bandeiras, de expandir as fronteiras econômicas para o além-litoral. Já analisamos nos pormenores a proposta econômica bandeirista na primeira parte desse tópico (ao tratar do Estado Integral) e, como o seu sentido aqui é precisamente o mesmo não nos demoraremos. Apenas para repisar, e com isso encerramos este item:

“Imensas são as áreas ainda à espera do ato fecundante do homem ou de uma política mais chegada às urgências dos valores do trabalho. Há ainda regiões que não conhecem o branco civilizado; outras que de longe em longe recebem, como visita amorável de aves benfazejas, a palavra de um missionário. Nem menos em extensão vencemos a terra”¹⁸⁶.

¹⁸⁴ REALE, Miguel. *Ibid.*, p. 181.

¹⁸⁵ Id. *Ibid.*, p. 177.

¹⁸⁶ Id.. *Ibid.*, p. 179.

3. O INTELLECTUAL A SERVIÇO DO GOLPE DE 1964

Até agora, relatamos o itinerário político-ideológico realeano e analisamos as suas concepções de história e Estado. Neste momento, o que faremos será tratar de seu envolvimento direto e de sua contribuição como ideólogo para a efetivação do golpe de Estado de 1964 e para a consolidação da ditadura. Veremos como mobiliza o arsenal teórico desenvolvido durante três décadas para explicar e legitimar o fim do “caos social” e o emprego dos “poderes excepcionais do Estado”. Para isso, utilizaremos principalmente os artigos de jornal escritos e reunidos em livros no calor da hora, além de suas *Memórias* e entrevistas em que relembra seu passado.

A exposição será dividida em dois momentos principais, tendo o golpe de Estado de 1 de abril de 1964 como linha divisória. O primeiro momento (*O Caos Social no Entreato Golpista*) será dedicado a compreender sua análise das lutas sociais do pré-64 e dos lances políticos envolvidos, culminando na sua explicação das causas do golpe. Partindo da crise que envolveu a renúncia de Jânio Quadros, veremos sua posição sobre a posse de Jango, a instauração do parlamentarismo e o plebiscito que o confirmou. Em seguida, trataremos de sua posição sobre um tema decisivo no pré-64, as Reformas de base e, ao final, em íntima vinculação com o tema anterior, a explicação que fornece para o golpe.

No segundo momento (*Reconstrução Nacional e Institucionalização*), trataremos das “diretrizes fundamentais” que Reale aponta para a consolidação da ditadura, em face da consideração de que o golpe ocorrera sem um projeto de poder e da menor atenção dispensada à problemática do Estado em comparação com as questões econômicas. Veremos, em especial, a sua cobrança pela elaboração de uma “filosofia política da revolução” que guiasse o processo de “institucionalização revolucionária”.

3.1 O “Caos Social” no Entreato Golpista

Na conjuntura que envolve a renúncia do presidente da República Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, seguida pela tentativa de golpe militar em reação à posse legítima do vice-presidente João Goulart, Reale posicionou-se favoravelmente à adoção da solução parlamentarista¹⁸⁷. Diz ele:

“Convencido do fracasso presidencialista, à luz reveladora de um passado bem vivo e recente, foi que, ao ser promulgado o Ato Adicional [que regulamentou o parlamentarismo], julguei de meu dever deixar o ostracismo político, a que me refugiara para bem de meus estudos, a fim de colaborar na obra de esclarecimento popular sobre o autêntico significado do regime ora em vigor”¹⁸⁸.

Ele exerceu sua função de “esclarecedor” do povo por meio de debates, entrevistas e conferências, logo reunidos na obra *Parlamentarismo Brasileiro* (1962). A obra aponta diretrizes para a consolidação do parlamentarismo e, para isso, analisa o Ato Adicional, discute aspectos gerais desse sistema de governo em contraposição ao presidencialismo e delinea as especificidades assumidas em razão de sua instauração repentina no Brasil. Em sua exposição, Reale entrelaça a defesa do parlamentarismo como sistema ideal com a defesa de sua conveniência para aquele momento político nacional.

Ressalta, de início, que seu apoio não está ancorado apenas em sua posição doutrinária favorável ao parlamentarismo, o que sustentava desde o manifesto do Partido Social Progressista, escrito pouco após o fim do Estado Novo. E que razões justificaram sua adesão ao parlamentarismo nesse momento? Vejamos. Ele afirma que

¹⁸⁷ É preciso salientar que, em casos significativos, tanto o apoio à posse sob a solução parlamentarista como sob a manutenção do presidencialismo encontram continuidade com o apoio ao golpe de 1964. É o caso, por exemplo, de JK e do governador de Goiás, Mauro Borges, que inclusive ensaiou uma resistência armada pela posse de Jango em 1961. Ambos foram favoráveis à manutenção do presidencialismo no plebiscito de 1963. Note-se a natureza diversa de motivações que convergiram nesses posicionamentos Cf. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990, pp. 12 e 44-45. Reale apoiou a solução parlamentarista e, no plebiscito, a sua manutenção, para depois apoiar o golpe.

¹⁸⁸ REALE, Miguel. *Parlamentarismo Brasileiro*, p. VII.

não condena todo o passado presidencialista brasileiro, uma vez que o parlamentarismo exigiria um nível de amadurecimento da opinião pública só foi alcançado no pós-1945. A partir daí, o regime presidencialista foi palco de crises constantes:

“Que foi, em verdade, cada sucessão presidencial, depois de 1946, senão um rosário de apreensões e ameaças? Cada posse de presidente não representou uma série de desafios ou um nervoso desfilar de perplexidades? Cada início de governo não significou sempre um enigma ameaçador, sem respeito à obra já realizada, num eterno e melancólico recuo ao ‘marco zero’? E, depois, que dizer das crises nacionais ligadas à fisionomia política pessoal de cada Presidente, desde o tipo do introvertido ao do faraônico, com a Nação marcando passo na hora propícia da audácia, ou precipitando-se em ritmos diversos, segundo o ser pessoal de cada novo chefe? [...] O regime parlamentar chegou, a meu ver, no momento oportuno e necessário, quando o presidencialismo já não estava em condições de vencer as contradições internas que o corroíam desde a vigência da Constituição de 1946”¹⁸⁹.

O jurista, como vemos, não profere uma palavra sobre a conjuntura efetiva que resultou na saída parlamentarista, ou seja, nada diz da tentativa de golpe por setores do exército e da resistência brizolista oposta no Rio Grande do Sul. Nada diz, também, da quebra de constitucionalidade representada pelo Ato Adicional. Colocando de lado qualquer condição história específica, ou seja, desprezando os embates que se deram à frente de todos e ignorando fatos, a crise de agosto é explicada como uma crise do sistema de governo presidencialista só passível de ser superada pela adoção da “idéia parlamentar”. É o que vemos a seguir: “foi com os ouvidos colados aos receptores de rádio que o povo brasileiro viveu intensamente aqueles trágicos dias de agosto, até o feliz instante em que se recorreu à idéia parlamentar como fórmula capaz de superar a mais calamitosa das crises do nosso presidencialismo”¹⁹⁰.

Ainda em *Parlamentarismo Brasileiro*, Reale busca ressaltar que a virada de mesa parlamentarista não teve por objetivo excluir *totalmente* o presidente do jogo político. Daí seu esforço em afirmar a importância do papel do chefe de Estado na nova situação. Se de um lado afirma que a tarefa de governar cabe ao gabinete, considera

¹⁸⁹ REALE, Miguel. *Parlamentarismo Brasileiro*, p. VI.

¹⁹⁰ Id., *Ibid.*, p. V.

maliciosamente que o cargo de presidente nesse regime parlamentar é “cargo que enobrece os homens capazes de refrear instintos de mando”¹⁹¹. Pretende demonstrar a importância desse cargo para legitimar uma inclusão subordinada dos apoiadores de Jango na nova situação política do país. Portanto, seu esforço é para legitimar a situação que resultou da tentativa de golpe.

Como vemos, no calor da hora, Reale explicou o que, na verdade, foi o resultado final da tentativa de um golpe de Estado como o colapso de um sistema de governo. No entanto, se em *Parlamentarismo Brasileiro* ele deixou nas entrelinhas o propósito de estreitar o poder das correntes ligadas a Jango como motivação de fundo da resolução parlamentarista, nas suas *Memórias* ele fez com que esse propósito se expusesse na superfície. É o que vemos na seguinte afirmação, em que acrescenta seu remorso por não ter apoiado o golpe já naquele momento:

“Orgulho-me de nunca ter ficado à margem dos momentos decisivos da história do Brasil, que me têm sido dado viver, e o do parlamentarismo é um deles. Conhecendo João Goulart e as suas insuficiências, sobretudo no quadro político-social em que se situava, convenci-me, e convenci-me mal, de que ele poderia ser um razoável Presidente em regime parlamentar, mas um risco para si e para os outros nos rígidos quadrantes do presidencialismo. Confesso que errei, não quanto aos fatos, mas quanto ao homem, pois a experiência demonstra, tanto no Brasil como no estrangeiro, que maiores virtudes se requerem de um Chefe da Nação, no parlamentarismo, porque dele se exige constante prudência, justa percepção dos homens e dos eventos e, acima de tudo, capacidade de renúncia às mefistofélicas tentações do Poder”¹⁹².

Trata-se, na verdade, da defesa da posse de Jango *desde que* condicionada pela adoção, às pressas, de um regime parlamentarista que limitasse o raio de ação quando assumisse a Presidência. Considerava que se Jango não era confiável no exercício de seus poderes legítimos, com as novas limitações e ecoado o estridente alerta militar tornava-se aceitável, uma vez que subordinado à vigilância permanente. Reale se deu ao

¹⁹¹ Id., *Ibid.*, p. IX.

¹⁹² REALE, Miguel. *Memórias* -2, p. 86.

direito de acrescentar seu silvo na sinfonia de alertas golpistas, advertindo e acusando movimentos comunistas ou “contrários à índole nacional”:

“O instrumento de trabalho é, repito, maleável e eficiente, desde que os nossos estadistas não o convertam em massa de manobra de fins personalistas, nem se deixem acovardar perante uma minoria ativista que, pela atoarda que levanta, pode dar a impressão errônea de que a nossa gente já abandonou ou está prestes a abandonar os princípios cardeais de nossa formação histórica, na qual os valores éticos e espirituais jamais se converteram em adorno ou cobertura de interesses de grupos ou de classes”¹⁹³.

Portanto, no seu caso, a adesão ao parlamentarismo, mesmo que acompanhada de motivações doutrinárias secundárias, foi, na essência, justificada em razão da necessidade de estreitar o espaço de ação de um presidente que representaria um “risco” ao país. E foi nesse sentido que no plebiscito de 06/01/1963, no qual Jango conseguiu retomar seus poderes presidenciais por esmagadora maioria de votos, Reale novamente tomou partido pela manutenção do regime parlamentar.

Como é sabido, depois do plebiscito aceleraram-se os preparativos para o golpe e, então, Reale passou a contribuir dentro da estrutura política: exerceu o duplo papel de pensador do golpe e golpista prático. Apesar de não ter previamente apoiado Adhemar de Barros nas eleições estaduais de 1962 e ter se distanciado do PSP, ele voltou a ocupar a pasta da Secretaria da Justiça do Governo paulista meses depois, mantendo-se lá entre 31/03/1963 e 24/04/1964. Foi nessa importante posição que acompanhou, “com compreensível ceticismo”, as tentativas do governador em “trazer Jango ao bom caminho, libertando-o da moçada irresponsável”¹⁹⁴. Isso porque Adhemar “longe de se opor às tão badaladas ‘reformas de base’, declarava-se pronto a dar-lhes o apoio de São Paulo, desde que [...] com pleno respeito da Constituição e de nossas tradições democráticas”¹⁹⁵.

¹⁹³ REALE, Miguel. *Parlamentarismo Brasileiro*, p. VIII.

¹⁹⁴ Id., *Memórias -2*, p.107.

¹⁹⁵ Id., *Ibid.*, pp. 107-108.

É fato que no centro dos embates e debates do pré-64 estavam as Reformas de base, questão que era destacada por todas as correntes políticas, daí a posição de relevo que assume na própria explicação realiana das razões do golpe. Na verdade, Reale desnatura a proposta real das reformas estruturais ao mesmo tempo em que assume seu lema, ou seja, utiliza o mesmo nome para designar algo completamente diverso. Veremos a seguir, em termos concretos, como seu discurso opera essa manobra.

Em todos os momentos de sua vida, dos artigos da época aos do final de sua vida, Reale sustentou que o golpe não se deu contra as Reformas de base. Isso porque, - sempre em sua visão - as Reformas de base defendidas no pré-64 consistiam apenas no instrumento retórico utilizado por uma minoria subversiva para manipular o povo com finalidades outras, dissociadas dos interesses populares. Não estava em jogo o conflito de interesses econômicos reais, a transformação das relações de produção. O que estava ocorrendo era um processo comunizante, de bolchevização e subversão dos valores nacionais, com propostas estranhas à formação histórica brasileira e ao espírito cristão e não uma disputa em torno da efetivação das Reformas de base. Aliás, diz Reale, aqueles que sinceramente pretendiam realizar as Reformas de base, fora do clima de agitação e masorca, eram os protagonistas do golpe que logo assumiriam o poder. É o que está dito a seguir:

“Aos elementos totalitários, encastelados no governo federal, era interessante colocar a questão nacional em termos de ‘reforma’ e de ‘não reforma’, quando, na realidade, o contraste era bem outro, por se servirem os esquerdistas das reformas como instrumentos de subversão, e quererem os democratas realizá-las sem sacrifício das liberdades civis e políticas. Dessarte, só não concordávamos com a revisão constitucional segundo o figurino e para os fins de bolchevização do país, visto não nos merecerem confiança aqueles que agiam, ou para se perpetuarem no poder, ou a serviço do comunismo internacional. Em segundo lugar, o que acontecia, de maneira surpreendente, é que aqueles mesmos que mais reclamavam reformas eram os que mais criavam dificuldades e embaraços à sua efetivação. Um dos efeitos salutares da revolução de março deve ser limpar o terreno, inclusive para tornar possíveis as reformas, sem nascerem elas

irremediavelmente comprometidas pela técnica deformadora e maliciosa dos chefes e chefetes vermelhos ou alaranjados”¹⁹⁶.

Essa é a manobra, antes anunciada, que opera em seu discurso. Tratava-se de dizer não à “masorca” e ao “caos social”, não se tratava de oposição às reformas. Ele afirma, como dissemos, que os “*homens que disseram ‘não’ à masorca*”¹⁹⁷ eram a favor das reformas estruturais. Inclusive seu início precederia o governo João Goulart, já que no decorrer do governo anterior, de Juscelino Kubitschek, esse processo teria se desenvolvido “*dentro dos limites*”. Esses limites, todavia, foram rompidos a partir da entrada na “aventura jânio-janguista”, simbolizada, diz, pela bofetada dada na cara da nação através da condecoração de Guevara.

O “*anseio popular por reformas*” sociais era justo. O problema, contudo, era que tais anseios estavam sendo “*manipulados*” por uma “*minoría subversiva*”, que controlava o governo federal e que possuía planos próprios, com “*finalidades estranhas à Nação*”¹⁹⁸. O fato é que “grande parte da opinião pública se entusiasmara por algumas verdades desvinculadas de suas razões reais para servirem a planos subversivos de uma minoria ousada”¹⁹⁹. Eram “*reformas-meio*”²⁰⁰, ou seja, visavam a finalidades contrárias à índole nacional. Ainda mais, eram

“*técnicas de domínio político totalmente estranhas à nossa formação histórica, identificando-se a tese do desenvolvimento e das reformas de base com um conúbio de propósitos e de planos heterogêneos, bem poucos sendo os indivíduos autenticamente vinculados às nossas circunstâncias, outros atuando como simples reflexos dos desígnios do internacionalismo*

¹⁹⁶ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 102

¹⁹⁷ Id., *Da Revolução à Democracia*, p. 18.

¹⁹⁸ Tratava-se, então, de “*reconduzir*” os anseios populares à sua justa direção, à direção que realmente lhe correspondia e era própria. Com isso, Reale pregava a retirada das reformas das ruas para o âmbito estatal, convertendo uma bandeira popular em medidas estatais de caráter impopular; como se dá no pós-golpe, quando aponta a “*drástica redução salarial*” como resultado desse espírito reformista. Esse procedimento fica claro quando afirma que a verdadeira defesa das reformas tinha que “*libertar o desenvolvimentismo*” das “*impurezas ideológicas*”, das “*distorções ideológico-marxistas*”: “o Governo do Presidente Castello Branco [...] teve o mérito de não se contrapor às aspirações reformistas do País, até então demagogicamente exploradas pelo Presidente deposto, mas situando-as no conhecido esquema: desenvolvimento disciplinado e planejado, sem demagogia e com inflação controlada” (Id., *Ibid.*, p. 51).

¹⁹⁹ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 11.

²⁰⁰ Id., *Ibid.*, p. 14.

moscovita, e a grande maioria fazendo uso das idéias em voga apenas como instrumentos propícios à perpetuação do seu mando pessoal”²⁰¹.

A minoria subversiva comandava a política nacional, pois manipulava até o posto mais alto do governo nacional: o presidente da República João Goulart. O retrato do petebista é pintado de forma maliciosa. Suas qualidades são descritas com um depreciativo tom de compaixão: era “fundamentalmente sincero e despreendido” e tinha “inegável dedicação às classes mais humildes”, em suma, um sujeito bem-intencionado. Seus defeitos são apontados com menosprezo: era “desprovido de convicções próprias, flutuantes ao sabor dos que o cercavam”²⁰² e “seu feitio mental não era de molde a ter entusiasmo por teorias políticas”, era “instável em seu modo de ser existencial e em suas convicções políticas”, “um caudilho vacilante”, “incompetente”, “inconseqüente” e “irresponsável”.

Essa figura, sem idéias próprias e passiva, era manipulada por seus “mentores imediatos”; ou seja, em última instância era “a moçada irresponsável”, referida por Adhemar de Barros, que determinava as coordenadas políticas do governo. Nesse círculo manipulador tinha destaque o Partido Comunista, representado por Prestes. Daí a insistência de Reale em evocar, por diversas vezes, como prova irrefutável dos “descaminhos” do país a “histórica e definitiva entrevista de Luís Carlos Prestes [na qual disse que] nunca se sentiu tão próximo do Poder, tal a desenvoltura com que transitava no Palácio do Planalto e a reverência com que era ouvida sua voz”²⁰³. Assim é que, através dos “mitos e slogans” propagados por seu “aparelho ideológico, “o comunismo já estava no poder mesmo sem estar no governo”²⁰⁴ e “o governo passava a ser a expressão de uma minoria atuante através do poder presidencial”²⁰⁵ que se colocava em contradição com a “vontade nacional”.

Assim:

“O valor aparente do janguismo consistia no seu tonitroante alardear das reformas, num alarido de falsas promessas encobertando uma realidade

²⁰¹ Id. *Ibid.*, p. 30.

²⁰² Id. *Memórias -2*, p.108.

²⁰³ Id. *Ibid.*, p.105.

²⁰⁴ Id. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 45

²⁰⁵ Id. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 94

precária e os planos concretos de uma minoria subversiva [...] [que via as reformas como um] primeiro passo para a consecução de objetivos outros, segundo um plano preconcebido de subversão da ordem social vigente”²⁰⁶.

O governo João Goulart, controlado pela esquerda partidária e sindical, era “a fonte propulsora” de um processo de “‘guerra revolucionária’ com subversão subliminar ou ostensiva”. Esse processo ocorria através da manipulação do “material inflamável” das “legítimas” necessidades populares, tendo como perspectiva a instalação de uma “República Sindicalista” ou a implantação de uma “experiência de socialismo totalitário” “segundo os ditames de Cuba ou Pequim”²⁰⁷. Sua política de “nativismo socializante”, sua “aventura sindical-nacionalista” ou “anarco-nacional-sindicalista” tinha como consequência a ausência de rumos nacionais, que encaminharia o país a uma forma de comunização, temor que se acentuava pelo recente e aflitivo pesadelo da revolução cubana. Incentivava greves, quebra de hierarquia e de disciplina, etc. Ademais, era culpado pela alta inflação, provocada por excessivos gastos sociais oriundos de sua política demagógica. Estava em curso um processo de “desintegração social”, de “dissolução nacional”, que colocava em risco os “valores da civilização ocidental cristã” e atingia o “legado liberal democrático”.

Em suma, Reale enxerga uma variedade de fatores imediatos aos quais o “movimento revolucionário de 31 de março” reagiu: a marginalização dos partidos políticos, dissolução do Estado numa trama de associações sindicais, agitação na cidade e no campo, alta inflação, quebra de hierarquia militar. A esses acrescenta a quebra do “pacto federativo” perpetrado pelo governo ao agredir as autonomias estaduais que, assim, fez surgir “o ‘direito de revolução’ de maneira natural como um imperativo da sobrevivência nacional”²⁰⁸.

Agora, o que ele apresenta como causa principal para a “reação armada à crise institucional” é a insegurança social, que tinha o governo Jango como “fonte propulsora e alimentadora primordial”:

“o movimento de março não resultou de um programa ideológico prévio, mas nasceu de um sentimento generalizado de insegurança, da sensação

²⁰⁶ Id. *Da Revolução à Democracia*, pp. 24 e 75.

²⁰⁷ Id. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 98.

²⁰⁸ Id. *Ibid.*, p. 96.

crescente de que estávamos para dar início a uma aventura, sem saber com certeza nem para onde íamos nem para que. O que se quis, em suma, foi eliminar os fatores de insegurança”²⁰⁹.

Cerca de 20 anos depois, demonstrando a manutenção de sua posição quanto ao golpe, ele reafirmou:

“em última análise, o que atemorizava a maioria silenciosa da Nação eram antes a indefinição, a incerteza, a insegurança, que podiam conduzir-nos em qualquer direção, desde o comunismo declarado até à pura e simples luta de classes por si mesma, como instrumento demolidor das estruturas sociais, ficando o dia de amanhã como um problema em suspenso, para proveito, como sempre acontece, de ‘nova classe’ no Poder. Foi, pois, a falta de segurança, a ausência total de rumos, o fator fundamental que acarretou a derrubada de João Goulart, surpreendendo seus ingênuos aprendizes de revolução social”²¹⁰.

Diante desse quadro, defende uma intervenção militar que acabe com a “agitação das reformas” e que as realize de modo consensual, racional e prudente. Isso exigia extirpar a “fonte alimentadora” do processo de lutas de classes, de subversão, de caos, em suma, de incerteza e insegurança social, uma vez que as massas eram manipuladas pelos líderes demagogos que dominavam o governo Jango. Reale entende esse processo de “caos social” como efeito de uma “crise institucional”:

“O que houve no Brasil, por conseguinte, sobretudo nos três anos que antecederam ao movimento de março, foi uma *crise institucional*, devida a partidos e a líderes que não souberam se manter à altura de suas responsabilidades. Crise de autoridade presidencial e crise de autoridade legislativa”²¹¹.

O golpe instrumentalizou a “vontade nacional” – expressa nas marchas das “mulheres mineiras e paulistas” – de salvar a “democracia” periclitante nas mãos do governo Goulart. A ação militar deu “sentido operacional aos ditames da opinião

²⁰⁹ Id. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 21.

²¹⁰ Id. *Memórias -2*, p. 107.

²¹¹ Id. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 95.

pública em repulsa às maquinações do esquerdismo subversivo e corrupto”²¹², do “comuno-peleguismo”. Reale sempre busca legitimar o golpe afirmando que a ação militar foi meio para consecução da “vontade nacional”, expressa nas famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”:

“Devemos reconhecer, com efeito, que as mulheres mineiras e paulistas tiveram a intuição de uma verdade há muito vislumbrada, mas que só elas exigiram que viesse incontinenti a furo: a intuição de que este país estava sendo vítima de um grande e imenso ‘bluff’. O ‘bluff’ da maioria governamental; o ‘bluff’ da esquerda dominante; o ‘bluff’ das reformas que se fabricavam da noite para o dia; o ‘bluff’ dos dispositivos militares invencíveis...Com o seu sentimento religioso e o ‘sexto sentido’ que nasce do amor e da preocupação pelo futuro dos filhos, as mulheres pressagas compreenderam, antes que os homens, ser necessária uma operação de desmascaramento [...] Foi a essa altura que se deu a interferência militar [...] quando se deu o encontro entre o querer do povo e o das Forças Armadas, atendendo ao apelo da mulher brasileira [e] esboroou-se como por encanto o tão apregoado dispositivo militar do caudilhismo esquerdista, todo aquele sistema parasitário que se aninhara na cúpula governamental. Tudo não passava de um crosta de gritos a assustar a Nação. Jamais houve quem caísse de maneira tão vergonhosa [...] essa queda sem altivez nem brio é a comprovação mais completa de que se impunha inadiavelmente a ação revolucionária, antes que se consumasse, de surpresa, o embuste de um ‘golpe de mão’ nos moldes consagrados pela técnica do marxismo revolucionário”²¹³.

Tratava-se, portanto, de retirar do poder a minoria subversiva que através do controle do governo manipulava o povo e produzia “agitação” e “caos social”.

Ainda na noite de 01 de abril, em nome do Governo de São Paulo, Reale discursou aos paulistas, enfatizando que o golpe estava se dando contra uma minoria contra a qual nação se opunha inteiramente (os trabalhadores do braço, da inteligência e do capital, diz, repondo termos de seu período integralista):

²¹² Id., *Da Revolução à Democracia*, p.38.

²¹³ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, pp. 97, 98, 99.

“Trabalhadores do braço, do capital e da inteligência compuseram como que uma cooperativa indissolúvel para a afirmação definitiva dos valores sociais [...]. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, levantou-se o Brasil como um só corpo e uma só alma, e pode-se dizer que, hoje em dia, só subsiste resistência do inimigo em torno da Capital do Rio Grande do Sul, onde ainda os insanos traidores da causa da democracia alimentam a triste esperança de poder convencer os homens alertados do Brasil com discursos, ofensas e felonias. Pregam eles a luta de classe. Pregam eles a subversão dos valores hierárquicos. Mas todos nós já estamos convencidos de que o povo já se deixou enganar demais por esses pregoeiros da desordem”²¹⁴.

Sendo o causador da “crise institucional” que gerava o processo de “desintegração social”, o “Governo da República é que se punha, pois, em estado de conspiração subversiva, legitimando a reação das forças democráticas”²¹⁵. O golpe militar, então, respondeu a “um sentimento generalizado de insegurança, gerado pela irresponsabilidade e a inexperiência de um governo à mercê dos mais diversos embates ideológicos...”²¹⁶, que se converteu em “mestre e senhor da masorca”. Portanto, ressaltamos, a raiz da “masorca”²¹⁷, na lição do Prof. Reale, era a forma de atuação estatal. Para “reconstruir a nação” era preciso destituir o Governo e inaugurar um novo método de proceder político.

²¹⁴ Id., *Ibid.*, p.118.

²¹⁵ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 96.

²¹⁶ Id., *Da Revolução à Democracia*, p. 18

²¹⁷ Como se trata de palavra de uso raro e que não consta em todos os dicionários de qualidade, apresentamos aqui sua definição dada pelo Dicionário Houaiss: “perturbação da ordem; tumulto; baderna; revolta; motim”.

3.2 “Reconstrução Nacional” e “Institucionalização Revolucionária”

Com o golpe vitorioso e sua posterior exoneração do cargo de Secretário da Justiça do Governo paulista, Reale passa a reviver o ofício de ideólogo na imprensa. Era uma atividade que havia abandonado por quase 30 anos, desde quando fora editor do jornal *Acção*, da Ação Integralista Brasileira (AIB). A partir daí, suas reações às mudanças que se processavam no país na conjuntura pós-golpe e a intervenção que busca realizar nos rumos a serem tomados têm o importante jornal *Folha de São Paulo* (do qual foi colunista de 1965 a 1969) e, eventualmente, *O Estado de São Paulo*, como correias transmissoras.

O pensador oferece seus serviços. Reale passa a se apresentar como um “autêntico” membro das fileiras “revolucionárias” que, por sua condição de intelectual, pretende contribuir para a consolidação da “revolução” através de uma apreciação “racional” e “serena” dos fatos. Apoiar e contribuir com “críticas construtivas”. No trecho que segue, ao mesmo tempo em que prefacia seu próprio livro (*Imperativos da Revolução de Março*, uma das coletâneas em livro de seus artigos de jornal), Reale anuncia sua posição quanto à ditadura recém-instituída e, como é de seu gosto, passa a se auto-elogiar com prodigalidade:

“Estas páginas não foram escritas por um otimista, mas antes por um idealista incorrigível, que prefere as críticas serenas e construtivas, fundadas em razões de confiança, às verrinas ou diatribes que grangeiam aplausos e popularidade fáceis”²¹⁸.

O filósofo do golpe ataca os críticos da ditadura, que apenas correriam atrás de “aplausos e popularidade fáceis” e, com seu “idealismo incorrigível”, anuncia o propósito de confiar no governo e de contribuir com “críticas construtivas”. Ao apresentar-se - risivelmente, diga-se de passagem - como um “idealista incorrigível”, coloca-se em um pedestal de superioridade e, simultaneamente, assume que suas “críticas construtivas” não terão plena eficácia, cômico que era do fato de que sua

²¹⁸ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 09.

posição não era decisiva, mesmo que influente, para a determinação dos rumos essenciais da “revolução”.

As críticas aos demagogos e a adesão aos prudentes! Em seu raciocínio, todos os críticos opositores da nova situação são demagogos, interessados em manipular o povo, ao passo que a única posição racional e sincera possível é a adesão. Cerca de 20 anos depois, Reale definirá sua posição à época como de “aceitação do sistema, com ressalva do próprio direito de divergir e criticar onde e quando julgado necessário”²¹⁹.

Seus artigos na imprensa têm como público-alvo os apoiadores diretos e indiretos da ditadura, mas mirando em particular aqueles que controlam os rumos do Governo. Reale se posiciona sobre as questões suscitadas pelas diversas facções de políticos, militares e intelectuais que participavam dessa rede de sustentáculos da “nova ordem”, com o objetivo de interferir no caminho a ser trilhado pela “revolução” a partir da tomada do poder. Suas posições cingem-se, quase que completamente, ao domínio da atuação do Estado diante de uma conjuntura “revolucionária” específica: na qual seria preciso enfrentar os desafios da *repressão política*, do *desenvolvimento econômico* e, principalmente, da *legitimação jurídica* da ordem instituída ou, em seus termos e respectivamente: da “repressão aos fatores de dissolução nacional”, da “superação do subdesenvolvimento” e da “institucionalização revolucionária”.

Com esse intento, Reale busca estabelecer as “diretrizes fundamentais” para a “revolução”, visa a contribuir para a definição do caminho a ser perseguido. Ele aponta com clareza qual o seu papel nesse processo e a contribuição a ser dada pelos intelectuais, a saber, constituir uma definição doutrinária dos propósitos da “revolução” que passe a servir de bússola para um percurso que ainda não teria uma direção claramente definida, afinal “toda atitude política se fundamenta em uma postura doutrinária”²²⁰. Com esse propósito, em entrevista concedida em 07 de maio de 1964, enquanto ainda fazia parte do secretariado de Adhemar, chegou a propor a criação de um centro de estudos que unisse a intelectualidade que apoiou o golpe:

²¹⁹ REALE, Miguel. *Memórias* -2, p. 136.

²²⁰ Id. *Revolução e Democracia*, p. 24.

“Quando os homens honestos não promovem a ‘revolução das idéias’, estas acabam por se transformar em instrumentos espúrios nas mãos dos farsantes. O que se impõe, por conseguinte, é a reunião dos homens capazes de alguma contribuição ideológica e ideal, abstração feita dos cargos públicos que eventualmente ocupem. Um Centro de Estudos e de Debates sobre os imperativos da Revolução, eis o que se espera, pois, convenhamos, se todos foram convidados pelo presidente Castello Branco a contribuir com a sua pedra, a pedra do intelectual é a idéia vivificada em contacto com a realidade social e humana”²²¹.

Apesar de se lamuriar e ressentir pela não criação desse centro de estudos²²², o Prof. Reale, de fato, alcançou seus propósitos de influir nos caminhos da ditadura: seus artigos e os ecos de seu passado repercutiram nos altos escalões do poder. Sinal de seu prestígio nos círculos governamentais foi a comissão convocada por Costa e Silva para rever a Constituição de 1967, que era composta por, além do próprio presidente, seu vice e seus ministros, apenas pelo Prof. Reale. Além disso, ao analisar o período da “revolução”, Lyra Tavares (membro do triunvirato que compôs a junta militar que entremeou a Presidência de Costa e Silva e Médici) o utiliza como amparo analítico junto com o chefe da casa civil de Castelo (Luiz Viana Filho).

A finalidade da propositura de um centro de estudos se insere no seio da preocupação de Reale com o fato que a “revolução” ocorreu sem que fosse precedida pela elaboração de diretrizes fundamentais de um programa de poder. Veremos agora como Reale analisa essa situação.

A partir desse diagnóstico, Reale estabelece uma tipologia da revolução formada por duas espécies. Uma revolução se caracteriza por “atualizar” uma idéia “na plenitude de sua consciência e desenvolvimento”; o outro tipo de revolução se caracteriza precisamente por não advir de uma idéia já plenamente formada, mas por ocorrer antes

²²¹ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 116.

²²² “Minha palavra soou no deserto e o Poder, o Poder Revolucionário, desmantado de uma Idéia diretora, só podia com o desgaste do tempo, sofrer o desfecho que tem todo regime autoritário, comprometido pelos que eu apelidava de ‘farsantes de primeiro de abril’, aproveitadores de um Movimento nascido com tantas esperanças e destinado a ser mais uma tentativa na áspera busca do nosso ser nacional” (REALE, Miguel. *Memórias -2*, p. 141). Essas lamúrias, na verdade, acabam por revelar um movimento oportunista de alguém que apoiou a ditadura e, logo após seu final, busca mostrar-se distante dela.

que sua “idéia diretora” tenha cristalizado, quando essa ainda estava “in nuce”, “em gérmen”, sendo que o “fato revolucionário” só se legitima idealmente quando essa idéia passa a ser “conceito”. A “revolução de março de 1964”, diz, pertence a essa segunda categoria²²³.

O que Reale aponta, como vemos, é que a “revolução” não tinha um projeto preestabelecido:

“ [o] movimento de março [...] não resultou de um programa ideológico prévio, mas nasceu antes de um sentimento generalizado de insegurança, da sensação crescente de que estávamos para dar início a uma aventura, sem saber com certeza nem para onde íamos nem para que”²²⁴.

A razão de a “revolução de março” ter ocorrido sem que fosse precedida pela cristalização de uma “idéia diretora” foi a ausência de conflitos, de resistência à sua instauração. Refere-se ao fato de que o governo “caiu como um castelo de cartas”²²⁵, surpreendendo não só a maior parte dos conspiradores, como também da esquerda. Como sabemos, Jango optou por não resistir e os movimentos organizados também não armaram por si a resistência. Essa capitulação é o que Reale qualificou como uma “revolução incruenta”. Os conflitos seriam o momento em que diretrizes seriam apontadas, pela necessidade de se diferenciar, de atacar o adversário, de opor seus propósitos aos do inimigo e de derrubá-lo.

²²³ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 12. Concordando com a inexistência de um programa ideológico prévio, apesar de fundamentar justamente nisso sua negativa da qualidade do golpe como “revolução”, diz Geisel: “O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma idéia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção. Em primeiro lugar, nem a subversão nem a corrupção acabam. Você pode reprimi-las, mas não as destruirá. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução” (GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*, p. 138).

²²⁴ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 21, negrito nosso. Essa afirmação confirma como o golpe foi levado a cabo sem um projeto de poder, sem uma linha programática positiva definida, sua diretriz fundamental era derrubar a situação vigente, impedir a efetivação das Reformas de base por meio da assunção da gerência do Estado e do ataque aos movimentos populares que se organizavam em torno dessa proposição de transformação nas relações de produção.

²²⁵ Trata-se de frase narrada pelo general Antonio Carlos Muricy (1908-2007- participou do levante em Minas com Mourão Filho, foi Comandante da 7 Região Militar e chefe do Estado Maior do Exército) - no documentário “Jango”, dirigido por Silvio Tendler. Ele comenta como todos os militares golpistas esperavam um tempo de luta prolongada antes de assumirem o poder, sendo que o general Golbery do Couto e Silva foi o único a dizer que tudo cairia “como um castelo de cartas”.

Em sua visão, apesar de ter sido um “bem inestimável” a ocorrência de uma “revolução incruenta”, esse fato implica a necessidade de se constituir *a posteriori* as idéias que teriam surgido no correr da luta. O que Reale está querendo apontar é que a revolução deve constituir seu direcionamento ideológico e os lineamentos de um programa de poder. Essas idéias *a posteriori* que não completaram seu desenvolvimento pela ausência de um conflito cruento consistem nos propósitos que levaram à ação dos revolucionários. A síntese realiana vem na forma de uma frase de efeito: “Uma revolução pode, é certo, não derramar sangue, mas não pode deixar de derramar idéias”²²⁶. Há, afinal, que se cristalizar em “conceito” o que estava em germen, qual seja, a razão da instauração e prosseguimento da nova situação. Tudo isso significa, portanto, que deve ser fixada a orientação *política* ideal que dirigiria e coordenaria os esforços “revolucionários” concretos e específicos. Reale, como dissemos, busca contribuir para a realização desse desígnio.

Percebe-se, assim, que a análise dessa problemática impõe considerar a questão da existência - e de sua forma-, no período preparatório do golpe, de um programa de atuação para a nova ordem que seria instituída. Nesse ponto, parece haver um consenso na historiografia quanto ao fato de que o ideário que uniu os conspiradores tinha uma natureza *negativa*, ou seja, no plano ideológico, a articulação para o golpe se sintetizou no lema de *oposição* à corrupção e à subversão. Essas justificativas são encontradas na argumentação de todos que apoiaram o golpe. No entanto, a partir da tomada do poder, os setores mais próximos a Castello Branco passaram a apontar para a necessidade de se constituir um ideário propositivo, com uma linha de ação mais ampla, que fosse além da temática do ataque à infiltração comunista e à corrupção.

É o que vemos a seguir, quando ao mesmo tempo em que insiste na necessidade de se constituir uma idéia diretora para guiar as tarefas particulares do governo, Reale aponta a insuficiência do lema de combate à corrupção e subversão:

“Todas essas tarefas, porém, baseiam-se em princípios, ou se quiserem, em algumas verdades ou teses políticas, em diretrizes sociais que devem ser

²²⁶ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 11. A frase é de artigo jornalístico de título “Diretrizes Fundamentais”.

expostas com franqueza, não bastando a simples reiteração de que somos pela democracia e contra o comunismo e a corrupção”²²⁷.

O caráter decisivo desse empreendimento destacar-se-ia pelo fato de que, na acepção realiana, uma “revolução” é uma “totalidade de sentido” em que os “sistemas particulares” ganham relevância e sentido de acordo com o sistema geral. Daí que as ações governamentais particulares – os planos de governo e programas administrativos, ou seja, os sistemas particulares - só ganham seu “significado real” quando fixados dentro de um “quadrante doutrinário”. A “idéia diretora” consistiria, portanto, na “fixação dos quadrantes doutrinários, nos quais os planos de governo passem a ter significado real”²²⁸.

Antes de tratar do conteúdo desta tão reiterada *idéia diretora*, vejamos quais ele considera serem os meios para encontrá-la: “Uma revolução, que surge sem uma idéia diretora, deve constituí-la através de um trabalho de exegese, que desça serenamente até aos refolhos da alma popular”. Propugna, portanto, que os princípios políticos coordenadores do programa revolucionário devem estar de acordo com as mais profundas necessidades da alma popular.

Ao dizer que a *idéia diretora* deve resultar de um trabalho exegético que desce aos “refolhos da alma popular”, Reale acaba por admitir que a ação do golpe não se mediu pelos anseios populares (até porque esses teriam sido manipulados pelos membros da situação deposta), revelando indiretamente a falsidade da argumentação de que as marchas das mulheres com medo de perder a propriedade representavam a vontade nacional. Em sua argumentação, a realização dos anseios populares se efetiva por meio da conversão de seu sujeito ativo (classe trabalhadora organizada) em objeto de investigação. Não são os donos de seus próprios anseios que têm a possibilidade de conscientemente obter os meios de sua realização, pois, para Reale, o Estado é a consciência da sociedade. Enfim, a autocondução popular é substituída por esforços exegéticos de intelectuais.

²²⁷ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 26.

²²⁸ Id. *Ibid.*, p. 12.

Agora, mesmo com essa pregação, o conteúdo que Reale confere a essa idéia diretora independe desse esforço exegético. Tanto que diz que o direcionamento político da revolução deve brotar do conhecimento dos anseios da alma popular, mas disso não depreende nenhuma diretriz positiva. Com a mesma vagueza discorre sobre o “sentido mais decisivo a atribuir-se a esta revolução”, sobre os valores fundantes do “movimento de março”, a saber: a “seriedade” e “honestidade”. Se, até aqui, Reale apenas apontou a ausência de diretrizes políticas e clamou por sua constituição, a seguir veremos que proposta afirmativa concreta ele apresenta.

No tópico anterior (*O Caos Social no Entreato Golpista*), vimos que Reale compreendia as lutas sociais que se processavam no pré-1964 como uma “crise institucional”, visto que os comunistas utilizavam o governo para fomentar o “caos social”. Por conseguinte, uma vez que o coração da “*masorca*” era o modo de atuação estatal, a obra de “*reconstrução nacional*” haveria de inaugurar um novo método no mesmo âmbito. O diagnóstico e a proposta afirmativa evidenciam que, na formulação realiana, o Estado é o demiurgo da sociedade. Tanto que chega a referir-se ao “*sistema político-econômico do janguismo*”.

Aliás, o centro de estudos que Reale propôs, como dissemos anteriormente, funcionaria como o espaço onde esse novo método de proceder político seria debatido e elaborado. A definição de uma filosofia da revolução seria um imperativo inescapável, visto que os diferentes ramos de ação da “Administração Revolucionária” a teriam como parâmetro, como uma referência geral que coordenaria ações particulares. Para justificar essa idéia, como também já dissemos, Reale utiliza Aristóteles - citação repetida durante todo o seu período integralista - para dizer que a Política é a arquetônica das ciências. Daí que mesmo os programas econômicos só teriam um sentido real quando inseridos dentro dessa filosofia política.

Em seus termos, sua preocupação fundamental era que a “revolução” constituísse uma “*idéia diretora política*” ou uma “*filosofia política*”. Com isso quer dizer que era preciso estabelecer *princípios norteadores* para o exercício do poder. Essa exigência é, aqui, o fio condutor de seu pensamento e demonstra sua sintonia com a avaliação de outros dos mais influentes intelectuais e políticos da ditadura.

Geralmente, Reale apresenta esse alerta apontando para uma dissociação entre o tratamento dado pelo “Governo da Revolução” à problemática político-jurídica e aquele fornecido às questões econômicas. A abordagem dessa questão nos permitirá tratar também de como Reale vê os aspectos econômicos no pós-64. Retomando, é no interior dessa preocupação, de “reconstrução nacional” pelo agir estatal, que Reale verificava a existência de uma “*dicotomia prejudicial*” na atuação do “*Governo Revolucionário*”, apontando para a necessidade premente de corrigi-la. Isso porque a ação estatal se conjugaria em duas vertentes que deveriam caminhar juntas. Havia, porém, um descompasso entre a “*vertente econômico-financeira*” e a “*vertente político-institucional*”, o que resultava da “*falta de atenção à problemática unitária do Estado*”.

A linha da política econômica é elevada ao patamar de consenso nacional incontestável; suas divergências são tangenciais – apenas crítica, vagamente, certo “*espírito estatizante*” - e, até por sua inabilidade em debater nesse âmbito, pouco exploradas. Em sua visão, o tratamento da “*vertente econômico-financeira*” seguia diretrizes claras e modernas, coordenadas por “*técnicos forrados de cultura ou visão geral*”, os Ministros da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Econômica, respectivamente, Octávio Bulhões e Roberto Campos. A inflação estava sendo afrontada corajosamente. Levavam a efeito uma realista política de sacrifício, cujo caráter “*impopular*” - dado pelas “*drásticas reduções salariais*” – se impunha em nome do “*ingente esforço de superação do subdesenvolvimento*”.

De outro lado, o problema localizava-se na “*vertente político-institucional*” do Estado. A hesitação no enfrentamento da “*questão fundamental da reforma do Estado*”, o vacilo na firme condução de uma “*reforma institucional de fundo*”, gerava um “*escoamento*” ou “*desperdício do tempo revolucionário*”. Jogando com o nome dos Ministros da Justiça e do Planejamento e Coordenação Econômica, Milton Campos e Roberto Campos, Reale - revelando um desusado atributo de sua personalidade, o de jurista jocosos – afirma: “*Não poderia haver ‘campos’ mais antagônicos...*”²²⁹. Vejamos:

²²⁹ M.REALE, *Da Revolução à Democracia*, p. 51.

“A Revolução não deu ao problema político o mesmo cuidado que deu à problemática econômico-financeira. Venho afirmando isso reiteradamente há muitos anos [...] Ela [a “Revolução”] é uma ponte entre uma ordem institucional antiga e uma ordem institucional nova. E faltou o devido cuidado na análise desse problema [...] o processo revolucionário tem de se institucionalizar, sob pena de a Revolução ser atingida em sua essência”²³⁰.

Afinal, não se procedia em função uma “*idéia diretora política*”, ou seja, não havia “*subordinação das providências político-administrativas à unidade de um pensamento ordenador das funções do Estado*”. Era preciso definir a “*filosofia política da revolução*”:

“mas isto, convenhamos, só será possível se nos convenceremos da verdade inicial de que a cada revolução deve corresponder uma forma própria de institucionalização democrática do poder, salvo quando – e é o caso das condenáveis revoluções totalitárias e não pode ser o da Revolução de março – o que se quer é apenas e tão-somente o poder como solução”²³¹.

Como visto, os “*encargos da tarefa revolucionária no plano institucional*” não estavam recebendo a devida atenção. Era imperativo, contudo, dar ao país uma “*nova fisionomia política*”, configurar uma “*nova ordem jurídico-institucional*”²³². A solução, nesse sentido, era a realização de uma “*reforma do Estado*” que ajustasse a “*infra-estrutura política nacional*” à conjuntura do “*processo revolucionário*”. O que Reale aponta, essencialmente, como meio para tal adequação é o encaminhamento de uma completa reforma constitucional²³³.

²³⁰ REALE, Miguel *apud* “O risco é inerente à democracia (entrevista com Miguel Reale)”. In: DANTAS MOTA, Lourenço (coord.), p. 343.

²³¹ REALE, Miguel. *Da Revolução à Democracia*, p. 67.

²³² Como vemos, a preocupação é com o aperfeiçoamento do âmbito institucional. É nesse campo que sua intelectualidade prestará ao regime. Serviços intelectuais que, aliás, são recompensados com diversas propostas de trabalho. Em 1969 participou da comissão revisora da Constituição de 1967, convocada por Costa e Silva e extinta por ocasião de sua morte, que visava “*rever a Constituição de 1967 e ajustá-la à legislação revolucionária*” (REALE, Miguel. *Memórias*- 2, p. 177). Foi convidado, no mesmo ano, para coordenar a revisão do Código Civil, aprovado recentemente. Ainda em 1969, torna-se Reitor da USP, a convite de Alfredo Buzaid. Em 1972 foi convidado para fornecer assessoria jurídica na criação de Itaipu. Posteriormente colaborou na feitura da “emenda figueiredo”. Junto com Gilberto Freyre e outros foi membro, a partir de 1974, do Conselho Federal de Cultura.

²³³ Na visão de Reale, é justamente a natureza “*revolucionária*” do “*movimento de março*” que produz a necessidade dessa reforma constitucional, ao mesmo tempo em que é resultado da convicção em transformar a inviável ordem político-jurídica anterior. Para o Professor Reale, a ruptura com a ordem

Com essa finalidade, a “*Administração Revolucionária*” deveria enviar para aprovação do Congresso Nacional – ressalte-se: expurgado de seus “*elementos corruptos e subversivos*” - uma outra Constituição, e não meramente uma reforma parcial da anterior (CF/1946). Portanto, a via de “*institucionalização revolucionária*” ou “*institucionalização democrática*”, em suma, de transição da “*ordem institucional antiga*” para uma “*nova ordem institucional*” seria executada pela imposição de uma nova configuração constitucional. Trocando em miúdos: a “*tarefa primordial*” era “*institucionalizar o poder político*” na forma de uma Constituição outorgada.

Agora, uma importante ressalva era feita. A nova ordem deveria emergir desde que fosse precedida pela liquidação dos “*fatores de dissolução nacional*” que se aproveitavam das “*drásticas reduções salariais impostas pelo ingente esforço de superação do subdesenvolvimento*” (as medidas da “*vertente econômico-financeira*”) para manipular o movimento popular. Os “*demagogos*” usurpavam, através da manipulação das massas, os “*anseios democráticos*” dos “*revolucionários*”, utilizando liberdades constitucionais para “*fomentar a desordem e a subversão da ordem vigente*”. Para que a transição constitucional fosse processada disciplinadamente era preciso que esses fatores estivessem “*neutralizados*”. Nesse sentido, não deveria haver precipitação na abertura das “*franquias cívicas*” e pleitos eleitorais só poderiam ser realizados diante da eliminação da “*subversão*”.

Nessa advertência, Reale aponta, afinal, qual seria o conteúdo desta “*idéia diretora*”, dessa “*filosofia política da revolução*”, que guiaria os esforços para a “*reconstrução nacional*”. O meio para a “*reconstrução nacional*” é a “*institucionalização revolucionária*”, é a criação de um sistema de direito adequado ao “*processo revolucionário*”. A idéia orientadora da “*institucionalização revolucionária*”, finalmente respondendo à pergunta apresentada, é a perspectiva de criar estruturas jurídicas e políticas que proporcionem a *liberdade com ordem*, o que significa estreitar as “*franquias cívicas*” até que estejam eliminados os fatores de dissolução nacional (a oposição), que utilizariam dos espaços “*ingenuamente*” abertos para manipular os sentimentos populares quanto às medidas econômico-financeiras, impopulares e

jurídica é pressuposto comum de um golpe de Estado e de uma revolução. O que os diferencia é que o primeiro, ao contrário da segunda, não busca instaurar uma nova ordem jurídica, mas se mantém “*sem nenhum sentido de juridicidade*” ou apenas restaura o ordenamento anterior. Já uma “*revolução*” se caracteriza precisamente pela instauração de uma nova ordem jurídica. Daí que, para Reale, foi o primeiro Ato Institucional, de 09 de abril de 1964, que converteu o golpe em revolução.

necessárias, implementadas pelo “governo da revolução”. A nova idéia de direito, assim, consiste na instrumentalização jurídica dos poderes excepcionais de repressão política; com a implementação dessa nova idéia de direito a nação estaria apta ao esforço ingente de superação do subdesenvolvimento. Os atos institucionais representariam justamente a concretização dessa nova idéia de direito. Encontramos a seguir a síntese do que acabamos de expor:

“É inegável que assistimos, como reação às ameaças nacional-comunistas, à formação espontânea de uma ‘consciência comum de querer’ e, se no dizer de Gerber, o Estado é a expressão dessa consciência, cabe às elites, sobretudo, aos teóricos da política e do Direito, trazê-la à plenitude expressional dos sistemas normativos, para que ela valha como ‘praxis’ revolucionária. Foi o que se começou a fazer com o *Ato Institucional*”²³⁴.

O trecho acima torna-se ainda mais útil para nossa análise quando lembramos que, em seu período integralista, Reale já sustentava a interdependência entre ideal, revolução e Estado. Na passagem a seguir, afirma-se que o papel do golpe de Estado é o ponto culminante de uma revolução, uma vez que, através dele, o Estado passa a identificar-se com o ideal comum. É o que vemos quando incorpora em seu livro *O Estado Moderno* (1934) a seguinte citação de Plínio Salgado (já transcrita em outro momento de nosso texto): “‘Toda Revolução se dissolve na anarquia, na ruína total, se não encontra o seu 18 Brumário. O 18 Brumário não é um golpe de morte sobre a Revolução, é a própria revolução que encontrou seu centro de equilíbrio’”²³⁵.

²³⁴ REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*, p. 102.

²³⁵ Id. *O Estado Moderno: Liberalismo, Fascismo, Integralismo*, p. 173.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso seguido até agora abordamos parte significativa de 40 anos da produção teórica de Miguel Reale. Expusemos seu itinerário político-ideológico e os núcleos centrais de seu ideário, tudo feito através da análise imanente de seu discurso, buscando expô-lo em seus nexos internos.

Chegado o momento conclusivo, buscaremos sintetizar o caminho já percorrido por meio da exposição - em breves linhas - dos pressupostos que estruturam as concepções realianas de Estado e de história. Em seguida, no segundo e último passo deste fechamento, trataremos da função social desempenhada pela produção ideológica realiana no contexto da instituição e consolidação da ditadura militar, oportunidade em que faremos a crítica de sua análise desse período.

Abrangendo o período que vai da década de 1930 à década de 1960, podemos encontrar os fundamentos do ideário realiano na sua crítica à idéia de uma comunidade sem Estado sob a caracterização de um “governo das coisas”, o que implica, segundo afirma, a vigência do egoísmo, da lei do mais forte e da luta de classes. Essa idéia evidencia como a concepção de Estado de Reale está fundada sobre uma dada resolução do problema do relacionamento indivíduo-sociedade. Trata-se de seu conceito do homem enquanto portador de uma face sociável e outra insociável.

De um lado, há o homem egoísta por natureza. Seu egoísmo está inscrito na sua individualidade empírica. Deixada a natureza egoísta do homem por sua própria conta realiza-se o “governo das coisas”, que consiste na vida relacional pautada pela ausência de finalidade. Essa lógica natural, auto-movente, sem uma coordenação de um poder superior, é a causa da luta de classes. O homem empírico é anti-social. Segundo Reale, é assim que se define a face insociável do homem.

Essa é a razão pela qual Reale sempre busca encontrar a afirmação do humano fora da objetividade, encontrando-a seja na vontade livre, no dever ser ou nos valores. Contaminada a individualidade empírica com a qualidade anti-social, Reale situa

sociabilidade do homem fora dela. Reduzir o homem à objetividade seria abrir caminho para o “governo das coisas”, os conflitos sociais, a lei do mais forte. Não se localizando a face sociável do homem no plano de sua existência empírica, aonde deveria ser encontrada? Obviamente para além dela, enquanto possibilidades sociais em potência que precedem a vida social efetiva.

Reale encontra nessa contradição o fundamento que justifica a necessidade do Estado. Para ele, é a existência do Estado que garante a atualização dos valores. Afinal, para que não se confirme em sociedade a insociabilidade natural é preciso que exista uma comunidade política superior aos indivíduos, que coordene sua relação e seja dotada de poder de coação (Estado). Logo, Reale parte da idéia de existência de uma contradição entre indivíduo e sociedade para alcançar a necessidade de existência do Estado. Por implicação, dizer que sem ele impera a lei do mais forte significa afirmar que é papel do Estado corrigir, ou melhor, contrapor-se à determinação humana egoísta, o que deve ser feito por meio da conciliação de classes.

Como anunciamos antes, agora analisaremos como Reale exerceu o papel de ideólogo do momento que parte da renúncia de Jânio e chega à morte de Costa e Silva. É oportunidade de observar como Reale lança mão de diversos elementos teóricos - elaborados durante todo o período que analisamos - para legitimar a instituição e consolidação da autocracia burguesa bonapartista. Ficará evidenciado como a produção ideológica realiana carrega em si um conjunto de traços do século XX brasileiro, constituído que foi no processo da via colonial de objetivação do capitalismo²³⁶.

A conjuntura da década de 1960 brasileira caracteriza-se por ser um momento de profundos embates sociais. Se Goethe está certo ao dizer que raramente na história as

²³⁶ A categoria foi formulada pelo filósofo marxista José Chasin, que empreendeu especial esforço no desvendamento da particularidade do processo de objetivação do capital de extração colonial no Brasil. A via colonial, ao contrário de outras formas como a via prussiana e a via americana, designa um caminho de desenvolvimento industrial híper-tardio e subordinado ao imperialismo, que tem por fio condutor a conciliação do moderno com o arcaico. Além disso, determina a natureza autocrática das formas de dominação proprietária oscilando entre o bonapartismo e a autocracia burguesa institucionalizada. O processo de modernização excludente, que desconhece processos revolucionários democráticos, alija a maioria da população e atende as demandas do grande capital, nacional e internacional, com a lógica da superexploração da força de trabalho.

alternativas se apresentam de forma claramente marcada²³⁷, é também possível afirmar que, no nosso caso, o início dos anos 60 foi um desses raros momentos. As Reformas de base eram a questão decisiva, em torno da qual se polarizavam publicamente as forças sociais em pugna:

“Dessa maneira, para além da ameaça real da transformação de nossa formação social numa sociedade comunista na década de 60, o que vicejava, concretamente, de forma assombrosa, para os conservadores era a movimentação massiva articulada em torno de uma plataforma nacional e popular [...] que certamente se chocava com o capital estrangeiro e as várias frações monopolistas associadas”²³⁸.

Essa bandeira popular era defendida por diversas forças de distintos matizes. No âmbito dos conflitos agrários, Gorender descreve impressionante acontecimento, em 19/11/1963, de “uma greve de duzentos mil cortadores de cana, em Pernambuco e parte da Paraíba, vitoriosa após três dias de duração”²³⁹. A força das Ligas Camponesas era indiscutível. A atuação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) também era de grande relevância, o que se destacava pela organização de – enfatize-se - greves nacionais, como ocorrido em julho e em setembro de 1962²⁴⁰. As encampações de Brizola e a heróica resistência armada que liderou, em 1961, como Governador do Rio Grande do Sul, pela defesa da posse de Jango, mostravam a potência do PTB no momento. Era grande a influência do PCB no interior das lutas populares pelas reformas e no governo que as abraçou. Havia também o governo popular de Miguel Arraes, em Pernambuco, os sargentos, a UNE e várias outras organizações de esquerda. A direita, por sua vez, se articulava no IPES, IBAD, ESG, na ação dos governadores (com

²³⁷ “Raramente as coisas neste mundo oferecem uma alternativa bem marcada; os próprios sentimentos e maneiras de agir apresentam nuances variadas como as gradações entre um nariz aquilino e um nariz chato” (GOETHE, Johann Wolfgang. *Werther*. São Paulo: Abril Cultural, 1971, p. 55).

²³⁸ RAGO FILHO, Antonio. “Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista”. *Cadernos AEL- Tempo de Ditadura: do golpe de 1964 aos anos 1970*, v.8, n. 14/15, pp. 166 e 162, 2001.

²³⁹ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 59.

²⁴⁰ “Após a primeira greve nacional, o Presidente sancionou a lei que instituiu o décimo-terceiro salário. Após a segunda greve, uma lei delegada criou a Superintendência para a Reforma Agrária, e começaram a ser tomadas medidas legais no sentido da organização e reconhecimento oficial dos sindicatos de trabalhadores rurais” (Id., *Ibid.*, p. 44). Convém lembrar a Instrução Reservada do General Castelo Branco, de 20/03/1964, a qual afirmava que as Forças Armadas não assumiam a defesa de nenhum setor social, ao mesmo tempo em que dizia que as principais ameaças à nação eram “o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT” e uma Constituinte que pudesse efetivar as Reformas de Base (FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, pp. 310-311).

destaque para Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros), na UDN e em parte do PSD, bancada pelo empresariado nacional, pela classe média e pelo imperialismo norte-americano.

Temos, assim, um quadro reduzido do que Reale qualificou como “masorca” e “processo de desintegração social”, gerado “pela escalada comunista no organismo do Estado”²⁴¹. O que o intelectual orgânico descreveu como “passado pequenino de desordem e demagogia que a Revolução de março oportunamente destruiu”²⁴², na verdade era o vertiginoso ascenso das mobilizações populares em defesa de alterações nas relações de produção, visando melhorias nas condições de vida, com elevação de salários, reforma agrária, controle da remessa de lucros, nacionalização de empresas estrangeiras.²⁴³

No entanto, Reale entende o golpe como uma “reação armada à crise institucional”. Nessa concepção estreita, a complexidade dos embates sociais da conjuntura pré-64 é reduzida a uma questão de proceder governamental. Reale concebe o Estado como controlador da totalidade social.

É possível notar um fio condutor na interpretação realeana sobre a implantação e consolidação da ditadura. Esse elo comum é o “politicismo” (na expressão de J. Chasin), a noção segundo a qual é a razão política que conforma a razão social. O Estado é o demiurgo da sociedade. As crises sociais têm sua razão na configuração estatal. A lógica social tem seu centro gravitacional no Estado. Nesse artifício abstrato o

²⁴¹ No interior de polêmica com Antonio Candido, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 30/12/1991, Reale comenta: “O certo é que o meu ilustre opositor se aproveita da deixa para lembrar que eu não posso estranhar o uso da violência porquanto, como membro do Governo do Estado, eu teria participado do movimento de 1964. Não o nego e disso me orgulho, porquanto ele foi desencadeado em legítima defesa, para impedir a escalada comunista no organismo do Estado, como se tornou definitivamente transparente após o histórico artigo de Luis Carlos Prestes na ‘Folha de São Paulo’, sobre o seu estreito relacionamento com o presidente João Goulart, que não foi ‘o homem pacífico e brando’, tal como foi retratado, mas um poderoso conivente com a arrancada revolucionária da esquerda, somente impedida pelas forças militares apoiadas por irresistível reação da opinião pública, que não pode ser esquecida” (Id. “Democracia e violência”. In: *De Tancredo a Collor*. São Paulo, Siciliano, 1992, p. 195).

²⁴² Id. *Da Revolução à Democracia*. 2 ed. inteiramente reestruturada, São Paulo: Convívio, 1977, p. 19

²⁴³ Segundo Caio Navarro: “Para os que vêm nos conflitos e nos antagonismos o sinal da desagregação social, os ‘tempos de Goulart’ só podem ser encarados como trágicos ‘tempos do caos e da anarquia’ [...] A direita, ao definir os ‘tempos de Goulart’ como a expressão acabada de toda a perversidade social (subversão, corrupção, crise de autoridade, desordem, etc.), procura justificar a implantação do regime autoritário e a perpetuação do poder de Estado militarizado” (TOLEDO, Caio de Navarro. *O Governo João Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 09).

Estado se autonomiza da sociedade, subordinando-na ao converter-se no seu centro determinante.²⁴⁴

Para Reale, a história se faz por cima. As classes trabalhadoras são manipuláveis, são joguetes nas mãos de interesses que lhes são externos, em suma, são pacientes históricos, agentes secundários. Daí que seja “fácil inflamar ou comover a massa popular”²⁴⁵. Nessa “visão aristocrática da história”²⁴⁶, os trabalhadores são incapazes de auto-orientação na busca de meios para satisfação de suas necessidades. Ceifada de sua essência – as atividades humanas individuais em intercâmbio –, a razão histórica é reduzida a efeito da razão estatal. O estado da história como história do Estado. A concepção de história de Reale conjuga-se com sua interpretação da conjuntura da ditadura militar.²⁴⁷

Prosseguindo, a “reconstrução nacional” processava-se, segundo Reale, pelo agir estatal desdobrado nas vertentes econômica e política. A primeira era marcada pelas “drásticas reduções salariais”, com as quais os trabalhadores deveriam ser compreensíveis, por ser um sacrifício necessário. Ao atribuir caráter incontestável a essas medidas, Reale contribui - mesmo que inconscientemente - para impor o “ardil do politicismo”²⁴⁸ à oposição. O problema que resta a ser enfrentado, portanto, é a forma

²⁴⁴ Nesse ponto parece possível verificar a predominância de uma linha de continuidade com as formulações do Inventor do *Sigma* quando membro da Ação Integralista Brasileira. M. Palácios comenta sobre citação de texto (em itálico) do período: “A participação popular deve ser mantida na esfera das competências comprovadas: ‘o povo ainda não pode intervir sempre na apreciação das soluções políticas, a não ser como centro revelador do ideal comum, mas nunca com os poderes de autogoverno’. Se é certo que ‘o governo deve caber aos mais capazes’, admite-se que esse círculo dirigente possa ir progressivamente se alargando, na medida mesma do êxito do projeto político-intelectual das elites. ‘A Democracia passa a ser o regime em que o Estado, nas mãos das elites culturais, cria todas as condições necessárias ao livre desenvolvimento das capacidades individuais, para alargar cada vez mais o círculo da classe dirigente, à procura do ideal político que é o governo do povo pelo povo’” (MELO, Manuel Palacios Cunha. O Integralismo de Miguel Reale. *DADOS-Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 37, n. 1, p. 143, 1994).

²⁴⁵ Id. *Memórias-1*, p. 20

²⁴⁶ Rago capta esse traço comum da “ideologia 64”: “Há que ter clara, também, a visão aristocrática da ideologia 1964, uma vez que, pelo desprezo ao povo em sua capacidade política na constituição nacional, somente uma intelectualidade portadora da nova doutrina e da plena inteligência dos dilemas do mundo contemporâneo podia assegurar a destinação nacional” (RAGO FILHO, Antonio. Op. cit., p. 171).

²⁴⁷ Nesta lembrança de Reale essa aversão aos movimentos populares aparece com clareza, contando de lambuja com a justificativa de seu apoio a Jânio Quadros: “Julgava necessário colocar um pouco de ordem na casa, e Jânio pareceu-me o homem mais indicado. Essa minha decisão foi reforçada com a minha visita cultural ao Nordeste, onde assistira, no Recife, a uma passeata da Liga Camponesa de Francisco Julião, de enxadas e foices às costas, com ameaças e gritos desconexos, nada me impressionando mais desfavoravelmente do que a rebelião das massas entregues a líderes imaturos”²⁴⁷ (Id. *Memórias-2*, p. 78).

²⁴⁸ A expressão de J. Chasin designa o fato de que a oposição acatava a lógica da situação ao restringir-se às questões políticas, aceitando a natureza dita intocável da lógica econômica: “a atuação situacionista

de transição política. Liberdade com Ordem! A forma de transitar de uma situação de “fortalecimento excepcional dos poderes de Estado” para o estabelecimento de um sistema constitucional que estabelecesse “franquias cívicas compatíveis com as exigências de segurança nacional” tinha como meio a eliminação dos adversários do regime pela “repressão revolucionária”. A verdadeira natureza da reconstrução nacional é a transição constitucional assegurada pela prévia liquidação da esquerda (dos “fatores negativos”) que, segundo Reale, manipularia o descontentamento popular com o imprescindível arrocho salarial, aproveitando-se das vacilações “excessivamente liberalizantes” nas diretrizes políticas. Sem inimigos, a auto-reforma (que Reale denomina “institucionalização democrática” ou “revolucionária”) teria o terreno limpo para se processar com “ordem e segurança”²⁴⁹.

A realidade sinistra da ditadura militar transforma-se, na cartola dos seus ideólogos, em farsa infame. A violência socio-econômica é “*reconstrução nacional*”. O arrocho salarial é “*superação do subdesenvolvimento*”. O extermínio humano é “*extermínio de impurezas ideológicas*”, é purificação, é eliminação de distorções. A tirania convertida em “*democracia*”. A repressão em “*processo revolucionário*”. A covardia em “*espírito revolucionário*”. Por fim, a lógica dos ideólogos da ditadura e, portanto, a lógica realeana, é a conversão da realidade em falsidade interessada.

Por fim, para eles cabe o discurso de franqueza ácida proferido por Ricardo III na peça shakesperiana que leva seu nome: “E assim cubro a minha infâmia manifesta com farrapos das Sagradas Escrituras, e semelho a um santo, quando faço de diabo o mais que posso”!

distingue, taticamente, entre o discurso econômico e o discurso político, recusando-se com ‘superioridades’ ao debate do primeiro, como se se tratasse de questão, pela natureza ‘imutável’ de seu objeto, intrinsecamente pacífica para os *iniciados*, enquanto *concede* controladamente, numa gradação que vai do zero a alguns magros pontos de uma estreita escala que ela própria estabelece, a discussão ‘política’; em contrapartida, a oposição prima por só discutir neste plano, excluindo quaisquer outros, ou reduzindo-os àquele. Assim, esquivando-se à controvérsia sobre a questão econômica, a situação torna vitoriosa a sua *política*, ao passo que a oposição, brandindo predominantemente o ‘político’, colhe a derrota em todas as ‘instâncias’” (CHASIN, José. “A ‘politicização’ da totalidade: oposição e discurso econômico”. In: *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André, Ad. Hominem, 2000, pp. 07-09). Vide também RAGO FILHO, Antonio. “O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa bonapartista”. *Projeto História- O golpe de 1964: 40 anos depois*. São Paulo, EDUC, v. 29, tomo 1, pp. 156-161, 2004.

²⁴⁹ A sua defesa combinada da repressão política e do arrocho salarial caracteriza Reale como ideólogo do bonapartismo, categoria que exprime a forma de dominação que vigorou a partir do golpe de 1964, designando: “...o exercício autônomo de um executivo forte [...] com a violência sistemática desferida aos movimentos de resistência, especialmente dos trabalhadores, visando a controlar todos os poros da sociedade e propiciar altos vãos para a acumulação capitalista” (RAGO FILHO, Antonio. “Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista”, p. 169).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

A) LIVROS

REALE, Miguel. Atualidades de um Mundo Antigo. In: M. REALE. *Obras políticas (1931-1937) - volume 1*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

_____. *Da Revolução à Democracia*. 2 ed. inteiramente reestruturada, São Paulo: Convívio, 1977. (primeira edição publicada em 1969 sob o título *Democracia e Revolução*).

_____. *Democracia e Revolução*. São Paulo: Convívio, 1969.

_____. *Filosofia do direito*. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

_____. *Filosofia e Teoria Política: ensaios*. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Formação da política burguesa. In: M. REALE. *Obras políticas (1931-1937) - volume 1*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

_____. *Imperativos da Revolução de Março*. São Paulo: Martins, 1965.

_____. *Memórias (volume 1): destinos cruzados*. 2. ed. revista. São Paulo: Saraiva, 1987.

_____. *Memórias (volume 2): a balança e a espada*. São Paulo: Saraiva, 1987.

_____. *Obras políticas (1931-1937)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, 3v.

_____. *O Estado Moderno: liberalismo, fascismo, integralismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

_____. *Parlamentarismo Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1962.

_____. *Perspectivas Integralistas*. 2 ed. Rio de Janeiro: H. Antunes, 1936.

_____. *Pluralismo e Liberdade*. São Paulo: Saraiva, 1963.

_____. *Política e Direito: ensaios*. São Paulo, Saraiva, 2006.

_____. *Problemas de nosso tempo*. São Paulo: Grijalbo, 1970.

B) ARTIGOS

_____. Personalismo e historicismo axiológico. *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, v. 5, fascículo 4, outubro-dezembro/ 1955, pp. 539-553.

_____. “Democracia e violência”. In: *De Tancredo a Collor*. São Paulo, Siciliano, 1992

C) ENTREVISTAS

_____. O risco é inerente à democracia (entrevista com Miguel Reale). In: DANTAS MOTA, Lourenço (coord.). *A História vivida*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981, pp. 321-345.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BASTOS, Simone (org.). *A Constituição que não foi - História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969*. Brasília: Senado, 2002.

BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BENI, Mário. *Adhemar*. São Paulo: Grafikór, 1973/74.

DUARTE, Eurilo. “32 Mais 32 Igual a 64”. In: E. DUARTE et al. *Os Idos de Março e a Queda em Abril*. 2 ed. Rio De Janeiro: José Álvaro, 1964.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, 6 ed. São Paulo: Edusp, 1999.

CHASIN, José. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

_____. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

DINES, Alberto; CALLADO, Antonio; CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

FELIZARDO, Joaquim. *Legalidade: último levante gaúcho*. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2004.

- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Werther*. São Paulo: Abril Cultural, 1971.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LUKÁCS *apud* ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo;. *Conversando com Lukács*. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Trad. Giovanni Semeraro. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.
- LUKÁCS *apud* ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo. *Conversando com Lukács*. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARKENSON, Roberto. *A questão social em Miguel Reale*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.
- MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.
- MARX, Karl. *A ideologia Alemã*. Trad. Luis Cláudio de Castro Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo, 2004.
- MELO, Manuel Palacios Cunha. O Integralismo de Miguel Reale. *DADOS-Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 37, n. 1, pp. 125- 152, 1994.

PEREIRA, Antonio Carlos. *Folha dobrada : documento e história do povo paulista em 1932*. São Paulo: O Estado de São Paulo, pp. 146-147.

RAGO FILHO, Antonio. *A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: PUC/SP, 1989.

_____. O ardil do Politicismo: do bonapartismo à auto-reforma da autocracia burguesa. *Projeto História*, São Paulo, v. 29, n. tomo 1, p. 139-168, 2004.

_____. “Posfácio”. In: CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ad Hominem; Belo Horizonte, MG: UMA, 1999.

_____. Sob este Signo Vencerás! A ideologia da autocracia burguesa bonapartista. *Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP)*, Campinas, v. 14/15, 2001.

Revista Projeto História n. 29 – O golpe de 1964: 40 anos depois. [Programa de Pós Graduados em História da PUC-SP]. São Paulo: EDUC, julho/dezembro 2004.

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

SALGADO, Plínio. *O Integralismo Perante à Nação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TAVARES, Lyra. *O Brasil de minha geração (v. 2)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANEXO A - Discurso de Miguel Reale em 1947 (CPDOC/FGV)

CC/REALE, M 1
Pi 47.00.00

O SR. MIGUEL REALE

Povo de São Paulo!

Nesta noite memorável terminamos uma peregrinação por todo o interior do Estado; percorremos todos os rincões paulistas, levando em nossa companhia tão somente homens de São Paulo para falar com altivez e dignidade a outros homens de São Paulo. (Muito bem!)

Os campos estão divididos: de um lado está Cyrillo Junior, (Apupos) ^{com} aqueles que pensam que São Paulo não tem direito nem capacidade de governar a si mesmo. De outro lado, está Novelli Junior, (Vivas) acompanhado pelas forças populares de São Paulo, que querem e haverão de traçar, por si mesmo, os seus destinos.

Paulistas: não se trata de eleições de homens, nem tão pouco se trata de lançar nas urnas ou de disputar nas eleições o prestígio de uma personalidade. É que a candidatura de Novelli Junior assume, neste momento, a personificação da autonomia e principalmente, da dignidade de São Paulo. (Palmas - Muito bem!).

Estamos defendendo a brio e a dignidade de São Paulo, que até hoje tem sido empurrado para dentro de correntes estranhas, para que possamos dizer para todo o Brasil, para que o Brasil todo escute: "Basta de São Borjas; basta de Moscou!"... (Muito bem - Palmas prolongadas).

Entramos neste Vale do Anhangabaú, e nos céus paulistas, a palavra de Getúlio Vargas, de Cyrillo Junior e de Luiz Carlos Prestes. (Vaias sucessivas). Disseram eles o que? Nada! Afirmaram eles que as eleições para a vice-governança vai ser um um répto, representa um desafio lançada à consciência dos paulistas. Disse também Getúlio Vargas que os que estão descontentes, votarão contra Novelli e a favor de Cyrillo. Disse Prestes que esta eleição, para os comunistas, tem apenas um significado

Pretendeu êle demonstrar que em São Paulo, só se vence eleição com Luiz Carlos Prestes e os comunistas. (Apupos - vaia).

Pois bem, paulistas. Nós, progressistas; nós, trabalhistas autênticos; nós, republicanos históricos; nós, sociais-democráticos de verdade; nós, democratas-cristãos, aceitamos o répto, vamos para o plebiscito de 9 de Novembro. (Muito bem!). Vamos, pois ao plebiscito no qual o povo de São Paulo ~~se~~ responderá a Vargas e a Prestes; responderá São Paulo a Getúlio Vargas, (Apupos) demonstrando que votar em Novelli Junior é votar em 29 de Outubro, ou seja, votar na democracia. Palmas prolongadas - Muito bem!

Paulistas, iremos as urnas para demonstrar à Luiz Carlos Prestes que em São Paulo se vencem eleições sem Prestes e sem comunistas. (Muito bem! Muito bem!).

Aceitamos o répto; aceitamos o desafio, e São Paulo inteiro, na Capital e no interior, acordou definitivamente para que dissesse sobre os seus destinos: - "Basta de São Borjas; basta de Moscou". (Muito bem - Palmas).

São Paulo está coeso, está unido em torno de Novelli Junior. Contra êle se contrapõem as forças heterogeneas e descontentes que não vieram a São Paulo para unir, para construir; ao contrário, vieram para desagregar, para separar e para perturbar a paz dos paulistas. (Muito bem! - Palmas).

Meus amigos: é possível haver entendimentos entre quemistas, comunistas e passadistas para construir alguma coisa? Não!... Comunismo, passadismo, quemismo - quanta confusão... Eles querem agora a confusão, paulistas, para ~~apropiar~~ espesinhar a nossa terra, para tirar partido da trabalho edificante da gente bandeirante, e para pretender ganhar em São Paulo as eleições que sempre perderão no Rio Grande do Sul. (Apupos e vaia sucessivos).

Paulistas, a situação é muito clara: Getúlio Vargas é um gaúcho; Luiz Carlos Prestes é outro gaúcho. E Setes

dois estranhos às famílias paulistas, pretendem imper como candidato a vice-governador dos paulistas um autêntico paranaense de nascimento. Quem voz fala, meus senhores, é insuspeito de bairrismo; sou nacionalista convicto, coloco o Brasil acima de todos os outros estados; sou um patriota que vê a nação acima de todas as unidades federativas. (Muito bem!).

Para mim como para todos os paulistas, as fronteiras entre os estados só existem nos mapas, porque não existem em nossos corações. (Muito bem!).

Nós, paulistas, recebemos de braços abertos os brasileiros de todas as procedências. Para provar isso basta dizer que já tivemos governadores homens filhos de outras terras, e poderia lembrar Washington Luiz, (Muito bem! - Palmas), fluminense de nascimento que governou São Paulo e depois o Brasil pela força de seu valor pessoal.

Mas, meus amigos, estes homens que governaram São Paulo, viveram conosco, cresceram conosco, participaram de nossas angústias, sofreram de nossas esperanças e amargaram com as nossas desesperanças; eles cresceram mas cresceram com São Paulo; eles ganharam a nossa confiança pela fé na grandeza de São Paulo, e seus nomes estão esculpidos ou inscritos na história republicana. (Muito bem!). A esses brasileiros, todo o nosso respeito, toda a nossa admiração. O que não permitimos é que aventureiros ávidos de arribação cheguem em São Paulo para manobrar o eleitorado como se fosse gado à sua disposição. (Muito bem! Muito bem!).

Os paulistas conscientes já traçaram o seu rumo, já escolheram o seu caminho; eles não pecaram - não adiantam calúnias, não adiantam injúrias de homens repudiados pela opinião pública - os paulistas já escolheram o seu caminho, o caminho da bandeira das treze listras, com Novelli Junior. (Muito bem! Muito bem! - Palmas prolongadas).

JNF-AM/36

4

Paulistas, o número 9 acompanha a trajetória do nosso destino. 9 de Julho de 1924; 9 de Junho de 1932 - defesa da lei e defesa da autonomia e da dignidade de São Paulo - e agora, paulistas, estamos nos aproximando de outro dia 9: 9 de Novembro, dia da dignidade paulista, dia da bandeira das treze listras, da consciência cívica, da nacionalidade, ~~da~~ da liberdade, para que São Paulo cresça e o Brasil cresça com São Paulo.

(Aplausos prolongados e sucessivos).

4

ANEXO B - Carta de Epitácio Pessoa a Getúlio Vargas, de 05 de outubro de 1949 (CPDOC/FGV)

CV.47.1000

S. Paulo, 5 de outubro de 49

Meu caro Presidente

Tendo conseguido alcançar o Rio no próprio sábado que daí saí, numa viagem cheia de peripecias, com quarenta e cinco minutos de espera em Cachoeira pelo Boletim Meteorológico, com ligeira demora em Porto Alegre para obter lugar num avião da Cruzeiro, pois os da Varig já haviam partido, e com outro transbordo em S. Paulo em virtude de ter chegado falhando o motor da esquerda, ainda assim pude entrar naquele mesmo dia, em contacto com o nosso Senador Salgado. No domingo fui levar-lhe no sítio, na estrada de Terezópolis, a sua carta e ela fez com que se desanuviasse o espírito do nosso amigo. Não escondeu a satisfação que ela lhe causou e já reconfortado, prometeu pôr em prática, sem perda de tempo, as providências determinadas pelo senhor.

De fato, já na segunda feira ele começou a se movimentar e nessa mesma tarde reuniu no Partido, os membros da Executiva e o Curgel, o Silva e Ruy de Almeida.

Ficou combinado, então, estabelecer os Comandos do PTB a exemplo do que fazia o Partido Comunista e do que está fazendo o Ademar. Para iniciar a ação, irão para o Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, o Curgel, o Silva e o Ruy, enquanto eu seguirei no sábado para a Paraíba. Esses companheiros darão assistência as Comissões de Reestruturação e percorrerão com elas o interior daqueles Estados de modo a permitir que o PTB, se organize naqueles setores, dentro do menor espaço de tempo possível.

Enquanto eles assentam as bases do trabalho a executar, eu na Paraíba, organizarei os Diretórios Municipais já planejados e creio que até o fim do mês darei conta do recado. Se assim for a 29 de outubro poderei fazer a Convenção que será presidida pelo dr. Salgado. Nessa oportunidade, então, ele poderá dar um vista d'olhos no trabalho desenvolvido pelos outros.

No intuito de observar a experiência que está sendo feita em S. Paulo que é de onde lhe estou escrevendo, dei um pulo até aqui, e, obtive com a Comissão de Reestruturação os planos que estão sendo postos em execução. Esses materiais e outro material levo amanhã para o Rio, onde devo chegar ~~próximo~~ cedo, e os distribuirei pelos emissários que vão para o nordeste na semana entrante.

Como aqui encontrei o Fiori, a quem já tinha dado na segunda feira o seu recado, e que deve partir para aí, depois de amanhã, resolvi rabisçar estas linhas para dar-lhe conta do que ocorreu, desde o meu regresso.

E também, para pô-lo ao par de uma conversa que tive hoje com o Miguel Reale, de quem sou amigo há alguns anos.

Disse-me ele, que, á despeito das advertências dos líderes mais ponderados do PSP, o Ademar continúa no firme propósito de ser candidato. Para resolver o problema Noveli, diz que mudou a tática política, firmando sua base nos Municípios, pois os Prefeitos e os Vereadores só terminarão os seus mandatos a no e tanto depois, do Governador. Nessas condições, esses elementos poderão sem a influencia Noveli, garantir o sucesso esperado na eleição. Por outro lado, acrescenta o informante, dada a briga reinante no PSD, briga que atingiu ao climax com a solução dada ontem pela Comissão Executiva estadual, que resolveu afastar do Partido os elementos da Ala Velha e do Grupo dos Nove, o Ademar sente-se grandemente reforçado, pois, passou a ter maioria massiva na Assembléia. Nestas condições, nada o demoverá de se lançar na luta. Julga, além do mais, que está crescendo o PSP nos diferentes Estados e conta que em Minas, levará a um grande eleitorado.

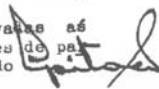
Mas, pelo que diz o Reale, o estouro vai se dar é na escolha do candidato á sucessão estadual.

Segundo informa, o Caio não conta com a maioria dos Diretórios para indicá-lo na Convenção de 31 de Janeiro de 50 e, tem, ainda, contra ele, uma forte oposição dos líderes mais destacados do Partido, que querem reagir ao regime de corrupção adotado em S. Paulo. Para aumentar essas dificuldades, diz o Reale que conta para o seu próprio nome, com grande apoio do Partido e que além do prestigio que lhe está dispensando o Barone Mercadante, Presidente do PSP, tem, ainda, o maior número dos Diretórios apoiando a sua candidatura. Como índice da reação contra o Caio, cita o fato de ter sido eleito paraninfo dos estudantes de Direito de 49, onde obteve setenta e tres votos contra o Ernesto Leme, candidato da UDN, que só contou com 27. Prevê porisso, inclusive forte cisão no PSP na hora da Convenção. E diz mais, que o Caio, está usando abertamente do seu nome, afirmando que o sr. prometeu apoiá-lo no caso de ser ele o candidato pessepista, ou de fazê-lo candidato do PTB, no caso contrario.

Limitei-me a ouvir a prometi afinal, atender-lhe a solicitação que me fazia de informar-lhe do que está se passando.

Aí fica a informação, nestas quatro palavras, alinhavadas as pressas, ao mesmo tempo que, lhe mando aqui, o meu abraço de despedidas antes de partir para a Paraíba. Logo que regressar irei vê-lo. Sempre o seu devotado

Severino de Oliveira e os outros



ANEXO C - Carta de Nelson Fernandes a Getúlio Vargas, de 14 de dezembro de 1949 (CPDOC/FGV)

CV 49.12 14/1

S. Paulo, 14 de Dezembro de 1949

Eminente Chêfe
Presidente Getulio Vargas

O dia hoje foi farto de novidades e trabalho.

Desde ôntem que São Paulo esta suspenso aguardando o resultado da visita que foi fazer ao Rio Grande do Sul, o Governador Ademar de Barros, com o destino certo de São Borja com escalas em Porto Alegre.

Logo de manhã com a partida do Governador com grande estardalhaço, chegava também a noticia de que o Eminente Chêfe, receberia os ilustres visitantes, porem em sua casa e isso até certo ponto muito encheu de jubilo os seus amigos, e principalmente os quemistas, pois por conta propria sempre afirmamos que a cabeceira da mesa sempre se situou em S. Borja, e quem nela se quizesse sentar teria que lá ir.

Aliás o "O Estado de São Paulo" o jornal mais reacionario do Mundo de propriedade do sr. Julio Mesquita, em seu artigo politico de hoje, diz textualmente: "Sentindo-se fraco, o Sr. A. Barros foi pedir apoio em S. Borja ao Sr. Getulio Vargas, fortalecendo a posição deste"

Chegou o Sr. Ademar de Barros, fazendo grande estardalhaço, porem dizendo muito pouco de concreto.

Tenho me mantido sempre na crista dos acontecimentos, para tentar bem informar o Eminente Chêfe, e esses acontecimentos levam hoje a sua presença o Major Newton Santos. Estou escrevendo as 2 horas da madrugada depois de varias conferencias mantidas com politicos paulistas, e nestas condições desde logo solicito as minhas excusas pelos lapsos que notar na leitura desta.

Em dias da semana passada tive longa conferencia com o Professor Miguel Reale, que esta muito interessado em restabelecer a aliança P.T.B.-P.S.P. e segundo me declarou, aos moldes do que já lhe propoz em 8 de janeiro de 1947, com a absorção futura do P.S.P. pelo P.T.B. Naquela ocasião, se o Eminente Chêfe esta bem lembrado, o Sr. Reale foi credenciado pelo Sr. Ademar de Barros, para tratar do assunto, mas o problema não teve solução devido a conjuntura Borghi.

A conferencia em seguida, girou para a campanha eleitoral futura, e como não poderia deixar de ser, pretende o Sr. Reale apoio do PTB, para a sua candidatura.

Nova crise abelará o Partido do Sr. Governador, porque o Sr. Miguel Reale, segundo declarou, desde já sente que o candidato do bolso do colete do Governador é o seu atual Secretario da Fazenda o Sr. Lineu Prestes, mas que ele Reale, irá para a convenção do Partido e tem certeza que vencerá.

Conheço bem o Sr. Ademar de Barros, já de uma feita afirmei isso ao Eminente Chêfe, e estou convencido que o Sr. Miguel Reale, terá que esfrangalhar o resto que sobra do seu Partido.

Mas parece que o Sr. Lineu Prestes, é realmente o candidato preferido, pois tive disso prova hoje.

Fui logo cedo procurado pelo sr. Lineu Prestes, no dia de hoje.

O motivo. A visita do sr. Ademar de Barros ao Rio Grande, a sua chegada há apenas meia hora em São Paulo, e a urgente necessidade de conferencia comigo.

Para que eu marcasse hora e lugar.

Como era natural e como sempre faço, marquei a residencia do Sr. Governador, como lugar e as 16 horas, pois sabia que teriamos hoje um dia de grandes serviços na Assembleia Legislativa.

-2-

Pego permissão para ser um tanto prolixo nesta correspondência, pois reputo o assunto muito importante, e parece-se que os detalhes são por isso mesmo muito importantes.

Pois bem, depois de um final de sessão legislativa, muito agitado, comuniquei-me com o Major Newton Santos, que ficou em alerta, e na hora aprazada, compareci para a conferência com o Sr. Ademar de Barros a qual se realizou com a presença do Br. Lineu Prestes e o Deputado Lino de Mattos.

Disse-me o Sr. Ademar de Barros que, o seu projeto era ir ao Rio Grande em Janeiro, porém que diante do esfarrinhamento dos acordos, resolveu ir já, porque entendia que os acontecimentos haviam se antecipado.

Fora ao Sul, para executar uma velha combinação com o Sr. Walter Jobim, e que na realidade, ele se tornou um intermediário entre o Sr. Jobim e o Eminente Chefe, porque diante da sua recusa de sair das suas propriedades, a "cousa" não aconteceu 100% como ele esperava, mas que grandes acontecimentos virão por aí e que chegou a hora da união das forças populares.

Disse mais que levou dois aviões com muitas pessoas, que a acolhida foi muito cordial, e que ele tem grandes esperanças no desenrolar das combinações.

Que o nosso inimigo comum era o General Dutra e que agora chegou o momento de liquidá-lo.

Disse ainda que, o Eminente Chefe, mandou que o Deputado Lima - de Minas Gerais - que aí se encontra num téco-téco, viesse a São Paulo, com um seu recado, chamando ao Sul, eu e o Major Newton, para receber novas instruções.

Finalmente, informou que discutiu consigo a reforma da Constituição Paulista, de cuja reforma já dei notícia em correspondência anterior, e que o seu ponto de vista com referencia ao Vice Governador havia sofrido modificação, e que por isso urgia a minha ida a São Borja.

Que deveríamos lutar para extinguir o cargo de Vice-Governador, porque assim dariamos cheque-mate em Dutra.

Retruquei-lhe que inicialmente, aguardaria o chamamento oficial do Eminente Chefe, depois que o P.T.B. poderia entrar num jogo destes de suprimir o cargo de Vice-Governador, mas no caso, qual seria a nossa vantagem concreta, uma vez que para o Governo do Estado por força da Constituição iria, um outro homem que dificilmente seria do nosso Partido e quasi certo iria um outro do P.S.D., caso ele Ademar renunciasse para candidatar-se.

Vivamente respondeu o sr. Ademar que isso não se daria, porque, ele Ademar, já estava convencido de que não deveria se candidatar.

Respondi-lhe. Sim, neste caso que vantagem há em tirar Novelli do caminho, turbalutando a vida de São Paulo? Não seria então vantajoso, deixar o cargo de Vice-Governador para futuras negociações políticas?

Não. Responde o Sr. Ademar. Porque a queda de Novelli representará o esfacelamento de Dutra.

Forcei ainda uma nova pergunta ao Sr. Governador. Mas voce (o meu tratamento intimo é esse) não se iluda, embora fique no Governo de São Paulo, não conseguirei dar a vitória ao Sr. Walter Jobim, porque estou seguro de que nem o Rio Grande, o governador gaúcho conseguirá maioria.

O candidato não é o Sr. Walter Jobim. Responde o Sr. Ademar. Ele está rompido com Dutra, mas está certo de que não pode se eleger. Conferenciei com ele até as 3 horas da manhã hoje, depois que voltei de São Borja.

-3-

Sei eu que o sr. Ademar é arguto, mas a minha obrigação, já que surgiu a oportunidade, era tirar tudo que pudesse.

Então fiz-lhe outra pergunta. Então quem é? O Sr. Getulio Vargas? Um terceiro?...

Essa resposta ficou no ar. O Sr. Ademar fugiu ao assunto.

Preferio contar a historia dos cordeiros da Fazenda Santo Reis, que ao ouvirem o roncô de um avião que chega, tratam os mais velhos de fugir e os mais novinhos põem-se a chorar porque já sabem que alguns serão churrasqueados...

Voltei mais tarde a carga, e então o sr. Ademar saiu-se por uma tangente.

O assunto deve ser dividido em duas partes. A primeira a reforma da Constituição, com a supressão do cargo de Vice-Governador e depois a questão da sucessão, que deveria ser motivo ainda de novas conversações

Voltei ainda outra vez a discutir a posição e as vantagens politicas que o P.T.B. desfrutaria. O que parece não poderia interessar era apenas o papel que poderia exercer o P.T.B. de mão de gato, para tirar a sardinha da brasa.

Bem retruca, e deixa escapar o sr. Ademar de Barros. O governador de São Paulo, caso eu renuncie poderá ser do P.T.B. depende das combinações.

Quer dizer que voce é candidato a Presidente da Republica? Retruquei, ao que responde o sr. Ademar. Todos somos, depende...

E continua. Mas voce e o Major Newton estão sendo chamados. O diabo é que o nosso amigo, vem vindo de teco-teco, vem por aí, mas vai custar a chegar, e nós temos pressa.

Voce necessita agir já. Nós lhe entregaremos a presidencia da Assembleia e voce comandando as sessões extraordinarias, nós venceremos, continuou.

Fiz-lhe ver que o que pretendia era impossivel agora, uma vez que a Assembleia, tem o Presidente em pleno exercicio e portanto eu não poderia assumir a Presidencia.

Mas esse é nosso problema. Nos encontraremos meios e modos de afastar o Brasilio da presidencia (refere-se ao Deputado Brasilio Machado Netto) Se nós não conseguirmos o seu afastamento, então nos é que fracassamos.

O principal agora é agir. Voce precisa ir ainda hoje ao Rio Grande do Sul. Continuou.

Passando das palavras a ação, tratou pessoalmente de se comunicar com a VASP e um avião foi posto a minha disposição, bem como um oficial da sua casa militar.

Depois de mostrar-me varias fotografias, tiradas juntamente com o Minente Chefe, informou-me que vai fazer ampla divulgação no Rio de Janeiro.

Deixei o sr. Ademar de Barros, depois de uma hora mais ou menos de conversa, que mais ou menos procurei reproduzir, e na saída recebi uma recomendação especial para atirar-me francamente nesta luta, que seria de vida ou de morte para os nossos partidos.

Esqueci de dizer. Desde logo fiz ver ao sr. Ademar de Barros que não me seria possivel ausentar da Capital, sem primeiro consultar ainda as que por alto o pensamento dos demais colegas de bancada, e que a Assembleia amanhã teria na certa uma tumultuosa sessão, e que portanto a minha presença era reclamada, mesmo para evitar algum possivel golpe, mas que iria ao Sul o Major Newton Santos, e que depois se necessario sabado iria a bancada para curruir e receber instruções.

-4-

Deixei o Sr. Ademar de Barros, e fui a procura do Major Newton Santos que já estava de prontidão.

Inicialmente combinamos que a condução, ou melhor o avião do sr. Ademar de Barros, seria dispensado e que ele iria ao Sul pelo avião da carreira, assim nos colocaria mais a vontade, e evitaria uma possível exploração.

Que realmente seria interessante a minha permanência nesta capital, para ficar bem na crista dos acontecimentos, mesmo porque eu estou no comando da assembleia, uma vez que o Presidente efetivo prefere que assim seja. E que se necessário fosse, eu poderia ir logo em seguida.

Em seguida, fui ter a outra conferencia, com o Presidente da Assembleia o Deputado Brasílio Machado Neto, com quem tinha aprazado um encontro para discutirmos a questão da mesa da Assembleia para o proximo ano, conforme instruções que mandou o Eminente Chefe, e mais ainda qual a atitude da mesa em face da reforma Constitucional.

Resultou dessa conversa, que ficou aprazado uma conferencia com o Vice Governador, Noveli Junior para as 21 horas.

Voltei ao Major Newton que continuava de alerta, e aprazei com este um encontro para as 2 horas da manhã, e uma ~~norma de~~ norma de ação que deveria ser adotada junto ao Vice Governador.

Assistiram a conferencia que durou 3 horas e meia, os Deputados, Brasílio Machado Neto e Ulisses Guimarães, Presidente da Assembleia e Líder do P.S.D.

De acordo com o que ficou estabelecido com o Major Newton Santos, iniciei relatando de um modo geral a conferencia que mantive com o sr. Governador.

E comuniquei que seguiria para o Sul o Major Newton Santos e que naturalmente, gostaria de esclarecer algo mais ao Eminente Chefe sobre os propositos e projetos do Vice Governador Dr. Noveli Junior, uma vez que o P.T.B. até dia 13 as 7 horas da manhã, tinha uma linha de conduta traçada, que era a manutenção do cargo de Vice Governador, e de opposição construtiva ao Governo do Estado, mas que os acontecimentos estavam se desenrolando e que era chegado o momento do P.T.B. comecar a conversar com mais atenção, pois se até agora nada pleiteou era fora de duvida que como partido politico não lhe era possivel fugir a realidade dos fatos.

Mostrou-se muito interessado o Dr. Noveli Junior em conhecer o resultado das conversações mantidas entre o Eminente Chefe e o Sr. Ademar de Barros, e saber quais os compromissos reais do P.T.B.

Respondi-lhe com a repetição do que já havia dito. Até dia 13 as 7 horas da manhã, que é o momento que recebi a ultima noticia do Rio Grande, o P.T.B. não tinha compromissos com ninguem.

Entende o sr. Noveli Junior, que a aliança natural é P.T.B.-P.S.D. e que ele Noveli, esta convencido que a possivel divergencia existente com o General Dtra não deve prevalecer no caso de São Paulo, tanto assim que, se viér a assumir o Governo, procurara governar em coalisção com todos os Partidos que o estão apoiando.

Não tinha duvida alguma, continuo, a governar inclusive com o P.T.B. pois é inegavel o prestigio do Eminente Chefe, e que até justifica plenamente a ida de todos os politicos do Brasil a São Borja.

Ventilou-se o ultimo inquerito feito pelo I.B.O.P. que dá no interior uma percentagem de 90% nas estatisticas de popularidade do Eminente Chefe, seguido do Sr. Ademar de Barros e do Brigadeiro que dividem entre si os 10% restantes.

-5-

Finalmente cheguei onde necessitava. Era discutir a posição do P.T.B. em todo este jogo politico.

Puz as cartas na mesa.

No ambito Federal, não temos duvida em combater o General Dutra, no Estadual no entanto até certo ponto apoiamos o Dr. Novelii Junior e combatemos o sr. Ademar de Barros.

Até certo ponto, no meu entender o nosso jogo, poderia ser desportivo, mas o certo é que estamos impressados por duas forças, sem nenhuma vantagem politica.

Era tempo pois de começar a conversar, e era tempo de começar eu a enviar os meus relatorios para o Eminente Chefe com algo mais concreto.

Assim, desde logo eu desejava uma declaração formal do Vice Governador, sobre a sua ação durante o pleito eleitoral caso assumisse a governança de São Paulo.

O meu desejo era que qualquer fosse a nossa posição em todo este jogo politico, que ele presidisse as eleições com absoluta imparcialidade, quer estivessemos colaborando no seu governo quer não.

A resposta foi pronta e esta empenhada a palavra dele sr. Novelii Junior.

Outro ponto, mais importante.

O P.T.B. pleiteia a Presidencia da Assembleia para 1950...

O que poderia ser aprazado nesse sentido, uma vez que eu recebi instruções do Eminente Chefe para que no momento oportuno fizesse esta reivindicação.

Coube a primeira reação ao Deputado Ilisses Guimarães que achou razoavel a pretensão. A mesma reação teve o Presidente Brasilio Machado Neto.

Como era natural e esperado o Sr. Novelii Junior achou razoavel, mas não estava habilitado a dar solução imediata. Dependia de consultas o que tambem achei razoavel.

Nesta altura, chegou o Deputado Cunha Bueno, tambem do P.S.D. e a conferencia descambou para assuntos varios.

Discutiu-se então a possibilidade de não se fazer a reforma da Constituição, nem mesmo na parte que se refere a data das eleições uma vez que os doutores da materia afirmam que uma Lei Federal poderá regular a materia, pois em se tratando de assunto eleitoral a competencia é Federal, embora a Constituição do Estado determine diferente.

Continuei discordando, apesar de ser leigo na materia e então foi pedida uma ligação telefonica para o Rio de Janeiro, e mantivemos uma conferencia telefonica com o Deputado Costa Neto. Afirma o Dr. Costa Neto que não há duvida alguma, que nas disposições transitorias da lei eleitoral poderá ser prevista a eleição dos governadores e deputados estaduais, sem ferir a soberania dos Estados e que ele podia garantir que o P.S.D. apresentaria essa emenda.

Continuei discordando do ponto de vista e então ficou combinado que amanhã, isto é, hoje dia 15, o Dr. Costa Neto, procuraria um entendimento com o Superior Tribunal Eleitoral, para esclarecer o assunto, enquanto isso, nós iriamos protelando com questões de ordem, etc., as sessões da Assembleia Legislativa.

De um modo ou outro não há duvida alguma que tanto nós como o P.S.D. e os demais partidos tem interesse em realizar eleições federais e estaduais no mesmo dia.

-6-

Da conferencia que mantive com o Sr. Noveli Junior, tive a impressão que definitivamente estão rompidas quaisquer possibilidades de acordo entre ele e o governador Ademar de Barros.

Terminada a conferencia, já na porta da rua, reiterei aos deputados Brasílio Machado Neto e Ulisses Guimarães a necessidade de ser estudada a pretensão do P.T.B. á mesa da Assembleia do proximo ano, e ambos em principio praticamente ficaram de acordo com mesma, naturalmente subordinando a materia a uma continuação de "conversa".

A margem posso informar que a bancada do P.S.D. ortodoxo é composta hoje de 12 deputados. Com as composições que venho fazendo com outros elementos de varios partidos, será suficiente com margem bastante para conseguir a presidencia para o P.T.B. É inutil dizer que tanto o Major Newton Santos como eu, vimos trabando em sigilo, porem firmemente visando a Presidencia da Assembleia que é vital para o proximo ano.

As eleições ainda estão longe e muita reviravolta poderá acontecer, razão porque é necessario cautela, sigilo e firmeza.

12 de Março é o dia designado para eleição da mesa.

Agora vou fazer uma serie de comunicacões ligeiras, porque esta já vai longe, são 4 horas da manhã e as 6 o Major Newton que esta aqui ao meu lado procurando se enfronhar nos misterios da Constitução Paulista, deverá levantar vou em avião da Real.

-- Segundo comunicou hoje o Hr. Costa Neto, o procurador do Tribunal Eleitoral deu parecer favoravel a convocação dos suplentes de deputados para as vagas dos comunistas.

-- O Sr. Ademar de Barros, em janeiro, pretende ir aos Estados Unidos, onde passará 20 dias, á fim de tirar aos americanos a impressão de que ele é comunista.

-- A igreja catolica vae desencadear uma grande campanha contra o Sr. Ademar de Barros, porque este esta procurando se infiltrar nos meios religiosos.

-- Tive hoje praticamente na conferencia que mantive com o Sr. Noveli Junior a confirmação do acordo firmado entre o Sr. Ademar de Barros e o Sr. Cirilo Junior, em Rezende, acordo que o Eminenté Chefe tem conhecimento, e ~~XXXXXXXXXX~~ visando a renuncia do Sr. Ademar de Barros e Noveli Junior, com a eleição pela Assembleia do Sr. Cirilo Junior com a finalidade de dar base ao Presidente Dutra para impor uma candidatura. O Sr. Noveli Junior, confirmou a episodio que teve com o General Dutra, pois como é do meu habito, para que ele pudesse testar até onde eu estava bem informado, contei-lhe o entrevero que teve com o General.

-- Continuo a pleitear para a bancada uma nova visita ao Eminenté Chefe, pois entendo que S. Paulo é o eixo de uma grande combinação politica, e porisso mesmo se isso naturalmente interessar ao Presidente, a bancada estadual deverá ~~xxx~~ sempre que possivel receber recomendações sobre o seu modo de agir diretamente.

É claro que para que seja conseguida a ida de todos os componentes incorporados, necessitaria um chamamento do Primenté Chefe.

Com Eminenté Chefe, peço desculpar pela afoiteza com que esta sendo terminada este, entretanto o tempo urge, e a cenceira também chegou firme.

Como sempre cumprindo suas ordens,

NF.

Respeitosamente
Nelson Fernandes

**ANEXO D - Carta de Francisco de Toledo Piza a Getúlio Vargas,
de 21 de junho de 1950 (CPDOC/FGV)**

GJ, 50.06.21

São Paulo, 21 de junho de 1950

Presado Dr. Getulio.

Estou ha dias para lhe escrever, no entretanto, preferi esperar alguns dias para faser um relato dos ultimos acontecimentos politicos.

O lançamento de sua candidatura, foi recebida com grande satisfação e com manifestações de jubilo por parte da população, causando especis, apenas, a forma usada pelo Governador, fasendo leves alusões a seu respeito e citando seu nome, apenas uma vez.

Agora cuida-se da escolha de candidato ao Governo de São Paulo, soube que a lista de candidatos, do Sr. Ademar de Barros foi feita e esta sendo enviada a si, constando da mesma os nomes de Lucas Garces, Erlindo Salzano, Barone Mercadante e outro que não me foi citado, razão pela qual, não sei se consta o do Reale.

O que vem ocorrendo aqui da'a entender que o Sr. Ademar de Barros pretende o seu apoio para o fim exclusivo de eleger o seu sucessor ao governo do Estado, no entretanto, o contrario e' que ira' acontecer, porquanto, todos os candidatos a deputação irão usar o seu nome, para poderem obter votos.

Relativamente aos nomes citados, devo declarar, que nenhum tem prestigio popular e o resultado sera' temeroso.

O nosso presado amigo Reale, confia nos entendimentos que teve consigo através do nosso comum amigo Danton e, segundo minha opinião, entre todos, sera' o unico a faser frente ao "perigo Borghi, lavando-se em consideração suas relações com todas as camadas sociais, o que vem ocorrendo, através as mais variadas manifestações que vem recebendo publicamente o que não ocorreu e nem ocorrerá com os demais nomes apontados.

Estou escrevendo na madrugada em que devera' partir o emissario do Sr. Ademar de Barros, razão pela qual não posso alongar-me, dada a exiguidade de tempo.

Dentro de alguns dias escreverei com mais vagar.
Envio-lhe um abraço.

Do amigo,

